

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL – MESTRADO E DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Carlos Lemanski Farias

**O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA PERIFERIA URBANA EM SANTA MARIA-RS:  
O CASO DO BAIRRO NOVA SANTA MARTA**

Santa Cruz do Sul, julho de 2011.

Carlos Lemanski Farias

**O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA PERIFERIA URBANA EM SANTA MARIA-RS:  
O CASO DO BAIRRO NOVA SANTA MARTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profª Drª Heleniza Ávila Campos

Santa Cruz do Sul, julho de 2011.

Carlos Lemanski Farias

**O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA PERIFERIA URBANA EM SANTA MARIA-RS:  
O CASO DO BAIRRO NOVA SANTA MARTA**

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

*Dr<sup>a</sup> Heleniza Ávila Campos*

Professora Orientadora

*Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira*

*Dr<sup>a</sup> Maria Beatriz Oliveira da Silva*

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar a Deus, pelo dom da vida.

À Universidade de Santa Cruz do Sul, pela oportunidade oferecida. Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), pelos conhecimentos adquiridos e pela presteza no atendimento às necessidades dos alunos.

Agradecimento especial à coordenação, pela compreensão e encaminhamento para a realização desse curso.

A minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Heleniza Ávila Campos, pela paciência, apoio e importantes orientações para a execução deste trabalho.

À Prefeitura Municipal de Santa Maria, pela presteza em contribuir, através dos seus funcionários.

À Caixa Econômica Federal, Redur, Santa Maria, pelo fornecimento das informações necessárias.

À Direção da Escola Marista Santa Marta, pela receptividade, disponibilidade e permanente apoio da direção, professores e funcionários na contribuição para esta pesquisa.

À Direção da Escola Estadual Santa Marta e Municipal Adelmo Simas Genro, pela compreensão e acessibilidade em contribuir com as informações pertinentes.

Agradecimentos especiais a todas as pessoas entrevistadas. A atenção e compreensão em dar o seu testemunho foram fundamentais para a realização da pesquisa.

A minha família, pelo apoio, incentivo e compreensão, sem a qual esta caminhada não teria se realizado. Em especial, a minha esposa Gladis Liani.

Em fim, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, participaram para a conclusão dessa jornada.

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar o processo de ocupação de uma área urbana situada na periferia da cidade de Santa Maria - Rio Grande do Sul, denominada Bairro Nova Santa Marta, visando entender sua inserção territorial no processo de expansão e desenvolvimento da cidade. O município de Santa Maria está localizado na porção central do Estado do Rio Grande do Sul, com população de 261.027 habitantes (IBGE, 2010), sendo 95% deste total residente em área urbana. Neste contexto, o Bairro Nova Santa Marta encontra-se a oeste da área urbana, sendo composto por sete vilas e uma população de 12.722 habitantes (IBGE, 2010). O Bairro caracteriza-se, historicamente, pela sua organização social, através da atuação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), constituindo-se em protagonista de um dos movimentos sociais mais organizados da região central do Rio Grande do Sul. Esta dissertação discute a construção política e social das famílias ocupantes da Fazenda Santa Marta entre 1991 (início da ocupação da antiga Fazenda Santa Marta) e 2010, quando a Prefeitura Municipal criou o Bairro Nova Santa Marta, urbanizado e com a regularização fundiária ainda em conclusão. A utilização de dados bibliográficos e documentais permitiu a análise da *práxis* da luta social desta comunidade, complementada com informações obtidas através de entrevistas abertas semiestruturadas com técnicos de setores do poder público, vinculados ao planejamento urbano. As condições socioeconômicas vivenciadas pelos ocupantes, a atuação das lideranças locais e as conquistas do território ao longo deste processo constituem-se em elementos estruturantes desta pesquisa, utilizando, como técnica fundamental, a entrevista semiestruturada, aberta e qualitativa com líderes do movimento de distintos momentos de sua história, ocupantes da área em estudo e com os líderes da comunidade e autoridades locais que, de alguma forma, interagiram no processo. Como resultado desse trabalho, verificou-se a importância das estratégias políticas dos atores sociais como referência em uma história recente da Região Central do Rio Grande do Sul e também como forma resistência territorial em uma periferia constituída em cidade pólo regional.

**Palavras-Chave:** Movimentos Sociais, Periferias urbanas, Expansão Urbana, Políticas Públicas, Santa Maria.

## ABSTRACT

The objective of this research is analyzing the process of occupation of an urban area situated in the suburbs of Santa Maria, Rio Grande do Sul, called Nova Santa Marta, in order to understand its territorial inclusion in the process of expansion and development of the city. The city of Santa Maria is located in the central portion of Rio Grande do Sul, with a population of 261,027 inhabitants (IBGE, 2010), 95% residents of the urban area. In this context, the Neighborhood Nova Santa Marta is located west to the downtown area, composed of seven villages and a population of 12,722 inhabitants (IBGE, 2010). The neighborhood is historically characterized by their organized social mobilization, through the acting of the National Movement of Struggle for Housing (MNLM, acronym in Portuguese), becoming the protagonist of one of the most organized social movements in the central region of Rio Grande do Sul. This paper discusses the political and social construction of families occupying the Santa Marta Farm between 1991 (beginning of the occupation of the former Santa Marta Farm) and 2010, when the city council instituted the Nova Santa Marta district, urbanized and with land use regulation, currently under conclusion. The use of bibliographic and documentary data allowed the analysis of the praxis of the social struggle in this community, combined with information obtained through semi-structured open interviews with experts from government sectors related to urban planning. The social economical conditions experienced by the occupants, the performance of local leadership and achievements over the territory of this process are structural elements of this research, having as a fundamental technique the semi-structured, open and qualitative interview with movement leaders from different moments of its history, occupants of the area in this study and with community leaders and local authorities, that somehow interacted in the process. As a result of this work, it was noted the importance of political strategies by the social actors as a reference in a recent history of the Central Region of Rio Grande do Sul, and also as a territorial resistance form in a suburb constituted in a regional hub city.

**Keywords:** Social Movements, Urban Suburbs, Urban Expansion, Public Policies, Santa Maria.

## LISTA DE FIGURAS

1 Mapa do Rio Grande do Sul com demarcações da área geográfica dos COREDES.....	52
2 Localização do município no COREDE Central - RS.....	54
3 Território do Município de Santa Maria/RS e seus distritos.....	58
4 Cidade de Santa Maria e sua divisão por bairros – 2010.....	62
5 Cidade de Santa Maria com a localização das AEIS – Áreas de Interesse Social.....	71
6 Cidade de Santa Maria com destaque para a área central.....	75
7 “Paradão” da Av. Rio Branco – Foto tirada a partir da Praça Saldanha Marinho com esquina da Rua Acampamento com a Venâncio Aires .....	76
8 Praça Saldanha Marinho, vista a partir da Rua Venâncio Aires, próximo ao Theatro Treze de Maio em direção ao Calçadão Salvador Isaia. Zona Central de Santa Maria.....	77
9 Calçadão Salvador Isaia, primeira quadra da Dr. Bozano - Foto tirada a partir da Praça Saldanha Marinho e Túnel de ligação da Av. Rio Branco com a Rua do Acampamento.....	77
10 Calçadão visto no sentido Leste-Oeste, em direção à Praça Saldanha Marinho, em direção à Rua Dr. Bozano.....	78
11 Zona Central da cidade, destacando a Rua Venâncio Aires, representada pelo traçado em amarelo, a partir da Av. Rio Branco, ponto vermelho.....	79
12 Praça Saldanha Marinho, a partir da Av. Rio Branco, representada pelo ponto vermelho da figura anterior, destacando a Rua Venâncio Aires, representada pelo traçado em amarelo, com localização próxima ao Theatro Treze de Maio, à direita da foto.....	80
13 Cidade de Santa Maria com destaque da área central - Rua Marechal Floriano em toda sua extensão, representada pelo traçado vermelho e o entroncamento com o Calçadão no traçado amarelo.....	81
14 Theatro Treze de Maio e ao lado, o Shopping Popular. Foto tirada a partir da Rua Venâncio Aires, em frente à Praça Saldanha.....	82
15 Ponto de ônibus da Rua do Acampamento. Foto tirada a partir da Rua José Bonifácio.....	83
16 Praça Roque Gonzáles, situada no canteiro central, entre as Ruas José	

Bonifácio e Pinheiro Machado, continuação da Av. Presidente Vargas e a Rua Prof. Braga.....	84
17 Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo. Foto tirada a partir da Rua José Bonifácio.....	84
18 Perímetro urbano da cidade de Santa Maria, com destaque na área central da cidade com demarcação da área da antiga Estação Férrea (listras vermelhas) e a Av. Rio Branco, representada pela linha amarela.....	86
19 Túnel da Gare, ligação entre o início da Av. Rio Branco e o Bairro Itararé. Foto tirada a partir do início da Av. Rio Branco.....	87
20 Cidade de Santa Maria, com sinalização em vermelho claro - Bairro Camobi e Base Aérea e vermelho escuro - Campus da UFSM.....	88
21 Mapa da cidade de Santa Maria, com sinalização em vermelho das áreas de ocupação irregular.....	92
22 Localização, no Bairro Patronato, das áreas alvo de remoções na década de 1990.....	93
23 Cidade de Santa Maria, com destaque para o Bairro Nova Santa Marta no contexto da cidade.....	95
24 Localização do Bairro Nova Santa Marta com bairros limítrofes.....	96
25 Urbanização do Bairro Nova Santa Marta, com a localização de suas Vilas.....	97
26 Macrozonas e Zonas do perímetro urbano da cidade de Santa Maria/RS....	98
27 Quadro Uso do Solo Sede Municipal com destaque para a Zona da Nova Santa Marta.....	100
28 Foto das primeiras barracas de acampados erguidas na área, 1991.....	103
29 Foto de barracos de residências precárias nos anos seguintes à ocupação.....	105
30 Quadro da evolução espacial da área ocupada.....	109
31 Bairro Nova Santa Marta em processo de urbanização fundiária .....	123
32 Assembleia dos Ocupantes da Nova Santa Marta na Câmara de Vereadores com autoridades municipais e estaduais.....	128

## **LISTA DE GRAFICOS**

- 1 Atividades Profissionais dos Moradores da Fazenda Santa Marta em 1999..... 114
- 2 Renda Mensal Familiar da População na Fazenda Santa Marta em 1999..... 117
- 3 Classes de Escolaridade da População da Fazenda Santa Marta em 1999..... 119

## LISTA DE TABELAS

1 Dados Gerais do COREDE Central (2000, 2007, 2008 e 2010).....	54
2 Dados Gerais do Município de Santa Maria (2000, 2007 e 2010).....	57
3 População Urbana e Rural dos municípios do COREDE Central.....	64
4 Renda Per Capita e PIB dos municípios do COREDE Central, 2008.....	65
5 Valor Adicionado Básico Bruto a Preço Básico – VAB dos municípios do COREDE Central, 2008.....	66
6 Percentual da População com 10 Anos ou mais por ano de Estudo.....	67
7 Percentual da População por Grupo de Estudo.....	68
8 Programa de Arrendamento Residencial – PAR e Regiões Contempladas em Santa Maria, 2008.....	90
9 População do Bairro Nova Santa Marta.....	111
10 Profissões dos Chefes de Família moradores no Bairro Nova Santa Marta...	114
12 Renda Familiar dos Chefes de Família Moradores no Bairro Nova Santa Marta.....	117

## LISTA DE ABREVIATURAS

AIES	Áreas Especiais de Interesse Social
APP	Áreas de Preservação Ambiental
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CACISM	Câmara de Comércio e Indústria de Santa Maria
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CMID	Centro Marista de Inclusão Digital
COHAB	Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
DI	Distrito Industrial
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FASE	Fundação de Atendimento Sócio-Educativo
FEBEM	Fundação do Bem Estar do Menor
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNDAEC	Fundação Educacional e Cultural para o Desenvolvimento e o Aperfeiçoamento da Educação e da Cultura
GARE	Nome da Estação Férrea de Santa Maria
INOCOOP	Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LUOS	Lei de Uso e Ocupação do Solo
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
NSM	Nova Santa Marta
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PEIES	Programa de Ingresso ao Ensino Superior
PIB	Produto Interno Bruto
PTTS	Projeto de Trabalho Técnico Social
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S/A
RPM	Regimento de Polícia Montada
SEDAI	Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais
SENAC	Serviço Nacional do Comércio

SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SOMER	Sociedade Meridional de Educação
UAC	União das Associações Comunitárias
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
VAB	Valor Adicionado Bruto

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 A CONSTITUIÇÃO DE PERIFERIAS URBANAS EM CIDADES MÉDIAS.....	21
1.1 Região e Cidades Médias.....	21
1.2 Centralidades, Expansão Urbana e Periferias na Organização Espacial das Cidades Médias.....	26
1.2.1 Centralidades na Cidade.....	27
1.2.2 O Espaço Urbano e seus Agentes Produtores.....	32
1.2.3 Expansão Urbana e Periferias em Realidades de Cidades Médias.....	39
1.3 Movimentos Sociais e a Contribuição do Estatuto da Cidade.....	44
2 O CONTEXTO REGIONAL E URBANO DA ÁREA DE ESTUDO.....	51
2.1 Formação e Caracterização da Região Central do Rio Grande do Sul.....	53
2.1.1 Santa Maria no Contexto do Corede Central.....	56
2.2 Caracterização do Espaço Urbano de Santa Maria.....	59
2.3 Centralidades e Periferias em Santa Maria.....	72
2.3.1 Centralidades em Santa Maria: Área Central Tradicional, Outros Subcentros.....	74
2.3.2 Formas de ocupação da periferia em Santa Maria.....	88
3 O CASO DA OCUPAÇÃO DO BAIRRO NOVA SANTA MARTA.....	95
3.1 Localização do Bairro no Contexto da Cidade.....	95
3.2 Zoneamento e Principais Parâmetros Urbanísticos do Plano Diretor.....	97
3.3 Trajetória Histórico-Espacial - Ocupação e migração.....	101
3.4 Perfil geral da População do bairro.....	110
3.4.1 Aspectos Demográficos.....	110
3.4.2 Aspectos Socioeconômicos.....	113
3.5 A Questão da Regularização Fundiária.....	122
3.6 Processo de Construção Política da Comunidade.....	126

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS .....	151
ANEXOS.....	158
ANEXO 1 - Entrevista aberta semi-estruturada com líderes do movimento.....	159
ANEXO 2 - Entrevista aberta semi-estruturada com Líderes Institucionais e Técnicos de Órgãos Públicos.....	161
ANEXO 3 - Entrevista aberta semi-estruturada com diversos atores, conforme as necessidades do pesquisador.....	162
ANEXO 4 - Lista dos entrevistados.....	163
ANEXO 5 - Quadro Uso do Solo da Sede Municipal de Santa Maria.....	166

## INTRODUÇÃO

O acentuado crescimento de bairros periféricos em cidades médias, nas últimas duas décadas, tem exigido da comunidade científica uma reflexão metodológica e conceitual acerca de suas causas e efeitos na dinâmica do espaço urbano. O crescimento demográfico encontra-se diretamente relacionado aos fluxos migratórios e à distribuição da população no espaço, tendo em vista o freio à concentração urbana em grandes metrópoles e as oportunidades que podem ser abertas nas regiões de fronteira agropecuária e mineral, e em outras áreas ou pouco populosas (DINIZ & CROCCO, 2006).

As mudanças históricas das forças organizadoras do espaço urbano e as novas características requeridas da centralidade, à luz do processo de globalização, metropolização, configuração e reconfiguração do espaço territorial, tornam complexo o estabelecimento e análise dos condicionantes do ambiente social e institucional.

Ao mesmo tempo, tem ocorrido um processo de urbanização extensiva, por meio do qual a influência das cidades – inclusive as chamadas cidades médias – atingiu o campo e submeteu-o à cultura e às condições de consumo e produção das cidades, eliminando a separação entre cidade e campo, unificando a problemática regional e urbana. A relação cidade-campo, cujo território é visto como um tecido contínuo, torna-se, assim, complexa, onde o rural e o urbano atuam de forma complementar e articulada, mas implicando no enfrentamento de processos espaciais, sociais e econômicos.

Assim, a disputa pelo direito à propriedade do solo e à habitação, torna-se um processo irreversível nas grandes cidades. A deficiência de infraestrutura urbana (transporte, saneamento, serviços coletivos), a falta de oportunidades de trabalho, as relações capitalistas, na “cidade do capital”, determinam as marcas do espaço urbano, dividindo-o em áreas centrais nobres e em áreas periféricas pobres, em uma lógica de inclusão e exclusão (LEFEBVRE, 2001).

A dificuldade de implementar políticas públicas urbanas consistentes e permanentes, de enfrentamento desse processo de exclusão territorial e social,

estendendo-se, por seqüência, às áreas de ocupação irregular, resulta cada vez mais em um espaço extremamente fragmentado e excludente, com o contínuo problema do déficit habitacional. Ao longo dessa trajetória política segregatória, surgem os movimentos populares, os quais buscam a inclusão nas políticas públicas urbanas, “estabelecidas” por parte dos poderes constituídos de direito, nacional e localmente.

Este é o caso da periferia da área urbana de Santa Maria, mais especificamente, o Bairro Nova Santa Marta, criado em 2006, quando a aprovação do novo Plano Diretor, em conformidade com o Estatuto da Cidade, reconheceu legalmente a ocupação urbana da Fazenda Santa Marta. O bairro é composto por sete vilas e está situado na zona Oeste da cidade de Santa Maria/RS. Possui, hoje, 3.326 famílias, totalizando uma população de 12.722 habitantes.

A Fazenda Santa Marta, com uma área próxima de 1200 ha, na região oeste de Santa Maria, foi desapropriada pelo Estado do Rio Grande do Sul em 1978. Deste total, nos anos de 1980, foram utilizados 39 ha para construção do Conjunto Habitacional Santa Marta (COHAB), com 872 habitações. Conforme a Lei Estadual nº 7933/84, foi autorizada a doação de, aproximadamente, 340 ha da propriedade para a Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul – COHAB, com a finalidade de construir um conjunto habitacional no prazo de cinco anos. Isto não ocorrendo, a área voltaria ao domínio do Estado.

Não se efetivou a construção deste plano e a área retornou à situação anterior, tornando-se alvo propício para ocupação da grande população carente por moradia. Esta população, em Santa Maria, já fazia parte de várias pequenas ocupações ao longo das rodovias, em pequenos lotes “abandonados” ou em áreas próximas aos arroios que atravessam a cidade, vivendo em condições de insalubridade.

O Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM, recém criado em Santa Maria, à época, organizou e liderou a ocupação de parte da referida Fazenda, em 07 de dezembro de 1991, quando 34 famílias se instalaram no local. Estas famílias, bem como, as demais pessoas que ocuparam a área, eram moradoras de aluguel e impossibilitadas de participar dos programas de moradia da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - COHAB, pelas condições de renda exigidas por aqueles financiamentos, ou nas situações anteriormente caracterizadas.

Ao final de cinco dias, o número de ocupantes chegou a 357 famílias, as quais reivindicavam ações para solucionar a falta de moradias populares em Santa Maria.

Nesse sentido, este trabalho tem como principal objetivo, analisar a ocupação e pesquisar a luta pelo direito à cidade deste setor periférico de Santa Maria, o Bairro Nova Santa Marta, originado da maior ocupação ocorrida no Rio Grande do Sul em terras públicas do Estado, a partir de 1991: a área então denominada Fazenda Santa Marta.

Mais especificamente, busca-se caracterizar a trajetória histórico-espacial do Bairro Nova Santa Marta no processo de expansão e desenvolvimento urbano da cidade; identificar o perfil socioeconômico e cultural das famílias e suas condições de origem, para a tomada de decisão de ocupação da área em estudo, e, ainda, analisar o processo de construção política e social deste bairro, desde 1991, quando de sua ocupação inicial, até o ano de 2010, visando compreender sua busca por inclusão social na sociedade.

Para tanto, utiliza-se uma metodologia centrada em pesquisa bibliográfica e de campo. Com a primeira, encontra-se um suporte teórico que conduz a compreensão e fundamentação da dinâmica que envolve todo o processo de expansão das cidades, a ocupação do espaço urbano e a consequente formação das periferias, assim como, a sustentação do crescimento social urbano. Livros, bibliografia reproduzida, leis e documentos existentes em âmbito municipal, estadual e federal e *Internet*, foram os materiais utilizados para essa fundamentação.

Na pesquisa de campo, a realização de visitas ao objeto de estudo, entrevistas com moradores da ocupação e representantes de todos os setores envolvidos, como líderes comunitários, diretores de escolas, movimentos sociais, autoridades locais e municipais de ordem política, militar e religiosa, coordenadores e membros do Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM, representantes do COREDE Central e da União das Associações Comunitárias - UAC. A escolha (aleatória) dos entrevistados deu-se entre atores que tiveram participação direta ou indireta na formação e condução do evento, por vezes, sob ângulos antagônicos do processo. As entrevistas aplicadas foram do tipo aberta semi-estruturada. Foram entrevistadas 19 pessoas, caracterizadas conforme Anexo 4.

Considerando a importância de se compreender a origem, o processo e as razões que motivam famílias inteiras protagonizarem uma ocupação de terras de propriedade do Estado, nas proporções pertinentes à realidade da área em estudo; considerando o processo de exclusão socioeconômica e espacial dessa parcela da população; considerando a busca pelo entendimento da motivação para persistir na luta pela inclusão, especialmente pelo direito ao espaço urbano e consequente direito à cidade, justifica-se a realização desta pesquisa.

Este trabalho está estruturado em três seções. A primeira busca conceituar uma região, o processo do surgimento das cidades e a sua inserção regional como fator de classificação de porte de cidade média, visando entender as centralidades, a formação do espaço urbano e das periferias em um claro processo de organização fragmentada. Para complementação ao melhor entendimento dos arranjos espaciais urbanos, apresenta-se um estudo sobre os Movimentos Sociais, origens e a caracterização moderna desses movimentos; ainda, elaboram-se considerações sobre as diretrizes gerais do Estatuto das Cidades.

A segunda seção traz a contextualização da área em estudo da escala regional para o local: o COREDE Central – Conselho Regional de Desenvolvimento e Santa Maria, nesse contexto; Santa Maria e a caracterização do seu espaço urbano, sua história sob os aspectos sociais, econômicos e políticos na formação das centralidades e da expansão urbana, identificando o seu papel de sede de polo regional. Nesse contexto, ainda caracterizam-se a Lei de Uso e Ocupação do Solo e a expansão periférica da cidade.

Na terceira seção deste trabalho, desenvolve-se o objeto foco dessa pesquisa, ou seja, a ocupação da Fazenda Santa Marta e a formação do Bairro Nova Santa Marta. A partir de sua localização na cidade e região, e, sob os parâmetros urbanísticos do Plano Diretor, busca-se analisar a formação deste bairro periférico, sua trajetória histórico-espacial, desde a ocupação, em 1991, até os procedimentos para inserção social e territorial dos moradores, num claro processo de construção política. Ainda, apresenta-se tópicos da luta pela regularização fundiária e o consequente direito de habitar.

O presente estudo refere-se ao período compreendido entre o ano de 1991 e 2011. A pesquisa, com todos os procedimentos que a envolve, como elaboração do projeto, estudos, visitas e entrevistas para o levantamento dos dados, suas análises

e decorrentes considerações, desenvolveu-se no período de outubro de 2009 a junho de 2011.

A metodologia utilizada para a terceira seção desta pesquisa desenvolveu-se, num primeiro momento, através de visitas realizadas no Bairro Nova Santa Marta, em alguns setores já conhecidos, como a Escola Marista Santa Marta, a fim de obter informações mais precisas sobre a localização das pessoas a serem entrevistadas. Entre estas, os primeiros moradores e responsáveis pelo início da ocupação da Fazenda Santa Marta.

A maior parte dos agendamentos efetuados para as entrevistas realizou-se através do funcionário da Escola Marista Santa Marta, Sr. Eder, que, pela sua qualificação e inserção na comunidade, tornou-se pessoa importante para tal tarefa, além da espontânea disponibilidade. Esta característica foi encontrada em todos os contatos e entrevistados do bairro.

Os atores escolhidos para estas entrevistas foram escalados a partir dos nomes dos ocupantes da Fazenda e, também, moradores do bairro, de forma aleatória. Igual critério utilizou-se para com os líderes do movimento na época e atualmente, assim como, as lideranças de instituições políticas e sociais que apoiaram ou não esta ocupação ou que exercem, hoje, papel de condução comunitária ou liderança na comunidade de Santa Maria.

Entre os pontos positivos durante a realização desta parte prática, é preciso destacar a excelente receptividade por parte dos entrevistados, em todos os momentos. Observou-se neles o prazer em colaborar para a obtenção das informações, além da emoção sentida em seus depoimentos ao fazerem a sua retrospectiva histórica. Estes sentimentos traduziram-se nas lembranças do caminho percorrido entre as dificuldades do início da ocupação e as conquistas alcançadas pelos méritos do esforço próprio, individual e coletivo, ao longo do processo de construção política do grupo, naquela área.

Foram várias retomadas de informações com os entrevistados. As primeiras entrevistas forneceram pistas para contatar com outros atores, ou mesmo, para indagações que foram complementadas em encontros posteriores. Nem todas. Por exemplo, não foi possível localizar ou contatar com líderes de todas as vilas, tendo

em vista os horários divergentes de trabalho, mesmo em horários alternativos ou em finais de semana, quando os mesmos realizam seus biscates.

Entre as alternativas para superar as informações incompletas, buscou-se ampliar as entrevistas com autoridades educacionais, entre estas, diretores e vice-diretores das escolas do Bairro, os quais, pela função exercida e pelas atividades desempenhadas, têm uma visão abrangente deste processo investigativo. Igualmente, foi importante o depoimento de alguns professores destas instituições.

Por outro lado, entre os entrevistados fora do bairro, ou seja, lideranças comunitárias que desempenham hoje esses papéis e que, igualmente, participaram do conflito na época, por exercerem papéis como vereadores, prefeito, secretários municipais ou líderes de entidades econômicas, políticas ou religiosas, em geral, se mostraram receptivos. Manifestou-se, inclusive, a importância do tema escolhido, como forma de permanente estudo em relação ao processo das conquistas ou das adversidades dos Movimentos Sociais, assim como, da adoção das Políticas Públicas e sua prática para amenizar o problema habitacional local.

No decorrer do desenvolvimento desta pesquisa, foram encontrados alguns dificultadores, tais como: a complexidade do tema e a natureza do evento objeto do estudo, marcada por conflitos e lutas, representando múltiplos interesses, além, naturalmente, da presença de diferentes forças políticas; falta de disponibilidade de algumas (poucas) autoridades ou lideranças comunitárias da época para a realização de entrevistas ou para o fornecimento de dados; imprecisão de localização temporal do evento, ou o fato de, na época, a entidade não estar consolidada juridicamente e não haver registros de informações; divergências quanto ao número da população do bairro. Entretanto, estas dificuldades não impediram o avanço da pesquisa e não foram motivo para que houvesse falta de dados importantes para a realização da mesma.

Ao contrário, a disponibilidade e a acessibilidade de 100% das pessoas entrevistadas asseguraram o bom andamento desta pesquisa, com a qual se espera ter contribuído para o enriquecimento da literatura sobre o assunto e, ao mesmo tempo, comprometer o leitor em, também, contribuir ao seu modo e condições, para a diminuição das diferenças.

## **1 A CONSTITUIÇÃO DE PERIFERIAS URBANAS EM CIDADES MÉDIAS**

Nesta seção busca-se construir os aportes teóricos metodológicos que fundamentam a reflexão sobre o objeto de estudo. Através de pesquisas bibliográficas, apresenta-se reflexões sobre o espaço urbano em contextos regionais, tratando especificamente da realidade das cidades médias.

A seção está estruturada em três partes: a primeira enfoca alguns conceitos pertinentes à região e cidades médias; a segunda trata das centralidades, expansão urbana e periferias na organização espacial das cidades médias; e a última parte aborda reflexões acerca da questão dos movimentos sociais e da contribuição do Estatuto da Cidade.

### **1.1 Região e Cidades Médias**

A complexidade de interpretações na tentativa de definir região pode limitar ou deslocar esta definição, tendo em vista a multiplicidade de seu significado, bem como, de seu uso. Nesta linha pretende-se tão somente propor uma reflexão sobre os conceitos de alguns autores e a aplicabilidade do termo em si. O conhecimento de sua existência já assegura a utilidade como referência de uma área em estudo, marcando e delimitando o campo de sua exploração. Por ora, ele interessa como forma de instrumentalizar o campo de abrangência do recorte objeto deste estudo.

A noção de região, segundo Gomes, estabelece-se pelo senso comum, como vocábulo de outras disciplinas ou como variedade da acepção da geografia. Na linguagem do senso comum, pode-se referir a região como caracterização de uma especificidade, como, por exemplo, “região mais pobre”, “região mais rica”, “região mais alta” ou “região mais baixa”.

Gomes (2001) discute duas vertentes importantes que tratam do conceito de região: a naturalista que parte da ideia de que a natureza influencia a orientação do desenvolvimento da sociedade; e a possibilista, que se refere às regiões como

unidades básicas do saber geográfico, não como unidades morfológica e fisicamente pré-constituídas, mas sim como resultado do trabalho humano em um determinado ambiente. São assim as formas de civilização, a ação humana, os gêneros de vida, que deve ser interrogados para compreendermos uma determinada região. São eles que dão unidade, pela complementariedade, pela solidariedade das atividades, pela unidade cultural, a certas porções do território (GOMES, 2001, p. 56).

Assim, o conceito de região tem implicações fundadoras no campo da política, da cultura, da economia e da diversidade espacial, cabendo, de forma privilegiada, ao campo da geografia a produção das reflexões e discussões sobre esse tema.

Castro, citado por Souza (1994, p. 62), estabelece uma nova interpretação do conceito de região, sugerindo, como importante, uma aproximação entre os conceitos de região e território. Nessa linha, a região pode ser vista como um “acumulador espacial de causalidades sucessivas, perenizadas numa porção do espaço geográfico, verdadeira estrutura sujeito na relação histórica do homem com seu território”. Essa proposição de Castro é defendida também por Gomes, o qual parece ter encontrado razões suficientes para defender essa tese ao afirmar ainda que:

se a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesses identificadas a uma certa área e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia face a um poder central, parece que estes elementos devem fazer parte desta nova definição em lugar de assumirmos de imediato uma solidariedade total com o senso comum que, neste caso da região, pode obscurecer um dado essencial: o fundamento político, de controle e gestão de um território (GOMES, 2001, p.73).

Desta forma, o fato de conceituar região com elementos que são essenciais para essa finalidade, como por exemplo, o elemento político, assegura a afirmativa de abster-se da versão baseada apenas no senso comum.

Confirmando a ideia anterior, numa concepção mais geral, região é uma categoria geográfica que identifica um recorte do território, seja ela nacional (região como subdivisão de um país, por exemplo, no caso do Brasil, pelo critério federativo: União, Distrito Federal, Estados e Municípios; pelo critério geográfico: regiões Norte,

Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-oeste), infranacional (região como subdivisão de um estado, por exemplo, no caso do Estado do Rio Grande do Sul, assim como, os demais estados federados, possui variada tipologia de regionalização: 4 macrorregiões, 7 mesorregiões, 35 microrregiões, 496 municípios, além de 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento), ou supranacional (região como subdivisão de um continente, por exemplo, no caso da América: América do Norte, América Central e América do Sul).

É competência de um estado a função de ordenamento e gestão de seu território, onde o fracionamento acima descrito resulta numa conseqüente instituição de regiões. Portanto, cada país tem sua própria política oficial de regionalização territorial, a qual leva em conta, tanto características geográficas, étnicas, históricas, ecológicas, econômicas, quanto estratégicas, em termos de governança.

Três elementos devem ser considerados no conceito de região: “em primeiro lugar, o fato de região ser sempre uma reflexão política de base territorial; em segundo, o fato de colocar em jogo um conjunto de interesses identificados com determinadas áreas; e, em terceiro, o de colocar sempre em discussão os limites da autonomia frente a um poder central” (GOMES, 2001, citado por CASTRO, 2001, p. 194-195).

Todavia, para que uma região assuma este papel e exista de fato, precisa ser construída socialmente, a partir de laços comuns, identidades cultural, econômica e política, que permitam vislumbrar desafios comuns e interesses compartilhados à comunidade envolvida, potencializando sua capacidade de auto-organização.

Neste contexto, Gomes (2001) diz que “a região é uma realidade concreta, física, ela existe como um quadro de referências para a população que aí vive”. Assim, cada região expressa suas particularidades. Parte-se da conceituação de região para entender a regionalização. É possível, através da compreensão do que seja região, estabelecer diferentes regionalizações, em função do que se pretende destacar, a partir da definição de critérios para um recorte espacial. Estes constituem uma resposta a interesses específicos e delimitados, através da implantação de projetos baseados em políticas públicas na área da saúde, educação ou geração de emprego e renda. Uma região pode, também, ser considerada apenas no resultado de uma segmentação arbitrária do território, não podendo ser considerada um verdadeiro ente social.

Para o contexto desta pesquisa, entende-se que o conceito de região deva reunir os elementos político, cultural, geográfico e econômico, respeitando os interesses comuns da população de uma determinada área territorial. Desta forma, a materialidade desta inter-relação está na vida cotidiana da sua população. Elementos estes que estão contemplados nas abordagens de Gomes (2001).

Estudos atuais também contemplam a reunião destes elementos na caracterização das novas cidades, chamadas cidades médias ou intermédias. Estas estão sendo apontadas como resultado de um enfoque concentrado na gestão e no planejamento territorial, buscando uma rede urbana mais equilibrada, em contrapartida ao desequilíbrio desta rede, consequência do acentuado processo de urbanização do século XX.

Segundo Oliveira Júnior (2008, p. 206), essa perspectiva “coloca as cidades médias, e seu papel de intermediação, em evidência, nos mais diversos países do mundo, especialmente nos países considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento”. Assim, o reconhecimento de uma cidade de porte médio ou cidade média se dá ao papel que esta cidade desempenha na sua região, no país ou fora dele.

Teoricamente, até pouco tempo, a classificação das cidades, simploriamente se dava pela sua condição em números populacionais. Assim, as cidades de porte médio no Brasil (SPÓSITO, 2006), segundo o IPEA, são aquelas que têm entre 50 mil e 500 mil habitantes. Há, ainda, quem classifique um limite superior de 350 mil habitantes para cidade de porte médio (BRANCO, 2006), enquanto outros estabelecem um limite inferior de 100 mil habitantes (SANTOS, 1993).

Além do tamanho demográfico, Spósito (2004), diz que “cidades médias” são aquelas que desempenham claros papéis intermediários entre a(s) metrópole(s) e as cidades pequenas que compõe uma rede urbana. Diz ainda, que nem todas as cidades de “porte médio” são igualmente “cidades médias”, pois, para tal é necessário averiguar a “magnitude e diversidade” desta cidade no conjunto da rede urbana. Para tanto, a autora atribui a denominação **cidades médias** àquelas que “desempenham papéis regionais ou de intermediação no âmbito de uma rede urbana, considerando-se, no período atual, as relações internacionais e nacionais que tem influência na conformação de um sistema urbano” (SPÓSITO, 2006, p. 175).

Constatamos que a literatura sobre os critérios para definição de cidades médias é enriquecida por vários autores que são unânimes ao considerar as mudanças ocorridas a partir da globalização e das transformações no processo produtivo pela abertura da economia e a inserção em uma sociedade em rede. Estes acrescentam às características anteriores, outras tantas, tendo em vista que as mudanças atingem toda a rede urbana e recolocam em evidência os papéis das cidades médias: articuladoras privilegiadas nos eixos ou corredores de desenvolvimento (AMORIM, 2001). Adotando uma perspectiva geográfica, Spósito (2001), enfatiza a importância do sítio e situação geográfica, das relações espaciais da cidade quanto ao consumo, o papel na divisão do trabalho, das funções que desempenham e a distância de centros de maior hierarquia.

Várias designações são adotadas pelos autores para as cidades médias, entre elas, cidades “intermédias/intermediárias”, como forma de ampliação do seu significado e realçar seu papel de articulação, criando e tecendo redes; por introduzir e valorizar aspectos mais dinâmicos e estratégicos, com possibilidade de inserção nas escalas regional, nacional e internacional; e por incorporar o conceito de sistema urbano mais aberto, dinâmico e interativo, no entender de Sanfeliu e Torné (2004), citados por Spósito (2006). Para eles, as cidades intermediárias são: a) centros que oferecem bens e serviços mais ou menos especializados para sua área de influência; b) centros que constituem nós articuladores de fluxos para outros níveis da rede urbana; c) centros onde se localizam sedes de governo local e regional, exercendo importante papel na descentralização administrativa e governamental nestes níveis.

Em comparação a centros maiores, Sanfeliu e Torné (2004), citados por Spósito (2006), apontam as cidades “intermédias” como fornecedoras de: sistemas mais equilibrados e estáveis em seu território; maior facilidade de gestão e exercício da cidadania; maior identidade da população com a cidade, facilitada pela escala do assentamento; menores problemas ambientais; menores conflitos e custos sociais. Mas, por outro lado, conforme Branco (2006), citado por Spósito (2006), também são cidades com menor diversidade social e cultural, menor poder de competitividade econômica e maior dificuldade de acesso aos fluxos de informação e capital.

Contraopondo os autores citados no parágrafo anterior, Soares, citado por Spósito (2006), enfatiza que o “êxito econômico” aliado às “ilhas de prosperidade”

que se atribui às cidades médias, atraem contingentes de imigrantes, provocando um crescimento acelerado e o surgimento de problemas urbanos e sociais pela falta de infra-estrutura, semelhante aos das grandes metrópoles do país.

Entre toda essa linha de caracterização de cidades médias, os autores mantêm uma posição semelhante, quando afirmam que, dentro da nova hierarquia urbana, a posição da cidade como cidade média depende mais da sua inserção nas redes globais do que pelo seu porte em termos populacionais.

## **1.2 Centralidades, Expansão Urbana e Periferias na organização espacial de Cidades Médias**

As transformações ocorridas nas cidades, a partir da globalização, são fundamentais na redefinição dos papéis das cidades médias. As mudanças verificadas em função da movimentação econômica provocada pelas necessidades da reprodução e acumulação do capital, determinam o surgimento daquelas cidades reconhecidas como centralidades, em áreas comuns a várias cidades integradas numa determinada região.

Lembrando Gomes (2001, p. 20), quando diz que a noção de região se estabelece pelo senso comum, a unidade cultural e a complementaridade das ações humanas contribuem para estabelecer os níveis do papel exercido pelas diferentes cidades que compõem uma determinada região. Para Villaça, a estruturação do espaço regional “é dominada pelo deslocamento das informações, da energia, do capital constante e das mercadorias em geral-eventualmente até da mercadoria força de trabalho”. Destaca, ainda, o efeito profundo das comunicações e dos transportes sobre os espaços regionais, nacionais ou planetários.

Assim, o papel de centralidade de uma cidade, verifica-se num contexto tanto regional como estadual, nacional e planetário, desde que desempenhe um papel regional ou de intermediação no âmbito de uma rede urbana, considerando as relações nacionais ou internacionais de influência na conformação de um sistema urbano.

### 1.2.1 Centralidades na cidade

Como visto no item anterior, uma região é moldada pela ação humana, pelas formas e gênero de vida e pelas relações sociais entre a população no território. Por sua vez, as cidades nascem para abrigar encontros impulsionados por motivações diversas, como industrial, comercial, cultural, administrativas ou políticas.

Historicamente, a cidade remonta e acompanha a própria história da civilização, na medida em que o homem tem condições de transformar a natureza e produzir algo através do seu trabalho. Assim,

houve a cidade oriental (ligada ao modo de produção asiático), a cidade arcaica (grega ou romana, ligada a posse de escravo), a cidade medieval (numa situação complexa: inserida em relações feudais mas em luta contra a feudalidade da terra). A cidade oriental e arcaica foi essencialmente política; a cidade medieval sem perder o caráter político foi principalmente comercial, artesanal, bancária (LEFEBVRE, 1991, p. 4).

Essas características se constituem ao longo do processo histórico, assumindo formas e funções distintas, ao mesmo tempo em que se apropria de um dinamismo que a impede de considerá-la como um produto pronto e acabado. Segundo Carlos (2003, p. 57), “A cidade tem uma história (...) a cidade nasce da necessidade de se organizar um dado espaço no sentido de integrá-lo e aumentar sua independência, visando determinado fim. Isto é, a sobrevivência do grupo no lugar, e o rompimento do isolamento das áreas agora sob sua influência”.

Nesse sentido, a partir da sedentarização do homem, se dão os primeiros passos para a formação da cidade, enquanto ele se fixa no solo como agricultor. É ainda Carlos (2003, p. 57-58) que contribui afirmando que: “quando o homem começa a dominar um elenco de técnicas menos rudimentares que lhe permite extrair algum excedente agrícola, é um segundo impulso para o surgimento das cidades” visto que, agora, o homem pode buscar outras atividades, que não seja a de plantar a terra.

Primeiramente, o surgimento das cidades vincula-se à irrigação, de onde as suas localizações junto aos vales de grandes rios. A grande quantidade de alimentos produzidos garante sua abundância e o surgimento da produção excedente, o que libera parte da população para outras ocupações. Assim, os cidadãos dedicam-se

“ao comércio, à fabricação de artefatos e à prestação de serviços religiosos, militares e outros” (GUIMARÃES, 2004. p.10).

Outros fatores determinam o surgimento das cidades: em lugares estratégicos, fora dos muros das propriedades feudais, na instalação de feiras para troca dos excedentes agrícolas e a produção artesanal incipiente; à beira de rios navegáveis, pela facilidade de transporte da produção; em locais de atrativos naturais, como águas termais, para estação de esqui, para encontros, músicos ou cientistas; cidades planejadas para capitais de estado ou país, ou para centros universitários ou religiosos; locais geograficamente estratégicos como formação de bases militares ou de segurança.

Portanto, a origem de uma cidade pode ter motivação agrícola, comercial, industrial, cultural ou turística, político-administrativa, de segurança, e o seu crescimento envolve as relações sociais, a capacidade de produção da sociedade e as redes de conexões regionais, nacionais e globais.

Considera-se alguns conceitos de cidade, sob o olhar do humano, numa continuidade transformadora. Segundo Larousse (2001 p. 193), “Cidade é complexo demográfico social e econômico formado por uma concentração populacional não agrícola; centro urbano, urbe. Centro industrial e comercial”. Legalmente, as cidades se definem pelos perímetros urbanos das sedes municipais, sendo considerada cidade toda a sede urbana de um município.

Algumas abordagens conceituais, citadas por Carlos (2003, p. 67-68), para os autores abaixo, partem do seguinte entendimento:

a) Para Ratzel (1844-1904), uma cidade é uma reunião durável de homens e habitações humanas que cobre uma grande superfície e se encontra no cruzamento de grandes vias comerciais.

b) Em Sorre, a cidade também aparece enquanto aglomeração de homens mais ou menos considerável, densa e permanente, altamente organizada, geralmente independente do território para sua alimentação e implicando, para sua existência, uma vida de relações ativas necessárias à manutenção de sua indústria, de seu comércio e demais funções.

c) Finalmente, para Pierre George as cidades são formas de acumulação humana e de atividades concentradas, próprias a cada sistema econômico e social,

reconhecidos a partir de fatos de massa e arquitetônico. Num conceito mais abrangente, a cidade nos parece ser, em cada época, o produto das relações humanas, sociais, dos meios de produção e seu sistema dinâmico de construção e reconstrução num determinado espaço físico.

Observa-se, nesses conceitos, que existem elementos predominantes, como economia, indústria, comércio, meios de produção, concentração, aglomeração urbana e suas relações, de forma que a cidade está atrelada ao sistema econômico capitalista, cuja origem verifica-se a partir da divisão do trabalho fora da produção essencialmente agrícola. Essa divisão também determina a separação espacial entre as atividades dos homens, ou seja, entre cidade e campo.

De fato, a entrada da burguesia nas cidades significou o surgimento de um lugar central para a realização do comércio de excedentes, e a força daquela classe em relação ao poder. Por outro lado, para Monte-Mor (2006, p. 12), a relação entre o campo e a cidade foi acontecendo de modo voluntário ao reconhecimento da capacidade de articulação da cidade como “locus de mercado”. O autor enfatiza a importância da movimentação humana na cidade: “lugar central de inovação e provimento dos bens e serviços para produção no campo e, também, espaço privilegiado da vida em comunidade, onde a divisão do trabalho aprofunda-se por meio das especialidades e complementaridades que ali se desenvolvem”.

Assim, observa-se a cidade do ponto de vista do capital, onde a divisão de classes também se impõe à divisão espacial do trabalho, com as pessoas articuladas ao processo produtivo. Há que se considerar, também, nessa cidade, o trabalhador e aquele que consome, os quais, por sua vez, têm necessidade de morar, trabalhar e deslocar-se.

Nesta perspectiva, segundo Correa (1997), a cidade capitalista apresenta-se como um espaço fragmentado, isto é, uma área central, área periférica do centro, subcentros comerciais, áreas industriais, áreas periféricas, áreas residenciais diversas, áreas de lazer ou culturais. Verifica-se a integração dessas partes através das interações entre fluxo de capital, idas e vindas diárias entre os locais de residência e trabalho, assim como deslocamento de consumidores.

Ao mesmo tempo fragmentado, o espaço urbano é, também, articulado, pois mantém relações entre si mesmo sob inúmeras variáveis. Os diferentes fluxos entre

veículos e pessoas ou as relações que envolvem “circulação de decisões e investimento de capital, mais valia, salários, juros” (Correa, 1997, p. 147), identificam relações de uma sociedade capitalista, caracterizada por uma enorme mobilidade social.

Toda esta dinâmica caracteriza um processo de estabelecimento de centralidades em uma cidade. Estas se estabelecem como desconcentração pelos fluxos diversos e, como expressão da reorganização da produção e distribuição, transportes, serviços, mercadorias, transformados em bens de consumo, atendendo sempre as suas características e especificidades. Estas, impulsionadas pela dinâmica do sistema capitalista de produção, notadamente na economia de mercado.

Segundo Silva (2001), citado por Oliveira Junior (2008, p. 211), “estabelecem-se espaços na cidade que dispõe de maior concentração de atividades, os quais concedem a esses espaços, maior poder de articulação (...) exercendo atração sobre as demais parcelas do tecido urbano, constituindo uma centralidade urbana”. Daí as áreas de concentração de fixos, mas, principalmente, áreas que geram e mantêm fluxos.

A centralidade não se define pela localização, mas pelas articulações entre localizações, visto a sua expressão através de relações espaciais. Portanto, sua constituição tem nos fluxos seus elementos determinantes: a cidade possui estruturas morfológicas e, nesse sentido, a centralidade também diz respeito a um lugar com conteúdo social, carregado de símbolos e representações (LEFEBVRE, 1983, p. 46).

Por outro lado, Spósito (2001) sintetiza a grande articulação existente, tanto pelo que está fixo no espaço, como pelas mudanças constantes no decorrer do tempo, movidas pelas novas formas de comércio e de serviços, através do que denomina como centralidades múltiplas, complexas, cambiantes. Esta centralidade se caracteriza pelas modificações que ocorrem em variações temporais, isto é, com determinados intervalos de tempo. Segundo a autora, estes podem estabelecer “diferenças de fluxos nas diversas áreas centrais, em diferentes horários de um mesmo dia ou entre diferentes dias da semana”, citada por OLIVEIRA JUNIOR, (2008, p. 215).

A autora cita, ainda, a centralidade polinucleada. “Esta caracteriza uma centralidade diferenciada, isto é, as novas áreas centrais geram e mantem um determinado padrão de consumo para determinados grupos e camadas sociais de elevado poder aquisitivo”. Esta característica determina centralidades socialmente segmentadas, já citadas por Silva (2001), no interior das cidades, confirmando a segmentação urbana social, econômica e espacial. Segundo Spósito (2001, p.236),

a expressão completa desse processo é a diversificação das expressões da centralidade intra-urbana e, ainda, da centralidade interurbana, visto que novas formas de comércio promovem novos fluxos entre cidades de diferentes portes, permitindo a emergência de uma centralidade múltipla e complexa, no lugar da centralidade principal e muitas vezes única, que marcava a estruturação interna das cidades até há algumas décadas

Portanto, a ocorrência dessa dinâmica é intrínseca ao suprimento de necessidades humanas de sustentabilidade social, como comércio, serviços, cultura, trabalho e lazer. Daí a estruturação interna das cidades a partir dos diferentes usos dado ao espaço territorial, onde as realizações humanas, quer por meio de suas aspirações e necessidades, ou pelo jogo político do poder, transformam esse espaço num conjunto de artefatos urbanos, de forma desigual e contraditória. Assim, caracteriza-se esse espaço pelo uso diferencial da cidade, em consequência da desigualdade social, de onde se questiona o exercício da cidadania e o direito à cidade.

Considere-se que o direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente. Harvey (2009), pronunciando-se no Fórum Social Mundial, em Belém/Brasil, “quando eu olho para a História, vejo que as cidades foram regidas pelo capital, mais que pelas pessoas. Assim, nessa luta pelo direito à cidade, haverá também uma luta contra o capital”.

É importante assinalar que cidade e espaço urbano são conceitos distintos, embora interdependentes. Alguns autores, como Santos (1981), referem-se à cidade como a materialidade, o substrato físico, enquanto que o espaço urbano diz respeito às atividades que estabelecem a dinâmica da cidade, repercutindo na circulação de idéias, capital, pessoas e mercadorias. A seguir, algumas considerações sobre o espaço urbano e os agentes produtores desse espaço.

### 1.2.2 O espaço urbano e seus agentes produtores

Sendo o espaço geográfico um produto da ação do homem através de várias gerações, é com o seu trabalho que a natureza se modifica e se transforma em espaço urbano. O espaço torna-se um produto social, onde o trabalho é a condição primeira dessa transformação, desenvolvendo-o na medida em que a própria sociedade se desenvolve. Humanizá-lo ou **petrificá-lo** será parte das políticas públicas adotadas pelo Estado ou o sistema econômico, conferindo-lhe as normas de acesso ou de barreiras aos direitos à cidade e à cidadania.

Para Carlos, é a partir da segunda metade do século XX que se intensifica a apropriação do espaço urbano pelo capitalismo e a manutenção das relações de dominação:

O espaço torna-se sede de poder, as forças produtivas permitem a quem a dispõe de dominar o espaço e mesmo de produzi-lo (...) o espaço natural é reduzido e transformado em um produto social pelo conjunto das técnicas, da física, da informática; deste modo, o espaço, se de um lado reproduz ativamente as relações de produção, de outro, contribui a sua manutenção e consolidação (CARLOS, 2004, p. 23).

Desta forma, pode-se considerar, também, que o espaço urbano é estruturado a partir do “deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – deslocamento casa/trabalho – seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa/compra, casa/lazer, escola” (VILLAÇA, 2001, p. 20). Assim, justifica-se aquela apropriação pelos considerados centros urbanos, onde o espaço desenvolve-se a partir das áreas comerciais e de serviços. Da mesma forma que o espaço urbano também se organiza a partir das **linhas** de transporte urbano para os passageiros que se deslocam enquanto trabalhadores e/ou consumidores.

Por outro lado, a questão acessibilidade intensifica a valorização do espaço urbano pelas condições que o mesmo representa em relação a todo o sistema urbano, a todo o conjunto da cidade. Esta acessibilidade pode variar de acordo com as condições das classes sociais que dependem daquele espaço, seja dependente de transporte público ou possuidora de transporte próprio.

Santos descreve sobre a riqueza da localização e a importância da acessibilidade, quando diz,

Cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário, tem valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a oportunidade de ser mais ou menos cidadão depende em larga proporção, do ponto do território onde se está (SANTOS, 1987, p. 81).

Entendida como a “cidade do capital”, a lógica do lucro capitalista regula a posição de acessibilidade a cada um de seus habitantes. Regras controladoras, por vezes invisíveis, limitam a vida cotidiana, a expansão de suas relações e até mesmo de seus sonhos, num claro processo de inclusão e exclusão. Daí o processo de fragmentação, tanto do espaço urbano quanto do próprio ser humano, na sua individualidade e enquanto valor de posição no mercado capitalista.

Este processo de fragmentação torna o espaço urbano um campo de conflitos e interesses entre classes mais e menos privilegiadas. Áreas ditas abandonadas, esperando por uma revitalização, significam objeto de apropriação por parte dos sem-teto ou sem-terra, os quais povoam as áreas urbanas em detrimento do campo, transformando a natureza e o conceito de excedente, assim como, o conceito do trabalho, valor e sociedade. Assim, surgem os contrastes provocados pelas diferentes maneiras de se utilizar o espaço, ou seja, o uso do solo dado por um processo desigual, ditado pela “reprodução do capital” ou pela “reprodução da força de trabalho” (CARLOS, 2003, p. 40).

O processo de exclusão territorial em áreas urbanas a que está submetida uma expressiva parcela da população nas grandes cidades, é resultado da política do mercado imobiliário. Para este, e historicamente, a terra urbana e as suas edificações fazem parte das mercadorias do modo de produção capitalista, como um capital que está em constante valorização. Para Rodrigues (2003, p.17),

a terra é uma mercadoria que tem preço, que é vendida no mercado, e que não é reproduzível, ou seja, tem um preço que independe de sua produção [...], a terra é um equivalente de mercadoria ou um equivalente de capital. A valorização do capital dinheiro aplicado em terra está relacionada à “valorização” média do capital em geral. A terra é um equivalente de capital, por que se valoriza sem trabalho, sem uso. [...] pauta-se nas regras de valorização do jogo capitalista, que se fundamenta na propriedade privada.

Mas, é uma falsa mercadoria e um falso capital. É um valor que se valoriza pela monopolização do acesso a um bem necessário à sobrevivência e tornado escasso e caro pela propriedade.

Na medida em que se paga para ter acesso ao uso do solo ou a um pedaço de terra, seja por compra ou por aluguel, vincula-se o seu preço ao valor de uso que a propriedade representa: moradia, prestação de serviço, local de produção ou de venda e outros. Para Carlos (2003), discutir o valor do espaço significa discutir o “espaço-mercadoria” e o espaço como propriedade. Por outro lado, segundo a autora, o sentido de propriedade remete ao pressuposto de monopólio de algumas pessoas na propriedade e o seu direito de utilizar parcelas do solo como propriedades privadas,

excluindo os demais membros da sociedade e determinando como tal parcela será utilizada e qual a classe social que irá desfrutá-la. Isso se expressará na segregação espacial fruto da diferenciação de classe, de seu poder econômico, político e social (CARLOS, 2003, p. 47-48).

Os mecanismos utilizados pelo mercado para estabelecer o valor de troca, traduzido em capital/dinheiro, são determinados por fatores relacionados às condições de produção e reprodução do espaço urbano, produzido pelo trabalho dispendido na elaboração de algo socialmente útil. Ou seja, um trabalho que produz um valor. Ao tratar do produto do trabalho inserido no valor do espaço urbano VILLAÇA (2001, p.72) assinala:

Há aí dois valores a considerar. O primeiro é o dos produtos em si – os edifícios, as ruas, as praças, as infraestrutura. O outro é o valor produzido pela aglomeração. Esse valor é dado pela localização dos edifícios, ruas e praças, pois é essa localização que os insere na aglomeração. A localização se apresenta assim como um valor de uso da terra – dos lotes, das ruas, das praças, das praias – valor que, no mercado, se traduz em preço da terra. Tal como qualquer valor, o da localização também é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, ou seja, para produzir a cidade inteira da qual a localização é parte.

Além da localização, outros fatores se incluem na determinação dos valores do espaço urbano. Entre estes, já citado anteriormente, o acesso às diversas localizações urbanas, especialmente ao centro, e o tempo de deslocamento, bem como custos e a frequência para toda a família, aos lugares: comércio, escola, saúde, lazer. Ainda são relevantes: a infraestrutura existente; a privacidade; o

relevo, que influi na customização da obra; e a tendência à valorização do espaço no seu entorno.

Portanto, o processo de valorização do espaço urbano, na definição do preço da terra, está vinculado à produção social da cidade, na área onde se localiza a terra. No sentido de apropriação deste coletivo, por parte de quem detém o poder de compra, e garante o acesso à propriedade privada, considere-se o que diz Rodrigues (2003, p. 20):

A apropriação dessas condições gerais de existência na cidade é feita individualmente pelos proprietários de terras. Obtém-se para as áreas bem localizadas um lucro extra na venda da casa/terreno, além de usufruir de uma cidade bem equipada. Cidade produzida socialmente e renda apropriada individualmente.

A forma diferenciada do uso do solo urbano gera conflitos entre os indivíduos que serão orientados pelo mercado, “mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida” (CARLOS, 2003 p.47).

Do ponto de vista do mercado imobiliário, várias são as possibilidades de atuação deste ramo na produção e exploração do espaço urbano. Para Rodrigues (2003), este é um mercado de concorrência, baseado na lei da oferta e de procura; é um mercado imperfeito, pois cada espaço é considerado único; o mercado não é transparente, pois é impossível conhecer-se todos os terrenos para compra e venda. É ainda um grupo autônomo, poderoso e articulado na sociedade capitalista.

Os contrastes entre os vazios urbanos e a falta de lugar para morar nas cidades, representam a força da corporação imobiliária na produção do espaço urbano. Para Rodrigues (2003), uma das formas mais usuais da especulação imobiliária, diz respeito ao parcelamento de áreas a serem loteadas. Primeiramente são ofertados os lotes “pior localizados” que, a partir da sua ocupação, passam a valorizar os demais, legitimando o acréscimo dos seus preços. Nestes loteamentos é comum deixar-se lotes melhores localizados para áreas comerciais ou de serviços, que serão pontos estratégicos para abastecimento dessa população, e conseqüentemente, lotes mais caros.

Outra forma de especulação imobiliária refere-se ao loteamento de glebas, onde é usual deixar-se área vazia entre dois loteamentos, a fim de valorização futura. Por outro lado em loteamentos com pouco ou nenhuma infraestrutura, colocados à venda, seus compradores com poucos recursos financeiros, organizam-se e lutam para obter as melhorias básicas, beneficiando-os. Mas o maior benefício-lucro será para os proprietários da terra que permaneceu vazia, elevando o preço daquele espaço. É a apropriação da produção social, cuja renda beneficia o detentor da propriedade privada. Dentro da lógica capitalista muitos destes espaços urbanos são contemplados com tamanha valorização que, segundo Rodrigues (2003, p. 22):

quando a “valorização” do lugar faz aumentar em demasia o preço da terra e os impostos, parte daqueles que lutaram por esta transformação são, pela impossibilidade de pagar estas taxas, “empurrados” para mais longe, para recomeçar a produção social da cidade em outro lugar e de novo propiciar a apropriação de renda por apenas uma parcela, na qual não está incluído.

Por outro lado, o mercado imobiliário também investe de forma semelhante nos loteamentos de alto padrão, em condomínios fechados, centros empresariais e comerciais, que, em projetos únicos compreendem residências, comércio, trabalho, lazer. O moderno mercado imobiliário, através de suas inúmeras estratégias atua de forma a vender uma ideologia, onde “novas formas de vida” tornam o espaço raro, luxuoso, muito caro e de alto poder segregário. Este é, segundo Carlos (2004, p.121) “circuito da reprodução do setor imobiliário”.

A segregação é um processo necessário para a dominação, através do espaço, segundo Villaça, 2001 este espaço tornado mercadoria está submetido as estratégias imobiliárias e voltado às novas necessidades de reprodução do espaço urbano e que, segundo Carlos, 2004 se recria em função de objetivos específicos que fogem e se sobrepõe aos desejos dos habitantes coercitivamente.

Esta dinâmica demográfica do território, assim como perde população por falta de “atratividade”, pode, por outro lado, atrair maior número de habitantes, dependendo do que oferece, ou seja, das “atratividades” econômicas, políticas, sociais e culturais nele existentes. Estas forças interferem diretamente na dinâmica da estruturação das cidades, bem como, da sua classificação em termos de maior ou menor importância na rede urbana em escala regional, estadual, nacional, já visto nos textos anteriores.

Desta forma, nas cidades, as regras são ditadas pelos agentes produtores do espaço urbano. Vários são os atores responsáveis por essa dinâmica na cidade. Conforme Harvey (1978), vale destacar os seguintes agentes produtores do espaço urbano:

a) **Os Proprietários** têm em suas operações o imóvel como o valor de troca, tendo em vista fazer da sua locação uma agregação de renda para sua sustentação e acumulação de riqueza. A escassez de moradias irá permitir que os proprietários dos imóveis existentes cobrem elevados valores de aluguéis, mesmo por moradias absolutamente precárias. Isso atrairá uma parte do capital-dinheiro existente na economia, oriunda do pagamento das indenizações de guerra, pois a compra de velhos imóveis para neles criar moradias operárias, através do parcelamento em cubículos, torna-se um investimento rentável. Onde há espaços disponíveis este capital é aplicado na construção de conjuntos e casas, também com a finalidade de tirar delas uma renda.

b) Por sua vez, os **usuários da moradia** consomem os vários aspectos da habitação de acordo com os seus desejos, necessidades e possibilidades. O valor de uso é determinado pelo significado que a moradia representa para a situação pessoal ou familiar do usuário.

c) No mercado de moradia, os **corretores de imóveis** operam visando obter o valor de troca. Geralmente não contribuem para agregar valor, nem ao bem como mercadoria, nem ao bem como uso. Não constrói, não reforma, não investe e não transforma. Exercem, dentro do modelo capitalista, a sua atividade profissional e a sua sustentabilidade.

d) **Os Incorporadores** formam a indústria da construção de moradias e estão inseridos no processo de criar novos valores de uso para outrem e com isso aumentar o valor de troca para si. Além da expansão urbana propriamente dita, empenham-se no crescimento, reconstrução e reabilitação do espaço urbano das cidades. Investem na propaganda maciça em torno da criação de novos estilos de vida, com mais conforto e tecnologias avançadas. Sendo assim, são capazes de criar novos *habitats* em conformidade com a reinvenção e remodelação dos costumes e novas necessidades criadas pela convivência, relacionamento humano e processos sociais.

e) Para melhorar sua atuação, as incorporadoras recorrem às **Instituições financeiras**, as quais desempenham um importante papel no mercado imobiliário através de financiamentos. Fundamentalmente, essas instituições se interessam por aumentar o valor de troca da sua mercadoria (dinheiro) com a segurança do bem fixo. Estas instituições não visam um papel social, no sentido de garantir programas voltados a financiar moradias à população de baixa renda. Representam uma atividade econômica capitalista, visando o lucro de sua organização.

f) Já as **instituições governamentais** interferem no mercado de moradia de diversas formas: 1) incentivando agentes privados, através de incentivos fiscais, para, pela ação destes, prover habitação para os usuários; 2) Concedendo direta ou indiretamente financiamentos, ou ainda, aportando recursos financeiros para esse fim; 3) promovendo e articulando o provimento de habitações em áreas de expansão urbana, notadamente para atender a população carente e desprovida de renda suficiente para satisfazer suas necessidades de moradia através da atuação mercadológica de outros atores, conforme exposto acima.

g) Portanto, no âmbito da “cidade do capital”, os **grupos sociais excluídos** possivelmente formam o exército industrial de reserva do modelo capitalista. São os protagonistas da produção do espaço urbano que, *a priori*, não tendo alternativas no seu conjunto, formam um movimento de ocupação de áreas desocupadas nos subúrbios e periferias das cidades grandes, médias e pequenas, transformando essas áreas em uma nova expansão urbana. Como nos diz Corrêa (1989), a produção deste espaço é, antes de tudo, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade.

No item seguinte, tratar-se-á da expansão urbana e como os agentes produtores do espaço urbano contribuem para esta expansão, ao mesmo tempo que, parte destas áreas em expansão são utilizadas para atender a demanda por habitações a grupos sociais excluídos.

### 1.2.3 Expansão Urbana e Periferias em Realidades de Cidades Médias

Várias leituras consideram que a expansão territorial da cidade em direção ao urbano é tão antiga quanto a história da própria cidade. Igualmente, algumas características como continuidade, complexidade, concentração e a capacidade de se renovar, são consideradas por Benévolo (1983), citado por Spósito (2004, p.116), como “caracteres gerais das cidades desde a Antiguidade”.

As vias públicas, especialmente as hidrovias, ferrovias e rodovias, já contribuíram, ao longo da história, para a expansão das cidades. Hoje, apesar de não serem construídas para essa finalidade – expansão urbana – as diferentes vias proporcionam um crescimento territorial e urbano ao longo dessas vias, especialmente das rodovias. Segundo Villaça (2001, p. 70),

embora as vias regionais não tenham sido construídas para oferecer transporte intra-urbano, elas acabam oferecendo esse tipo de transporte, e aquelas regionalmente mais importantes passam a ser mais importantes do ponto de vista intra-urbano e acabam atraindo maior expansão urbana ao longo delas.

Entretanto, o efeito que uma via regional ou terminal de transporte urbano provoca no espaço adjacente se dá pela sua acessibilidade, isto é, um sistema de transporte a preços compatíveis com o que os passageiros possam pagar e, assim, ter acesso aos terminais e pontos de parada dos coletivos.

A expansão territorial das cidades também está associada aos ciclos econômicos, com as diferentes formações sociais que a história registra, mas é principalmente o advento da Revolução Industrial que significou a efetiva passagem da cidade para a urbanização tal como hoje é entendida. Segundo Benévolo (1994), citada por Spósito (2004, p. 117):

As famílias que abandonavam o campo e afluíam aos aglomerados industriais ficavam alojadas nos espaços vazios disponíveis dentro dos bairros antigos, ou nas novas construções erigidas na periferia, que depressa se multiplicaram formando bairros novos e extensíssimos em redor dos núcleos primitivos.

O autor ainda fala da “época das grandes esperanças” referindo-se ao período entre 1815 e 1848, mostrando que um processo de ampliação dos tecidos

urbanos já se fazia sentir na primeira metade do séc. XIX, através da periferização das cidades.

A aglomeração urbana no espaço geográfico caracterizado como núcleo original das cidades, proporcionando a concentração de uma população consumidora, de trabalhadores e de condições básicas para a instalação de uma indústria, significou “a entrada da produção no seio do espaço do poder, trazendo com ela o proletariado” (MONTE-MOR, 2006, p. 13). É a partir da Revolução Industrial, por meio do desenvolvimento capitalista, que se intensificam qualitativa e quantitativamente as ligações da cidade com o território fora dela.

O crescimento cada vez mais rápido do mercado na sociedade capitalista, nas últimas décadas do século XX, aponta para novas tendências ou modelos de concentração e exclusão na expansão urbana. A velocidade do crescimento da tecnologia induz a uma sociedade cada vez mais racional: “a racionalização global da vida coletiva e da vida individual na cidade” (VICENTINI, 2001, p. 10). Assim, nas palavras de Souza Santos (1995), citado por Vicentini, percebe-se com que velocidade as mudanças ocorrem: “retrata-se a perplexidade perante a rapidez, a profundidade e a imprevisibilidade que algumas transformações recentes conferem ao tempo presente”. Esta perplexidade se retrata igualmente

na política econômica em geral e em suas práticas transnacionais, da internacionalização da economia a translocalização da população mundial, das redes interplanetárias de informação às lógicas do consumismo, da marginalização dos Estados Nacionais à perda de sua autonomia e sua capacidade de regulação (VICENTINI, 2001, p.11).

O fenômeno urbano, impulsionado pelos agentes que o produz, se estende sobre uma grande parte do território e atravessa as fronteiras nacionais. Lefebvre caracteriza um processo induzido chamado “implosão-explosão” da cidade:

O território está encerrado num tecido urbano cada vez mais cerrado (...) nesse tecido e mesmo noutros lugares, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (...). Ao mesmo tempo, ainda muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes (...). Escritórios substituem apartamentos nos centros urbanos. Às vezes esses centros são abandonados (...) e tornam-se guetos para os desfavorecidos (...) pelo contrário pessoas mais abastadas conservam fortes posições no coração das cidades (LEFEBVRE, 1991, p.10 e 11).

Percebe-se que o fenômeno da expansão urbana representa não só uma situação territorial edificada, muito ampla, com delimitações físicas ou geográficas. É, também, uma representação de modos de vida, cada vez mais diversificada em termos de condições sócio-econômico-político-culturais, as quais sobrevivem num mundo impulsionado pelo consumismo desenfreado e sob a ordem ditada por políticas regulatórias do modelo capitalista.

Lembrando que a paisagem urbana “se estende mais depressa que o atendimento das necessidades da população”, Santos (1990), citado por Spósito, (2004, p.122), chama atenção para os contrastes entre centro e periferia, referindo-se à existência de uma “oposição entre a cidade visível e a invisível”. Santos (1981), lembra ainda que o livre jogo da especulação de alguns agentes produtores do espaço ou de financiamentos públicos de programas habitacionais estatais, determina o deslocamento do *habitat* popular para a periferia, fazendo com que a acessibilidade aos serviços mais concentrados na área central da cidade varie em função da renda de cada grupo social, gerando “cidades justa-postas”, mal vinculadas entre si, dentro da própria cidade.

Como exemplos, estão os loteamentos surgidos no início do século XX, cujas classes trabalhadoras foram empurradas para as áreas periféricas. Estas áreas abrigam projetos habitacionais sem qualquer infra-estrutura urbana. Sua população caracteriza-se por ser de baixo poder aquisitivo e morar em precárias condições de vida, caracterizando a estruturação centro-periferia, orientando a dinâmica das cidades até a década de 1970.

Desta forma, segundo Correa (1997, p. 149), o espaço urbano é um condicionante social, isto é, as obras fixadas pelo homem e as formas espaciais representam a reprodução das condições de produção e das relações de produção. Isto pode ser observado através de atividades terciárias realizadas no núcleo central da cidade e nos subcentros terciários, verificando-se a reprodução das condições de produção; dos bairros habitados por elites dirigentes é multiplicada a futura classe dirigente, assim como, de um bairro popular se reproduzam diferentes grupos sociais, verificando-se a reprodução das relações de produção.

Em cidades de porte médio ainda encontram-se áreas nobres bem localizadas, em condições favoráveis a rápidos deslocamentos e com menores preços da terra, devido a maior número de áreas loteáveis. Esse fator facilita o

acesso ao poder de aquisição de lotes até para classes de poder aquisitivo mais baixo ou médio. Algumas dessas áreas em loteamento já abrigam em seus projetos verdadeiras cidades planejadas para fins habitacionais, onde se encontram outros condomínios, cujo entorno é contemplado com restaurantes, escolas, Shopping Centers, mantidos pelos grupos sociais aí pertinentes.

Os hoje chamados novos loteamentos, ou condomínios fechados, em áreas melhor servidas de infra-estrutura viária, em cidades de porte médio, caracterizam, segundo Spósito (2006, p.180), a “dimâmica profunda e acelerada de reestruturação dessas cidades (...) e os conteúdos sociais e econômicos da periferia passaram a se redefinir”. Os loteamentos fechados, ou condomínios, localizados em áreas periféricas servidas de melhor infra-estrutura viária passam, então, a atender uma população de classe média alta, atraída especialmente pela especulação imobiliária, além dos interesses fundiários e as questões de segurança.

Segundo Correa (1997, p. 165), “caracterizam-se os condomínios pela auto-segregação, isto é, o isolamento de grupos sociais que, dispendo de renda, podem residir onde lhes aprouver. E a escolha da nova residência é influenciada pela maciça propaganda em torno das amenidades e do novo estilo de vida”. Assim, os loteamentos fechados são, nas últimas décadas, os produtos de maior impacto no mercado imobiliário das cidades latino americanas e, de acordo com Spósito (2006, p. 176), representam um grande peso na reestruturação das cidades contemporâneas em que aparecem, e nas práticas sócio-espaciais dos moradores desses espaços, bem como dos que ficam fora dos seus muros.

Esses novos loteamentos estão localizados em áreas periféricas, o que, segundo Spósito (2004), leva a repensar sobre o significado conceitual do conceito de periferia urbana no Brasil, já que a idéia de periferia está relacionada a áreas da população de baixo poder aquisitivo e precárias condições de vida, tanto individual como coletiva.

Partindo desta relação, a venda irregular de loteamentos ou ocupações indevidas em áreas livres ou públicas, igualmente contribui para a formação das periferias, estas associadas àquelas áreas de grande pobreza. A propósito, Lefebvre (1991), entende que “a pobreza urbana é na maior parte dos casos pobreza rural reorganizada dentro do sistema urbano”. Entre as necessidades básicas desta população está a moradia, necessidade esta que está longe de ser suprida para os

trabalhadores que recebem baixos salários ou vivem na informalidade. Daí a crise de habitação, citada por Botega (2004).

Mas de onde procede a crise de habitação? De que modo nasceu? (...) é um produto necessário da ordem social burguesa; que não poderia existir sem crise de habitação uma sociedade na qual a grande massa trabalhadora não pode contar senão com um salário, portanto, exclusivamente com a soma de meios indispensáveis para a sua existência e para a reprodução de sua espécie; uma sociedade onde os aperfeiçoamentos da maquinaria, etc., lançam constantemente massas de operários para fora da produção; onde o retorno regular de violentas flutuações industriais condiciona, por um lado, a existência de um grande exército de reserva de operários desocupados e, por outro lado, lança a rua uma massa de operários sem trabalho; onde os operários se amontoam nas grandes cidades e, na verdade, muito mais rapidamente do que nas presentes circunstâncias, são construídas moradias para eles, de sorte que podem encontrar-se na situação de arrendatários da mais infecta das pocilgas; por fim, uma sociedade na qual o proprietário de uma casa tem, na sua qualidade de capitalista, não somente o direito, mas também, em certa medida, até o dever de exigir sem consideração os aluguéis mais elevados. Em semelhante sociedade, crise de moradia não é de modo algum um fenômeno casual; é uma instituição necessária (...) (MARX & ENGELS, s/d, p. 137).

Esta crise toda, já caracterizada gerou, um intensivo crescimento urbano, com uma expansão desordenada, criando como subproduto extensas zonas de periferias nas grandes cidades. Saliente-se que o sistema urbano brasileiro nesse período, imensamente afetado, teve no sistema financeiro da habitação uma grande alavanca de sustentação para o impacto dessa migração.

Considere-se o programa de financiamento ao desenvolvimento urbano e habitacional, bancado pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Esse programa minimizou a “caotização maior” da expansão urbana, principalmente nas capitais e demais cidades que receberam grande contingente populacional. Esses investimentos urbanos desempenharam papel importante na articulação do crescimento urbano e na inversão da distribuição populacional, rural-urbano.

Mesmo assim, as classes marginalizadas, sem teto, na medida em que lhes falta um item básico de sobrevivência, que é o direito de ocupar um pedaço do solo urbano, da terra vazia, procuram se organizar para se opor a este sistema de exploração. A terra improdutiva não cumpre com sua função social, portanto, lhes resta a invasão, a ocupação, na perspectiva do direito à habitação. Razão suficiente para o surgimento dos movimentos sociais que será abordado no próximo item.

### 1.3 Movimentos Sociais e a Contribuição do Estatuto da Cidade

Entender a cidade como um espaço privilegiado da vida em comunidade, “onde a divisão do trabalho aprofunda-se por meio das especialidades e complementaridades que ali se desenvolve”, (Mont-Mor, p. 12), tem levado populações da cidade, de um lado, os contemplados pelo saber científico ou pelo poder capital, e de outro, os desprivilegiados, sem condições de aprofundar os estudos, mesmo técnicos e sem o sabor do capital, a procurar locais diferenciados para moradia. Os grandes condomínios de luxo atraem os privilegiados e, ao contrário, áreas abandonadas que não servem ao capital ou que ele ainda não se apropriou, sobram para os mesmos favorecidos.

Nesta lógica, o processo de expulsão dos habitantes da cidade do capital, como já abordado nos textos anteriores, promoveu um novo processo ao impulsionar uma reação da população pela luta ao direito à cidade. Essa reação levou ao agrupamento dos discriminados, nesse caso de estudo, os moradores excluídos do direito de habitar, determinando o surgimento dos Movimentos de Luta pela Moradia, um dos muitos segmentos dos Movimentos Sociais Urbanos.

Ao contrário das previsões esperadas da crescente exclusão, com as políticas pós-industrialização “nas cidades, onde o setor terciário inchado pela industrialização excludente deveria levar a rupturas e explosões, assistia-se a uma intensificação da participação dos setores populares, através de novas formas de associacionismo. A periferia das metrópoles, apresentada como desenho vivo da segregação espacial, social e política, começava a se fazer presente reclamando direitos iguais e cidadania plena” (CARDOSO, 1987).

Assim, os Movimentos Sociais, aqui entendidos como forma de fazer política frente a uma causa comum, são formados por grupos geralmente injustiçados, com experiências concretas de discriminação ou carências únicas, movimentam-se a partir da tomada de consciência de que é possível a exigência de direitos através de diferentes formas de organização e conseqüente mobilização. A vivência com as carências comuns possibilita que se identifiquem como uma comunidade onde seus membros “se reconhecem como iguais e impõem regras de funcionamento que impedem o aparecimento de hierarquia ou delegação de poderes. A democracia

interna de pessoas iguais é o traço de união entre essas comunidades de interesse” (CARDOSO, 1987).

Considerando a realidade onde esta população está inserida,

falar de interesse social é falar de conflito, por que a sua expressão em uma sociedade tão marcada pelas desigualdades sociais, só pode se dar pela organização e luta coletiva, que tem de ir abrindo “um lugar ao sol” em meio as imensas limitações existentes a qualquer manifestação popular (MOISÉS, 1995, p.24-25).

Conforme vários autores, as abordagens a respeito dos Movimentos Sociais são mais definições empíricas do que conceitos analíticos propriamente ditos. Tradicionalmente, o termo **movimento** foi utilizado para manifestações menos organizadas, diferenciando-se das associações, as quais estavam mais estruturadas formalmente e tinham condições de serem permanentes. Segundo Cardoso (1987), a tendência hoje é que esse entendimento está sendo “substituído pelo esforço de distinguir os grupos democráticos e autônomos dos cooptados”

Para alguns autores, entre esses Tarrow (1983), citado por Melucci (1989), há que se considerar uma distinção entre movimentos, organização de protestos e seus eventos, haja vista a frequente generalização desses fenômenos. Segundo ele, por movimento social entende-se “um fenômeno de opinião de massa lesada mobilizada em contato com as autoridades (...) raramente atua de maneira concertada (...) e deve ser inferida das atividades de organizações que reivindicam representá-lo”.

Dessa maneira, deve-se considerar que por de trás de um movimento existe uma pluralidade de indivíduos e significações que impulsiona os chamados protestos, em suas diferentes organizações. Para Melucci (1989), a palavra **movimento** corre o risco de significar “tudo o que muda na sociedade” e **protesto** igualmente corre o risco de significar tanto um simples confronto com autoridades até uma greve sindical.

Ao considerar um movimento, este autor compara como um personagem “que atua na cena histórica com uma unidade de consciência e ação que está longe de se afastar da fragmentação atual e da pluralidade de um movimento social empírico”. Ao contrário, “o que empiricamente chamado de movimento social, é um sistema de ação que liga orientações e significados plurais” (1989). Portanto, há de se considerar que uma ação coletiva deve levar em conta pontos básicos como: a

mobilização dos recursos internos e externos; a constituição e manutenção das estruturas organizacionais e a preservação das funções de liderança.

Em uma definição analítica, Melucci (1989) diz que “um movimento social é uma forma de ação coletiva daí baseada na solidariedade, desenvolvendo um conflito e rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação”. Assim, é possível estabelecer algumas diferenças com outras situações muitas vezes semelhantes às que se denominam movimento social.

Outros autores, entre eles, Touraine (1973), citado por Gohn (2010, p.16), identificam como Movimentos Sociais aqueles com algumas características básicas, tais como: “possuem uma identidade, têm um opositor e articulam ou se fundamentam num projeto de vida e de sociedade”. Historicamente os movimentos sociais

tem contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresenta conjunto de demandas via práticas de pressão e mobilização; e têm uma certa continuidade e permanência...lutam por novas culturas políticas de inclusão, contra a exclusão...há neles, na atualidade, uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; e a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas coletivo; autonomia entendida como inserção e inclusão social na sociedade, com autodeterminação, com soberania (GOHN, 2010, p.16)

Ainda segundo a autora acima, “os movimentos sociais sempre têm um caráter educativo e de aprendizagem”, assim como, “tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais, podendo portanto, virem a ser matriz geradora de saberes (GOHN, 2010, p. 16).

Dentro das considerações acima, as cidades como organizações complexas onde se desenvolve constantemente uma intrincada teia de relações, individuais e coletivas, que se apresentam como um jogo conflituoso com os mais variados interesses, têm gerado o que muitos autores chamam de crise urbana. Esta por sua vez, provoca o surgimento dos Movimentos Sociais Urbanos. Segundo Castells (1989, p. 20),

A crise urbana conhecida por experiência própria pelos habitantes das grandes cidades provém da crescente incapacidade da organização social capitalista para assegurar a produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivo, necessários a vida cotidiana, da moradia às escolas,

passando pelos transportes, saúde, áreas verdes. Mas essa crise não é uma simples “deficiência” do sistema econômico: é uma consequência necessária da lógica do desenvolvimento capitalista, a menos que essa lógica seja contraditada historicamente pelos efeitos produzidos na luta de classes.

Lefebvre (1991, p. 112), fala de um “suporte social e de forças políticas” capazes de transformar as estruturas e ideologias dominantes. Estas forças estariam representadas pelas classes segregadas, entre as quais a classe operária, os desempregados, os sem-teto, ou seja, os sem direito à cidade, cuja representação seria capaz de “iniciativas revolucionárias” responsáveis por soluções para os problemas urbanos. Nesse sentido, para uma mudança na sociedade urbana, necessitam-se da participação destas classes, consideradas aqui a nova força social e política dos movimentos reivindicatórios urbanos.

Nesses movimentos, para Cardoso (1987, p. 4), as novas identidades sociais exigem o reconhecimento das representações classistas que se encontram fora do jogo político do poder, como forma de modificação desse jogo. Desta forma, estariam buscando a sua unificação e a superação de ações isoladas ou fragmentadas, bem como, a competição existente entre os grupos que se mobilizam. “A prática descompassada das lutas urbanas desilude, com freqüência, os que esperam dela a contestação, mas que, repetindo com os grupos populares - “e a luta continua...” - renovam a esperança que este aprendizado político leve ao limiar de uma nova etapa”.

As grandes diferenças de condições de vida despertam a consciência destas diferenças e, segundo Corrêa, igualmente determinam o parcelamento dos Movimentos Sociais Urbanos, de acordo com as dificuldades específicas de cada bairro ou vila.

Para esse autor, é preciso que um movimento tenha força política e “uma consciência sócio-espacial clara”, representando toda a periferia popular de uma cidade. Só assim “a periferia pode transformar-se em “locus” de transformação da sociedade” (CORRÊA, 1986, p. 77). Caso contrário, sendo grupos com menor representatividade, esses movimentos podem desaparecer.

Os movimentos sociais urbanos são novos e apontam novas identidades sociais, que, segundo Cardoso diferem daqueles onde a participação era feita

através dos partidos políticos e dos sindicatos; têm um “caráter de resistência à dominação vigente”, identificando “formas de luta que desafiam o Estado” e, portanto, vislumbram a possibilidade de “transformação das estruturas de dominação”.

Os estudos sobre movimentos sociais são vistos hoje sob novos ângulos, uma vez que o processo de redemocratização, a partir dos anos 70 e 80, com algumas modificações, especialmente nos países da América Latina, permitiu o surgimento de manifestações populares, enquanto a democracia interna destes países garantiu essa participação.

CARLOS (2003, p.88) assim caracteriza essa participação: “num primeiro momento a luta é para suprir necessidades básicas – o que implicaria a melhoria da vida cotidiana; num segundo momento a luta assume uma dimensão política mais ampla, a do direito de cidadania, do direito à cidade, num novo patamar de reprodução da vida”.

Desta forma os movimentos reivindicatórios urbanos passam a ganhar visibilidade política, através de suas falas e atuações dirigidas para uma reforma urbana que atendam os direitos de cidadania e priorize a função social da propriedade. Segundo Kowarick (2007, p. 205), “essas ações visam a canalizar as políticas públicas em benefício das camadas pobres, bem como participar dos processos de decisão governamental acerca dos investimentos a serem realizados, tidos como necessários a uma política urbana de inclusão aos benefícios da Cidade”.

Estes embates e debates estão influenciando algumas ações do poder público no sentido de direcionar as políticas públicas urbanas. Iniciativas populares com mais de trinta mil assinaturas encaminhando propostas de reforma urbana, como emenda à Constituição tem peso, quando “70% da população brasileira mora nas cidades, a maioria nas periferias desurbanizadas [...] e perto de 50% das áreas urbanas são mantidas vazias” (RODRIGUES, 2003, p. 62), a espera de valorização, sendo uma das causas do não acesso da população à moradia.

A emenda sobre a Reforma Urbana, assinada por cerca de 150.000 eleitores, foi entregue em Brasília pelos representantes do Movimento Nacional pela Reforma Urbana de todo o Brasil, de forma que culminou com a alteração da Constituição

Federal, com a promulgação da Lei Federal nº 10.257/2001, onde cria o Estatuto da Cidade. Regulamentado pelos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 o Estatuto da Cidade trata da política de desenvolvimento urbano no Brasil.

A inclusão destes artigos, na Constituição Federal, é uma demonstração da potencialidade das propostas participativas e da capacidade de influência, dos atores sociais, direta ou indiretamente, na definição das políticas públicas aos direitos de cidadania e à cidade, pois segundo Jacob (1999, p.38),

a participação se torna um meio fundamental de institucionalizar relações mais diretas e flexíveis e transparentes que reconheçam os direitos dos cidadãos; assim como de reforçar laços de solidariedade num contexto de pressão social e polarização política na direção de uma cidadania ativa que disponha dos instrumentos para o questionamento permanente da ordem estabelecida.

Outra conquista garantida pelo Estatuto da Cidade é a Gestão Democrática, ou seja, a participação da população urbana nas decisões de interesse público, através das associações representativas dos vários segmentos da sociedade, o que, para Jacobi, significa um importante instrumento de fortalecimento da sociedade civil, principalmente para os setores mais excluídos. A construção do Plano Diretor, que é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana dos Municípios, prevê a participação da sociedade civil organizada e a população urbana, em todas as suas etapas: elaboração, implementação e avaliação, assim como na formulação, execução e acompanhamento dos demais planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano municipal.

Considerando-se igualmente que a urbanização avança e em consequência a realidade de expansão urbana nas cidades, tem-se investido em estratégias de regularização para esse crescimento. É imprescindível a proposição de políticas públicas sociais, ambientais e urbanas.

Ao contrário de países europeus e norte-americanos, no Brasil, o processo de urbanização intensificou-se ao longo do século XX, trazendo as consequências características de uma urbanização rápida, sem planejamento e sem infra-estrutura adequada. O agravamento da exclusão social com a marginalização e a violência urbanas são motivadores de grande apreensão tanto para a população quanto para os governos. Essa situação também é resultante das periferias ocupadas por população pobre expulsa das áreas centrais ou atraídas por promessas de trabalho,

renda e acesso a serviços, expandindo favelas, vilas e invasões, poluindo águas e solo. O quadro urbano atual se constitui em um dos maiores desafios para o século XXI.

A Constituição Federal de 1988 trata, pela primeira vez, sobre o exercício dos direitos sociais e individuais, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, a participação de entidades civis e movimentos sociais em defesa do direito à cidade, à habitação e ao acesso a melhores serviços públicos. Essas conquistas estão asseguradas com a inclusão dos artigos 182 e 183, compondo o capítulo da Política Urbana. Como consequência, criou-se a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, a qual regulamenta os artigos citados, estabelecendo diretrizes gerais da Política Urbana e outras providências.

Esta Lei é denominada Lei do Estatuto da Cidade, a qual orienta a elaboração do Plano Diretor, responsável pelo estabelecimento da Política Urbana na esfera municipal. Este plano é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, e é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana (art. 4º, item 3).

O Artigo 30, em seu parágrafo VIII da Constituição Federal de 1988, diz que “compete aos municípios promover, no que couber, adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso e ocupação do solo”. E entre os objetivos gerais da política urbana, executada pelo poder público, estão: ordenar o pleno desenvolvimento das funções da cidade; garantir o bem estar dos habitantes; promover o cumprimento da função social da propriedade urbana e prover de equipamentos, bens e serviços públicos, de espaços e instituições.

## 2 O CONTEXTO REGIONAL E URBANO DA ÁREA DE ESTUDO

Tendo em vista ser o COREDE Central (Conselho Regional de Desenvolvimento) a área de abrangência para análise desta pesquisa, busca-se apresentar nesta seção os aspectos da formação e caracterização deste contexto regional e urbano. Assim, objetiva-se apontar os distintos condicionantes, tensões e potenciais que incidem sobre a população do Bairro Nova Santa Marta. Para tanto, utilizou-se a pesquisa de dados secundários e a análise dos dados quantitativos sobre o COREDE Central e sobre a cidade de Santa Maria. Inicialmente, algumas considerações sobre a origem da formação das unidades regionais de planejamento e execução de políticas públicas, voltadas para o desenvolvimento, no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul.

O processo de descentralização em curso no Brasil, consolidado pela promulgação da Constituição de 1988, possibilitou a disseminação de posturas municipalistas intensificadoras de competição. Entre estas, parcerias, incentivos fiscais, redução de impostos e investimentos em infraestrutura e condições básicas necessárias para elevar o grau de atratividade da cidade. Estas ações objetivam a atração de investimento do setor privado, na tentativa de gerar desenvolvimento local. Postura essa que Harvey, citado por ROLNIK; SOMEKH (2003, p. 111), denominou de “passagem do gerenciamento tradicional ao empresariamento urbano”.

Até então, o planejamento e a execução de políticas públicas visando o desenvolvimento brasileiro, contemplava uma dimensão macrorregional. Posicionando-se em relação a esta lacuna, Coutinho (2003), introduz no debate uma outra esfera referencial:

É preciso pensar o desenvolvimento na escala regional. E, quando digo escala regional, “estou me referindo a essa nova escala regional” e não à escala macrorregional do passado. Esse é um desafio magno que está colocado imediatamente.

No caso do Rio Grande do Sul, esse movimento inicia em junho de 1991, cujas articulações, debates e discussões, culminaram com a criação dos Conselhos

Regionais de Desenvolvimento – COREDES (FIGURA 1). Teve como finalidades: “promover a descentralização política, a desconcentração econômica e a integração Regional”, consagradas através da Lei Estadual nº 10.283, de 17/10/94, regulamentada pelo Decreto no 35.764, de 28/12/94.

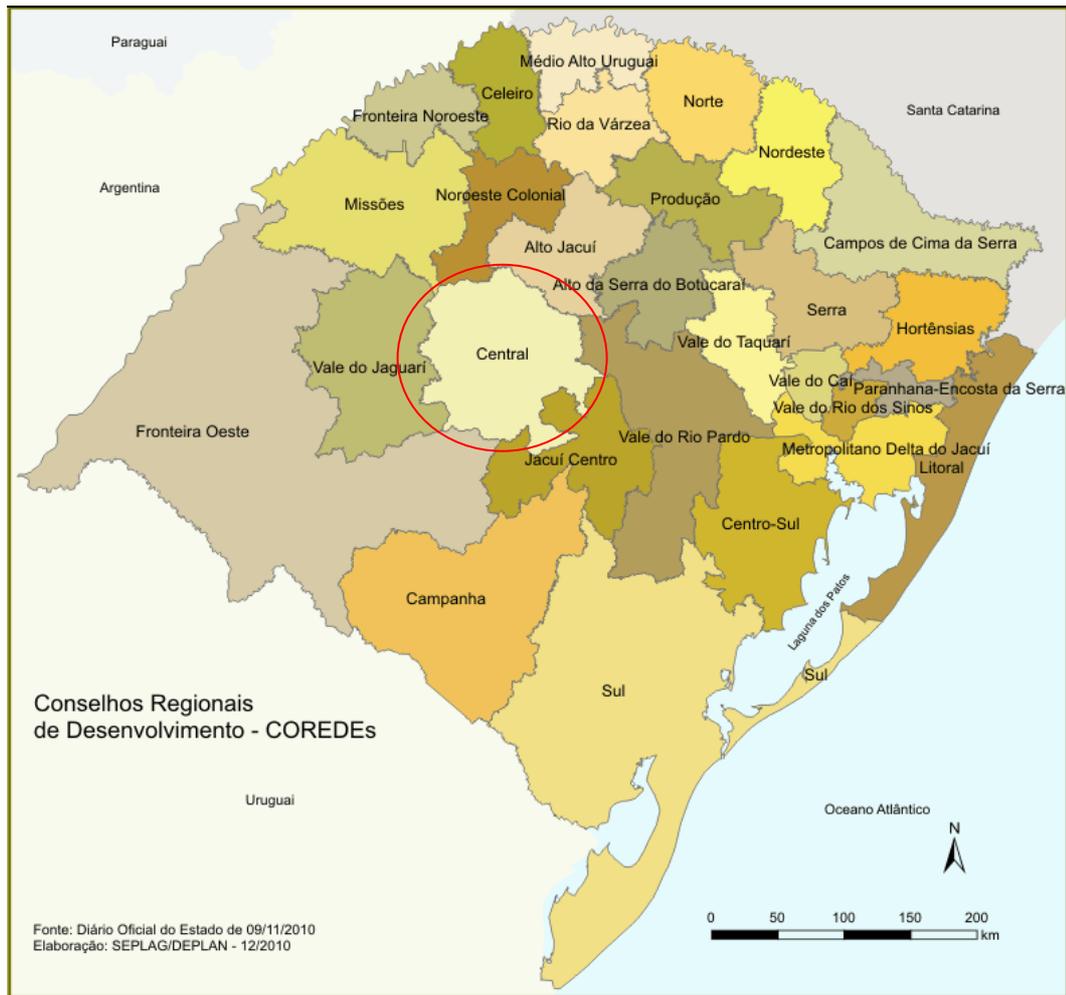


Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul com demarcações da área geográfica dos COREDES.

Fonte: Diário Oficial de 09/11/2010.

O objetivo desta Lei conforme seu artigo 2º é:

Os Conselhos Regionais têm por objetivo a promoção do desenvolvimento regional, sustentável através da integração dos recursos e das ações de governo a região, visando à melhoria da população, à distribuição equitativa da riqueza o estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente (Lei Estadual, nº 10283/94).

Nessa linha, os municípios, na tentativa de enfrentar os desafios de forma cooperativa, se configuram em torno de interesses comuns. Para tanto, institucionalizam órgãos cooperativos e intermunicipais, que a partir de um diagnóstico referencial, além fronteiras administrativas, articulam ações que se caracterizam por “horizontal” para o enfrentamento de suas necessidades. É esta abordagem que será feita a seguir, tendo em vista a área foco deste trabalho, a região do COREDE Central.

## **2.1 Formação e Caracterização da Região Central do Rio Grande do Sul**

A Região Central, objeto dessa reflexão, ocupa uma posição geográfica privilegiada em relação às demais regiões do Estado do Rio Grande do Sul. Caracteriza-se por uma grande diversidade cultural na sua formação histórica, tornando heterogênea a sua constituição. Conta com descendentes de diferentes etnias, tais como índios, espanhóis, portugueses, negros, italianos, alemães, entre outros. Possui uma cidade pólo de porte médio, Santa Maria, circundada por várias cidades de menor porte, as quais abastecem e são abastecidas por produtos e serviços que atendem as necessidades da sua população.

O Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE), unidade de planejamento regional no Estado do Rio Grande do Sul, define a área de abrangência para a análise neste trabalho. O COREDE Central é formado por dezenove municípios todos interligados, como pode ser verificado na figura 2.

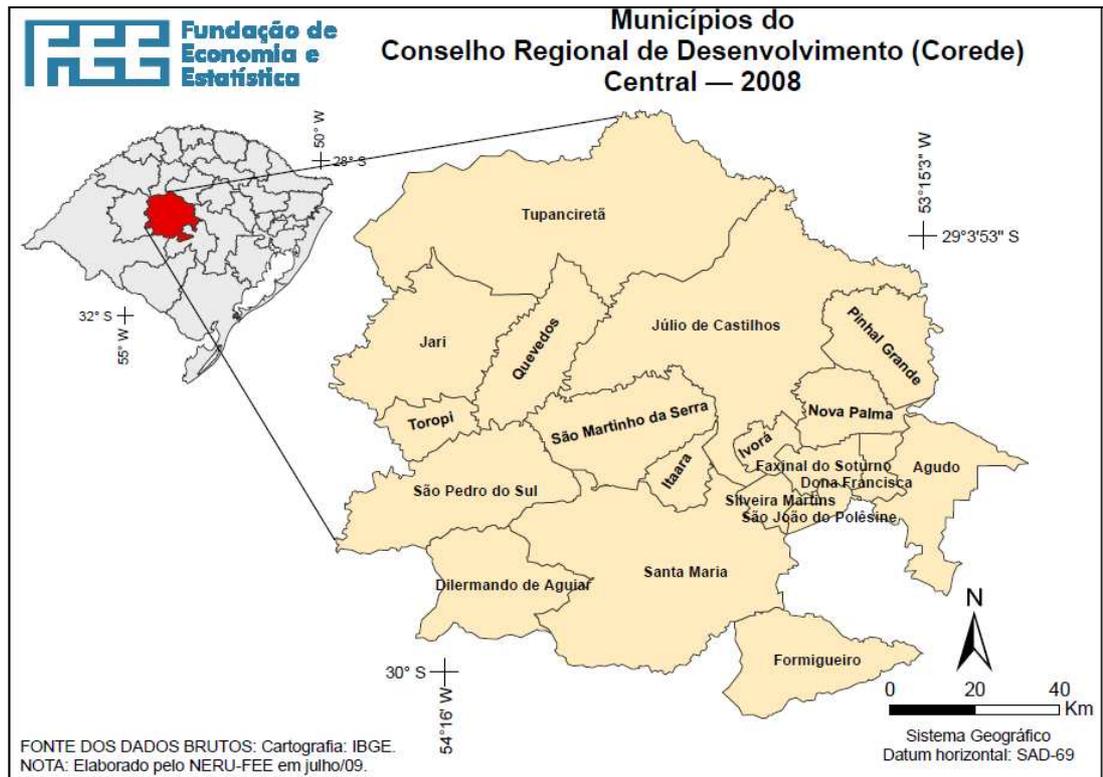


Figura 2 - Localização dos municípios no COREDE Central – RS, 2009.

Fonte: IBGE.

A população da área de abrangência do COREDE Central é de 391.651 habitantes (2010), distribuída em uma área de 12.402,6 km<sup>2</sup> (2010). Sua densidade demográfica é de 32,3 hab/km<sup>2</sup> (2010). O PIB total, em 2008, foi de R\$ mil 5.509.106 e o PIB per capita, também com base em 2008, foi de R\$ 13.694, como demonstrado na tabela 1.

Tabela 1 - Dados Gerais do Corede Central (2000, 2007, 2008 e 2010)

População Total (2010)	391.651 habitantes
Área Total (2010)	12.402,6 km <sup>2</sup>
Densidade Demográfica (2010)	31,6 hab/km <sup>2</sup>
Taxa de analfabetismo (2000)	7,76%
Expectativa de vida ao nascer (2000)	72,82 anos
Coefficiente de Mortalidade Infantil (2007)	12,02 por mil nascidos vivos
PIBpm (2008)	R\$ mil 5.509.106
PIB per capita (2008)	R\$ 13.694

Fonte: FEE, 2010.

Essa região está inserida na metade sul do Estado, área considerada como a mais pobre e carente de desenvolvimento. Na sua porção norte predomina a grande propriedade, com exploração de pecuária e culturas agrícolas de extensão. Ao Sul, contempla-se a grande propriedade com pecuária e produção de arroz, assim como, a pequena propriedade com a exploração de cultivos diversos. A leste, encontra-se a micro região de colonização italiana, local conhecido como “Quarta Colônia”, com predominância da pequena propriedade, no cultivo de subsistência e médias propriedades com intensa produção de arroz. E, a Oeste, predomina a minifúndio e diversidade de culturas.

A sua posição geográfica é estratégica em relação ao Estado e ao MERCOSUL, tendo em vista a infraestrutura existente no transporte rodoviário, ferroviário e aéreo, este ainda que pouco expressivo até o momento, representando um pólo multimodal em termos de transporte. Nesse contexto, o Município de Santa Maria cumpriu historicamente, e ainda cumpre, o papel de um centro articulador de economias da Campanha e da Fronteira Oeste com o resto do Estado.

Com a chegada dos primeiros alemães na região central, mais especificamente em Santa Maria, por volta de 1830, foram constituídos estabelecimentos comerciais importantes de abastecimento urbano e regional, alcançando municípios como São Borja e Alegrete, ao sul do Estado. Em 1857, na região do Cerro Chato, hoje Município de Agudo, chegaram os imigrantes alemães, contribuindo também para a caracterização germânica na sua formação.

Os primeiros imigrantes italianos chegaram nesta região a partir de 1877, inicialmente na cidade de Silveira Martins e em Arroio Grande - Santa Maria, quando se intensificou o desenvolvimento econômico na região. Estes imigrantes formaram a Quarta Colônia Italiana, constituída pelos Municípios de Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins. Os demais Municípios, como Tupanciretã, Júlio de Castilhos e Santa Maria estão associados à colonização luso-espanhola, cujos primeiros movimentos de ocupação associam-se “à distribuição de sesmarias ou à tomada de posse de territórios sobre os quais Portugal ainda não havia firmado soberania” (COREDE Central 2010, p. 85).

A inauguração da Linha Férrea Cachoeira-Santa Maria, em 1885, foi um marco chave para a centralização de todas as produções do interior, estendendo-se mais tarde, esta ligação, até Porto Alegre.

A presença militar na região é de grande importância, pois as duas armas, Exército e Aeronáutica, em Santa Maria, representam o segundo maior contingente operacional no Brasil, somando-se um efetivo de aproximadamente cinco mil militares.

Ainda destaca-se o pólo educacional com sede em Santa Maria, com o potencial de suas Universidades, especialmente na geração e difusão do conhecimento tecnológico para a chamada Metade Sul do Estado. A geração de ciência e tecnologia nas áreas de agropecuária, engenharia, química, medicamentos e informática, potencializam o seu papel na área do conhecimento como pólo formador de recursos humanos. Complementados com cursos técnicos, cursinhos de preparação para vestibulares e concursos em geral.

### **2.1.1 Santa Maria no Contexto do COREDE Central**

A cidade de Santa Maria - Rio Grande do Sul, sede administrativa do município do mesmo nome, está localizada no centro do Estado. É, também, conhecida como Santa Maria da Boca do Monte, por situar-se em região cercada por morros do final do derramamento basáltico, ocorrido no Pleistoceno, da Era Cenozóica. Quanto à hidrografia, Santa Maria é constituída pelos rios Vacacaí, Vacacaí-Mirim e Ibicuí, complementada pela presença de vários arroios que atravessam a área urbana em toda a sua extensão. Entre eles, destacam-se os arroios Cadena, Cancela e Arenal, além de lagos e barragens, entre estas as do Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS.

Sua população é de 261.027 habitantes (IBGE, 2010), sendo que o município se caracteriza como predominantemente urbano, pois 95,14% da população reside na cidade. Já a população da área rural, segundo o IBGE (2010), vem diminuindo desde a década de 1970, tanto no Estado quanto em Santa Maria. Em 2000, a população urbana era de 94,70%, enquanto que a rural era de 5,30%. Já o Censo

2010 demonstrou um crescimento para 95,14% da população urbana e uma redução para 4,86% da população rural.

Tabela 2 - Dados gerais do Município de Santa Maria (2000, 2007 e 2010)

<b>Nome do Município</b>	<b>Santa Maria</b>
População Total (2010)	261.027 habitantes
Área (2010)	1.779,6 km <sup>2</sup>
Densidade Demográfica (2010)	146,7 hab/km <sup>2</sup>
Taxa de analfabetismo (2000)	4,96%
Expectativa de vida ao nascer (2000)	74,01 anos
Coeficiente de mortalidade infantil (2007)	11,07 por mil nascidos vivos
Data de criação:	16/12/1857 (Lei nº 400)
Município de origem:	Cachoeira do Sul e Cruz Alta

Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000 e 2010, e contagem populacional 2007. FEE (2010).

Para dar sustentação aos fluxos da sua organização espacial, Santa Maria está dividida em dez distritos, os quais formam a extensão urbana e não urbana do seu território. O Norte é composto pelos Distritos de Santo Antão, Arroio Grande e o 1º Distrito, sede do Município e parte do Distrito de Boca do Monte, onde faz divisa com os municípios de Itaara, Silveira Martins e São Martinho da Serra. Ao Sul, localizam-se os Distritos de Santa Flora, Passo do Verde, limítrofe aos municípios de São Sepé, Formigueiro e São Gabriel. A Leste, os Distritos de Palma e Arroio do Só, limítrofe ao município de Restinga Seca e a Oeste, os distritos de Boca do Monte, São Valentim e Santa Flora, formando divisa com os municípios de Dilermando de Aguiar e São Pedro do Sul, conforme o mapa na Figura 3. O 1º distrito Sede do espaço urbano de Santa Maria será caracterizado no item a seguir.

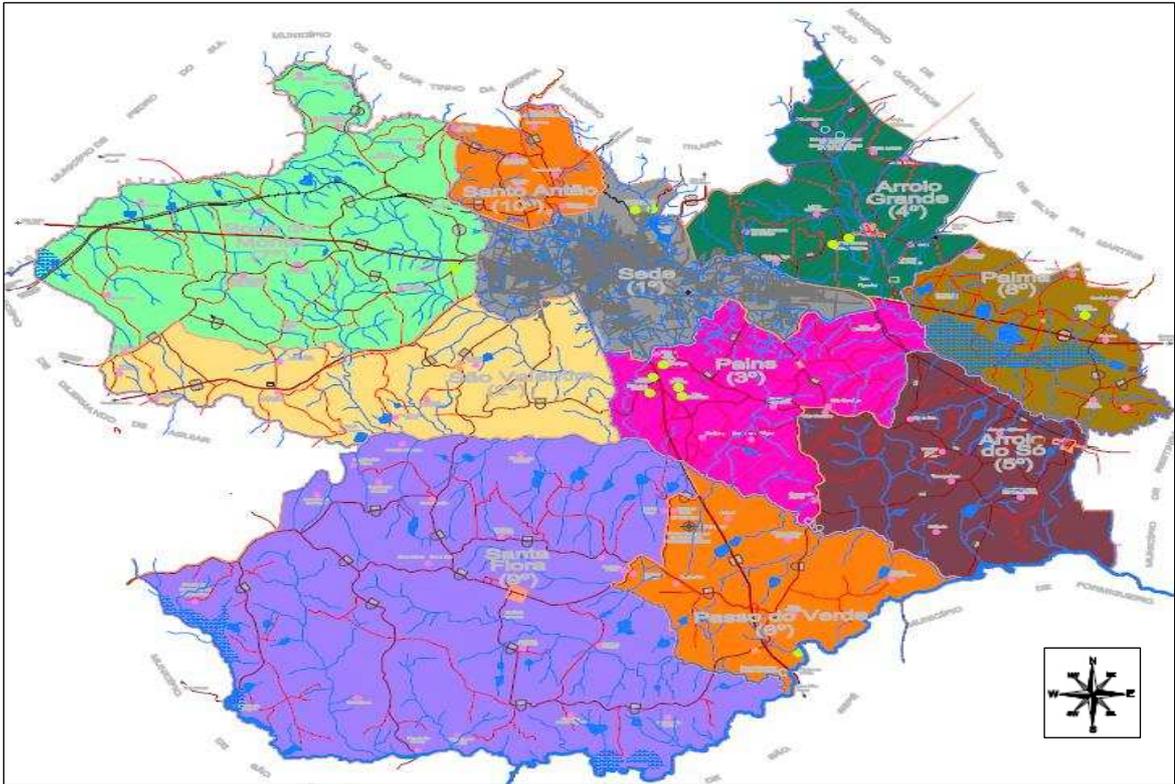


Figura 3 - Território do Município de Santa Maria/RS e seus distritos, 2010.

Fonte: PMSM (2010).

A rede urbana regional em que se insere a cidade em estudo tem como principal pólo o município de Santa Maria, o qual exerce um forte grau de centralidade e sua influência ultrapassa os limites regionais, principalmente nas atividades do setor terciário, polarizando as atividades comerciais e serviços. Igualmente, é considerado um pólo na área de serviços públicos, pois, entre outras instituições, é a sede da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e da Área de Segurança Nacional, formada por várias Unidades do Exército e pela Base Aérea.

Quanto à infra-estrutura, a região de Santa Maria está ligada às principais rotas rodoviárias do Estado, com a capital - Porto Alegre, com o Porto de Rio Grande, com os países do MERCOSUL e com as demais regiões do país, através das BR 158, BR 287, BR 290, BR 329, RS 287 e RS 348. Na região existe um aeroporto civil em condições de receber vôos regulares nacionais, hoje operando com uma companhia aérea, a NHT Linhas Aéreas Ltda., empresa local. Quanto à malha ferroviária, atualmente é utilizada apenas para o transporte de cargas, fazendo a ligação entre diversas cidades da região, com destaque para Porto Alegre e para o Porto de Rio Grande.

Assim é possível verificar a importância que a cidade em estudo representa em seu contexto regional e no conjunto do território do Estado do Rio Grande do Sul.

## **2.2 Caracterização do Espaço Urbano de Santa Maria**

A área urbana de Santa Maria está dividida em quarenta (40) Bairros, distribuídos em oito (08) Regiões Administrativas, conforme figura 4. Pode-se observar, ao longo da sua constituição, o exercício das forças criadoras e/ou a atuação dos agentes produtores do espaço urbano de Santa Maria.

O seu núcleo inicial deu-se a partir da sua fundação, a qual está diretamente ligada a um contexto histórico-político-geográfico, do século XVIII, quando “um povoamento provocado pela localização do acampamento da 2ª Sub-divisão da Comissão de Demarcação de Limites da América meridional (...) em dias de novembro de 1797 (...) veio armar seus ranchos (...) no rincão de Santa Maria” (BELTRÃO, 1958, p. 09). Segundo Salamoni (2008, p. 152), este acampamento “acabou por tornar-se um chamariz de novos moradores, pela presença de um oratório e de um capelão e que, por sua vez, atraíam comerciantes”. Daí originou-se a atual Praça Saldanha Marinho e a Rua do Acampamento.

Esta povoação passou a ser conhecida como Acampamento de Santa Maria, mais tarde, Boca do Monte, por estar próxima à entrada da primeira grande picada que conduzia à Serra de São Martinho. Logo surgiram duas ruas: a de São Paulo, mais tarde Acampamento, porque nela ficavam os ranchos dos demarcadores, atestado de origem da cidade; e a Rua Pacífica, que na metade do século XIX é conhecida por Rua do Comércio e a partir de janeiro de 1925, Rua Dr. Bozano. Assim, Santa Maria tomou formas de núcleo urbano, tornando-se vila e sede municipal em 1857. A Vila foi elevada à condição de Cidade em 1876, passando a chamar-se Cidade de Santa Maria, contando com 3.000 habitantes e 400 residências.

O grande contingente militar presente em Santa Maria acabou transformando o seu espaço geográfico, dando-lhe características peculiares e sua influência é

visível no espaço urbano e na economia do município. Quanto ao espaço urbano, verificou-se um aumento considerável nas áreas de moradias de militares, as quais, junto com áreas de lazer ou fora delas, e a Escola Militar, constituem vários segmentos urbanos. Seria o que Silva chama de centralidades socialmente segmentadas dentro das cidades? (SILVA, citado por OLIVEIRA JUNIOR, 2006).

Quanto à economia, naquela época, em primeiro lugar, concentraram-se na cidade atividades direcionadas ao suprimento básico das unidades militares de oficiais e soldados. Em segundo lugar, há a demanda de gêneros alimentícios por parte do contingente militar e alimentação para os animais da tropa da cavalaria, podendo, inclusive, ter incentivado a implantação das primeiras culturas agrícolas e a pecuária na região. Em terceiro lugar, a presença e a permanência militar no território, inicialmente o exército, e depois a aeronáutica, implicaram (e ainda implicam) no ingresso de vultosos recursos financeiros. Além do volume, a regularidade e a pontualidade do orçamento militar tiveram fortes impactos na dinâmica do município, diretamente beneficiado pela criação de empregos e renda, para os quais pouco ou nada o município precisou ou ainda precisa contribuir.

A construção da rede ferroviária no Rio Grande do Sul obedeceu a interesses estratégico-militares na defesa do território brasileiro frente aos países platinos. Neste projeto de segurança nacional, a linha de ferro Porto Alegre – Uruguaiana foi fundamental para a comandância militar no sul do país. Em 15 de outubro de 1885 inaugurou-se o primeiro trecho Cachoeira do Sul – Santa Maria (BELTRÃO, 1958).

A partir daí, Santa Maria torna-se a cidade ferroviária e constituiu-se em importante entroncamento ferroviário do sul do país. A ela, ligava-se todo o Estado, de norte a sul, de leste a oeste, assim como o Rio Grande do Sul aos grandes centros do Brasil e aos países vizinhos da região do Prata. Essa situação só foi possível devido às suas características geográficas, localização no centro do estado e relativo afastamento da atual faixa de fronteira.

A área crescente em torno da estação ferroviária, hoje popularmente chamada de GARE, representou por muito tempo um ponto importante para a cidade na dimensão econômica, determinando a estruturação do espaço urbano para abrigar e atender as necessidades da população envolvida por aquela conjuntura. Em consideração à tradição de área urbana central, várias obras de revitalização foram e continuam sendo implantadas, conservando o centro histórico

da cidade e sua mais importante centralidade, assunto esse que será aprofundado no item Centralidades e Periferias em Santa Maria.

De maneira geral, a dinâmica da reestruturação urbana de Santa Maria obedece a um avanço no sentido Leste-Oeste. Ao Norte, a existência de barreiras naturais, como os morros da Serra Geral, impede a expansão urbana.

O início da abertura da rodovia Porto Alegre-Santa Maria, atual RS 509, consolida a expansão em sentido Leste, sendo o Bairro Camobi o núcleo urbano mais importante. A Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – aí localizada, desempenha um forte papel de mobilidade urbana. Em 1931, é fundada a Faculdade de Farmácia de Santa Maria, sob os auspícios da Sociedade de Medicina desta cidade, a qual seria o embrião da atual Universidade Federal de Santa Maria (RECHIA, 1999, citado por Salamoni 2008, p. 224).

A política de interiorização do ensino superior do governo Kubitschek, aliado ao empenho e à articulação política de lideranças locais, comandadas pelo médico Prof. Dr. José Mariano da Rocha Filho, contemplou a cidade em 1960 com a UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. Esta foi a primeira Universidade Federal instalada fora do eixo das capitais brasileiras, passando Santa Maria a ser conhecida também como Cidade Universitária. Nessa época, Santa Maria já possuía notoriedade na área educacional, pois cerca de um terço de sua população já era estudante.

A abertura do trecho de confluência da rodovia para São Sepé, atualmente BR 392, com a Rua Venâncio Aires, possibilita o acesso Oeste pela avenida, hoje Presidente Vargas, contribuindo, assim, para maior distribuição espacial de aglomerados urbanos. A tentativa de implantação do Distrito Industrial (DI) nessa área favoreceu o surgimento de loteamentos para habitação popular. Em consequência, na zona Oeste, está o núcleo Tancredo Neves, e Santa Marta ao longo da BR 287, e a ocupação, hoje Bairro Nova Santa Marta, mais ao Norte, é favorecida por vias que articulam o fluxo intra-urbano, determinando maior integração com o núcleo central.

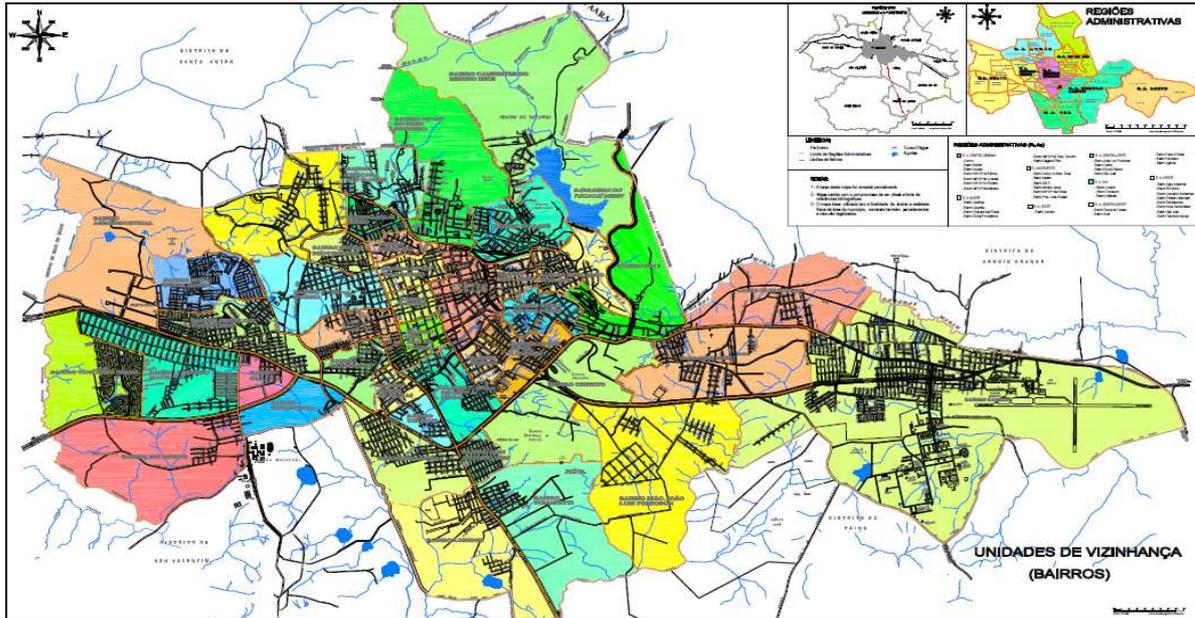


Figura 4 - Cidade de Santa Maria e sua divisão por bairros – 2010.

Fonte: PMSM (2010).

A partir da caracterização do espaço urbano de Santa Maria, pode-se verificar que esta cidade destaca-se nas funções política, administrativa, educacional, da saúde, comercial e de serviços, tanto local como regional,

### A. Aspectos Demográficos

Santa Maria atualmente possui uma população de 261.027 habitantes. Este número representa 66,6% da população da região do COREDE Central, que conta com 391.695 habitantes. Conforme demonstra a tabela 3, Santa Maria concentra sua população na área urbana e esse fenômeno vem se acentuando a cada ano conforme o IBGE. Enquanto em 2000 os habitantes na área urbana representavam 94,70%, em 2010 representou 95,14%. A grande concentração populacional da região está presente no município de Santa Maria, portanto, como pólo urbano regional. Os números absolutos são esclarecedores dessa condição.

Por outro lado, ao se analisar a taxa de variação entre 2000 e 2010, nota-se que a população total do COREDE Central, que em 2000 foi de 377.269 e de 391.695 habitantes em 2010, teve um crescimento de 3,82%. Já Santa Maria, que

em 2000 possuía 243.611 habitantes e em 2010 apresentou 261.334 habitantes teve um crescimento de 7,15%. No entanto, ao analisar a taxa de crescimento do COREDE Central, excluindo Santa Maria, que corresponde a uma população de 138.638 habitantes em 2000 e 130.668 habitantes em 2010, constata-se uma variação negativa de 2,24%.

Concomitantemente a população rural do COREDE Central, excluindo Santa Maria, nesse mesmo período apresentou uma variação negativa de 12,62%. Enquanto que a População rural de Santa Maria apresentou um decréscimo de 1,72%. Essa situação torna evidente a migração de contingente populacional para o pólo regional Santa Maria, caracterizando um movimento típico de fluxos que contribui para a expansão espacial das cidades.

A população de Santa Maria formou-se primeiramente pelos indígenas (Tapes e Minuano), portugueses e espanhóis. Outros povos foram somando-se à formação étnica da população santa-mariense. Os afro-descendentes, alemães e italianos tiveram grande influência na cultura local; mais tarde chegaram os judeus, poloneses, sírio-libaneses, entre outros, colaborando para a definição das características de Santa Maria.

Por volta de 1940, Santa Maria já possuía cerca de 45 mil habitantes. Sua estrutura social é reflexo dos grupos que ali vivem e se reproduzem, segundo as classes sociais responsáveis pelos núcleos de povoamento: ferroviários (6,67%); militares (8,89%) e estudantes (35,56%). Salamoni considera o item “outros”, onde se encontram todas as pessoas ligadas àquelas classes: as famílias dos ferroviários, dos militares e o funcionalismo ligado à área da educação. Segundo Correa, encontramos aqui a reprodução das condições de produção e das relações de produção no espaço urbano de Santa Maria.

Tabela 3 - População urbana e rural dos municípios do COREDE Central.

UNIDADES	2000			2010		
	POPULAÇÃO			POPULAÇÃO		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
RIO GRANDE DO SUL	10.187.798	8.317.984	1.869.814	10.695.532	9.102.241	1.593.291
<b>COREDE CENTRAL</b>	<b>377.269</b>	<b>304.302</b>	<b>72.967</b>	<b>391.695</b>	<b>326.486</b>	<b>65.165</b>
Agudo	17.455	5.655	11.800	16.729	6.894	9.835
Dilermano de Aguiar	3.200	1.090	2.110	3.064	991	2.073
Dona Francisca	3.902	2.324	1.578	3.401	2.146	1.255
Faxinal do Soturno	6.841	4.097	2.744	6.672	4.175	2.497
Formigueiro	7.598	2.649	4.949	7.014	2.769	4.245
Itaara	4.578	3.315	1.263	5.011	3.968	1.043
Ivorá	2.495	698	1.797	2.156	705	1.451
Jari	3.751	499	3.252	3.575	613	2.962
Julio de Castilho	20.416	16.400	4.016	19.579	16.106	3.473
Nova Palma	6.312	2.664	3.648	6.345	3.083	3.262
Pinhal Grande	4.725	1.506	3.219	4.471	1.895	2.576
Quevedos	2.691	640	2.051	2.710	852	1.858
<b>SANTA MARIA</b>	<b>243.611</b>	<b>230.696</b>	<b>12.915</b>	<b>261.027</b>	<b>248.334</b>	<b>12.693</b>
São João do Polêsene	2.745	1.061	1.684	2.635	1.354	1.281
São Martinho da Serra	3.246	780	2.466	3.201	942	2.259
São Pedro do Sul	16.989	11.831	5.158	16.371	11.932	4.439
Silveira Martins	2.571	1.044	1.527	2.452	1.091	1.361
Toropi	3.196	395	2.801	2.952	611	2.341
Tupanciretã	20.947	16.958	3.989	22.286	18.025	4.261

Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010, acessado em 27/03/2011.

Esse polo regional produz um conjunto de riquezas que caracterizam as condições socioeconômicas da população de Santa Maria conforme demonstradas nos itens seguintes.

## B. Aspectos Socioeconômicos

Nos aspectos socioeconômicos foram elencados o PIB e o VAB do município em relação à região para sua caracterização.

A Tabela 4 demonstra que o Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Maria, de R\$ 3.255.272 representa 60,18% do total do PIB COREDE Central, que é de R\$ 5.409.104. Considerando que a população total do município é de 261.027 habitantes, ou seja, 66,65% dos habitantes da região, observa-se que a renda *per capita* de Santa Maria, de R\$ 12.200, é inferior à média do COREDE Central, que é de R\$ 13.694, colocando-se, assim, entre as menores da Região.

Tabela 4 - Renda per capita e PIB dos municípios do COREDE central, 2008

UNIDADES	PIB TOTAL	RENDA PERCAPITA	POPULAÇÃO	%
RIO GRANDE DO SUL	199.499.011	18.378	10.695.532	
<b>COREDE CENTRAL</b>	<b>5.409.104</b>	<b>13.694</b>	<b>391.695</b>	<b>100</b>
Agudo	243.738	14.242	16.729	4,27
Dilermano de Aguiar	50.946	15.841	3.064	0,78
Dona Francisca	40.159	11.078	3.401	0,87
Faxinal do Soturno	86.687	13.434	6.672	1,70
Formigueiro	85.805	11.786	7.014	1,79
Itaara	47.875	9.986	5.011	1,28
Ivorá	29.148	11.980	2.156	0,55
Jari	88.028	23.159	3.575	0,91
Julio de Castilho	260.780	18.033	19.579	5,00
Nova Palma	127.182	19.088	6.345	1,62
Pinhal Grande	111.522	24.255	4.471	1,14
Quevedos	60.074	21.243	2.710	0,69
<b>SANTA MARIA</b>	<b>3.255.272</b>	<b>12.200</b>	<b>261.027</b>	<b>66,64</b>
São João do Polêsene	33.719	12.125	2.635	0,67
São Martinho da Serra	74.417	20.957	3.201	0,82
São Pedro do Sul	180.747	10.583	16.371	4,18
Silveira Martins	25.512	10.036	2.452	0,63
Toropi	31.051	9.870	2.952	0,75
Tupanciretã	576.743	24.448	22.286	5,69

Fontes: FEE - Fundação de Economia e Estatística(2010); IBGE , Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais (2010)

Quanto à participação de cada segmento econômico no PIB dos municípios integrantes da Região, pode-se constatar que Santa Maria, com R\$ 2.943.601, tem 58,08% da riqueza do COREDE. Assim como os demais municípios, o setor de serviços é predominante na participação. No entanto, observa-se que, enquanto no COREDE Central os serviços participam com R\$ 3.477.651, isto é 68,62%, no Município de Santa Maria essa participação é de R\$ 2.411.396, ou seja 81,92%, confirmando, dessa maneira, a vocação e a importância desse segmento na composição da sua produção. Portanto, Santa Maria caracteriza-se por ser uma cidade de serviços.

Tabela 5 - Valor adicionado bruto a preço básico - VAB dos municípios do COREDE Central, 2008

UNIDADES	VAB PARTICIPAÇÃO				
	TOTAL	AGROPEC	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	ADM. PÚBL
Rio Grande do Sul	172.257.030	18.121.796	45.708.151	108.427.083	23.269.684
<b>COREDE CENTRAL</b>	<b>5.068.143</b>	<b>933.109</b>	<b>657.390</b>	<b>3.477.651</b>	<b>817.128</b>
Agudo	226.632	80.681	43.383	102.568	32.705
Dilermano de Aguiar	49.824	32.327	1.814	15.684	8.121
Dona Francisca	38.305	11.870	7.176	19.259	8.935
Faxinal do Soturno	79.065	13.723	13.804	51.538	13.685
Formigueiro	81.535	31.356	11.819	38.359	15.510
Itaara	45.393	8.816	10.714	25.863	10.979
Ivorá	28.613	12.258	977	15.379	5.722
Jari	86.351	59.198	1.645	25.509	8.805
Julio de Castilho	336.630	128.072	15.478	193.081	37.502
Nova Palma	118.028	28.177	23.661	66.190	14.751
Pinhal Grande	109.121	41.962	31.936	35.224	13.001
Quevedos	58.855	39.066	1.371	18.419	7.816
<b>SANTA MARIA</b>	<b>2.943.601</b>	<b>101.355</b>	<b>430.850</b>	<b>2.411.396</b>	<b>528.459</b>
São João do Polêsene	31.427	8.301	3.858	19.268	6.396
São Martinho da Serra	72.469	47.157	2.617	22.695	8.017
São Pedro do Sul	170.702	40.776	30.445	99.481	34.618
Silveira Martins	24.650	10.069	1.576	13.006	6.820
Toropi	29.907	13.553	1.609	14.746	6.714
Tupanciretã	537.035	224.392	22.657	289.986	48.572

Fonte: FEE - Fundação de Economia e Estatística (2010); IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais (2010)

Santa Maria também comprova a sua importância absoluta na composição do Valor Adicionado Bruto - VAB em todos os segmentos, conforme nos mostrou a Tabela 5, exceção feita ao segmento agropecuário, que tem em Tupanciretã e Júlio de Castilhos suas maiores representações. Portanto, Santa Maria, além de centralizar as atividades político-administrativas, também se revela como pólo econômico regional.

### C. Aspectos Educacionais

Em relação à educação, Santa Maria destaca-se no contexto regional. Seu município apresenta um elevado índice de escolaridade, haja vista o número de escolas, desde o Ensino Fundamental, Ensino Médio e principalmente os Cursos Superiores que possui. Além disso, a grande quantidade de cursos pré-vestibulares

e técnicos, oferecidos aos estudantes do município e da região. As tabelas 6 e 7 nos apresentam os indicadores dessa característica.

Tabela 6 - Percentual da população com 10 anos ou mais por ano de estudo.

Municípios	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3	4 a 7	8 a 10	11 a 14	15 anos
		anos	anos	anos	anos	ou mais
Agudo	6,65	18,22	51,89	12,44	8,69	1,2
Dilermano de Aguiar	13,15	21,16	46,15	11,99	5,15	1,95
Dona Francisca	9,52	19	44,24	15,01	8,58	3,34
Faxinal do Soturno	5,54	19,28	42,23	13,96	13,6	5,04
Formigueiro	8,68	20,73	44,49	13,31	10,6	1,84
Itaara	8,67	16,78	48,2	13,58	8,57	3,93
Ivorá	5,09	14,22	48,26	14,27	15,28	2,59
Jari	8,09	19,16	55,29	11,33	5,05	0,91
Julio de Castilho	6,86	16,64	45,72	15,38	10,89	3,75
Nova Palma	3,57	17,95	41,84	17,82	15,43	2,88
Pinhal Grande	5,72	20,35	49,96	12,88	8,65	2,44
Quevedos	8,72	21,51	54,77	8,4	5,51	0,54
<b>SANTA MARIA</b>	<b>4,38</b>	<b>10,25</b>	<b>33,95</b>	<b>20,3</b>	<b>21,24</b>	<b>9,29</b>
São João do Polêsene	4,43	17,83	39,37	17,08	15,99	5,3
São Martinho da Serra	14,98	19,77	45	11,78	6,36	1,24
São Pedro do Sul	5,7	17,68	45,53	16,66	11,05	3,12
Silveira Martins	4,12	16,58	50,27	12,68	11,11	4,7
Toropi	5,42	19,99	56,41	12	5,67	0,33
Tupanciretã	6,98	16,24	45,27	16,92	11,74	2,56
<b>TOTAL DA REGIÃO</b>	<b>5,28</b>	<b>12,97</b>	<b>38,52</b>	<b>18,29</b>	<b>17,42</b>	<b>6,96</b>
<b>TOTAL DO RS</b>	<b>5,56</b>	<b>13,72</b>	<b>41,53</b>	<b>17,41</b>	<b>15,93</b>	<b>5,17</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000)

A análise da Tabela 7 deve partir do entendimento de que o fato de estar com os percentuais acima da média da região do COREDE Central e, também, do estado, é um indicativo de maior escolaridade da população. O fato de Santa Maria ter um percentual de 4,38% de sua população sem instrução, ou com menos de um ano de escolaridade, inferior à região, com 5,28%, e o estado, com 5,56%, significa a sua não contribuição nesse resultado. Constata-se, também, que de 0 a 7 anos de estudo, Santa Maria possui indicadores inferiores aos da região e do estado. Ao contrário, a partir de 8 anos de estudo, Santa Maria apresenta indicadores superiores tanto aos da região quanto aos do estado. Quanto maior o número de anos de estudo, maior é o distanciamento dos níveis de Santa Maria em relação aos demais. Considere-se também que, em Santa Maria, 50,83% da população tem mais de 8 anos de estudo. Percebe-se, assim, que os índices apresentados por Santa

Maria contribuem para elevar os indicadores médios da própria região do COREDE Central.

Tabela 7 – Percentual da população por grupo de estudo.

Municípios	Alfabetização de Adultos	Ensino		Superior Graduação	Mestrado ou Doutorado	Nenhum
		Fundamental	Médio			
Agudo		84,98	11,79	2,44		0,79
Dilermano de Aguiar		88,23	8,66	2,07	0,49	0,54
Dona Francisca	0,18	80,53	13,38	5,48	0,26	0,18
Faxinal do Soturno		73,24	17,96	8,11	0,36	0,33
Formigueiro		79,64	16,22	3,42		0,72
Itaara		79,87	12,45	5,14	1,54	0,99
Ivorá	0,18	77,33	17	4,04	0,18	1,28
Jari		92,34	6,2	1,12		0,34
Julio de Castilho		77,43	14,75	7,33	0,06	0,43
Nova Palma	0,15	75,19	19,26	4,86	0,54	
Pinhal Grande		84,24	12,33	3,43		
Quevedos		88,2	9,05	1,1		1,65
<b>SANTA MARIA</b>	<b>0,6</b>	<b>57,57</b>	<b>26,44</b>	<b>14,1</b>	<b>1,08</b>	<b>0,75</b>
São João do Polêsene	0,6	77,17	15,82	6,41		0
São Martinho da Serra		86,44	9,31	3,18	0,22	0,86
São Pedro do Sul		78,09	16,12	4,48	0,31	1
Silveira Martins		79,21	13,97	5,46	0,79	0,56
Toropi	0,18	89,05	7,23	0,54		3,01
Tupanciretã		77,23	17,88	4,43	0,28	0,18
<b>TOTAL DA REGIÃO</b>	<b>0,05</b>	<b>65,8</b>	<b>22,09</b>	<b>10,59</b>	<b>0,77</b>	<b>0,7</b>
<b>TOTAL DO RS</b>	<b>0,07</b>	<b>69,9</b>	<b>20,13</b>	<b>8,76</b>	<b>0,34</b>	<b>0,78</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000).

Nota-se que há uma concentração da população no Ensino Fundamental em todos os municípios da região e, também, do estado. No entanto, o município de Santa Maria, com 57,57%, possui o menor percentual em relação aos demais, inclusive contribuindo para que a região tenha um percentual menor que o Estado. Por outro lado, constata-se que no Ensino Médio, com 26,44%, e no Ensino Superior – Graduação, com 14,10%, Santa Maria tem índices superiores aos da região e do Estado. Com a sua participação, alavanca os índices da região em relação ao Estado.

Estes indicadores, ainda que sejam referentes ao ano de 2000, demonstram o elevado grau de instrução da população de Santa Maria, conhecida como um dos grandes polos de ensino do interior do Brasil, cuja produção e exportação de conhecimento para todo o país é uma característica forte e uma marca consolidada.

Hoje, a UFSM tem três *campi* fora da sede: Frederico Westphalen, Palmeira das Missões e Silveira Martins. O *campus* central, com área de 1.933,57 ha, oferece 93 cursos de graduação, em 100 habilitações, e 104 cursos de pós-graduação (UFSM, 2010). Além da UFSM, outras seis unidades de ensino superior confirmam sua vocação universitária: UNIFRA - Centro Universitário Franciscano, ULBRA – Universidade Luterana do Brasil, FAMES – Faculdade Metodista, FADISMA – Faculdade de Direito de Santa Maria, FISMA – Faculdade Integrada de Santa Maria e FAPAS – Faculdade Palotina de Santa Maria. Embora o ensino superior seja o destaque, ele é, na verdade, o elo superior da cadeia de ensino. A consolidação de sua estrutura criou condições para o fortalecimento dos outros níveis, em especial o ensino médio, profissionalizante, técnico e pré-vestibular. A área de influência de Santa Maria neste segmento educacional extrapola os limites regionais oficialmente atribuídos à cidade, alcançando outros estados e países, o que redundará em benefícios econômicos, seja em termos imobiliários, matrículas, consumo de alimentos, vestuário e calçados.

#### **D. Uso e ocupação do solo**

No âmbito do Município de Santa Maria, o uso e a ocupação do solo estão regulamentados pela Lei Complementar nº. 072, de 04 de novembro de 2009. Esta Lei estabelece as formas de parcelamento do solo no perímetro urbano ou rural, regulamentando as melhorias necessárias para tornar o espaço habitável, como por exemplo, a abertura de novas vias de circulação e de logradouros públicos, criando as condições necessárias à mobilidade urbana.

Diversas modalidades de parcelamentos são tratadas nesta Lei, tais como: loteamentos vinculados para uma atividade específica ou edificação específica e condomínios fechados, os quais se caracterizam por ser um espaço privado dentro de um espaço público, no qual a única ligação com este é a via de acesso. A Lei de Parcelamento do Solo de Santa Maria obedece a uma divisão própria, quanto à mobilidade, à área de uso de cada condômino e à área de uso comum, sendo o território demarcado e sem interligação com os demais espaços públicos da cidade.

Encontra-se igualmente regulamentado, o desmembramento, que se constitui na “subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação”. Neste caso, com o aproveitamento apenas das condições existentes, não implicando na construção ou modificação dessas condições. O remembramento, que prevê a união de dois a cinco lotes, os transformando em um único lote.

Considerando que o presente estudo tem a periferia como seu principal ponto de reflexão, buscou-se repercutir de maneira mais exploratória a ocupação do solo para loteamentos populares, os quais são definidos na Lei Municipal como “aqueles que se situam em Áreas de Interesse Social (AEIS), definidas por esta Lei, e destinadas à população de baixa renda”.

O art. 51 da Lei Complementar nº 072 determina que as AEIS devam, “prioritariamente”, ser implementadas nas zonas: 3.a e 3.b; 4; 8; 9.1 e 9.2; 12.2; 14 e 16, permitindo ainda, “que o regime urbanístico pode atender critérios específicos estabelecidos pelo Escritório da Cidade”. Ou seja, os loteamentos populares podem ser dispensados dos requisitos do regime urbanístico e da infraestrutura mínima, inclusive no que se refere a sua localização, em áreas especiais de interesse social (AEIS), em situações já consolidadas e ainda pendentes de regularização oficial, com a observância das peculiaridades próprias dos mesmos.

O Escritório da Cidade é uma Autarquia do Município de Santa Maria, que tem por competência, entre outras funções, “estabelecer as diretrizes do desenvolvimento urbano e ambiental, planejar e ordenar o uso e ocupação do solo, parcelamento, a atividade edilícia do Município de Santa Maria, através da elaboração, monitoramento e revisão de planos, programas e projetos, visando a permanente atualização” (Lei Municipal nº 4875/2005, Cap. I, Art. 3º).

Segundo a Prefeitura Municipal, as AEIS estão distribuídas e alocadas conforme o Mapa 5.



Figura 5 – Cidade de Santa Maria com localização das AEIS – Áreas de Interesse Social, 2010.

Fonte: PMSM (2010). Organização: C. FARIAS, a partir de dados da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

Legenda com localização dessas áreas:

1. Bairros Tancredo Neves, Pinheiro Machado e São João
2. Bairros Juscelino Kubitschek e Nova Santa Marta
3. Bairros Passo D'Areia, Nossa Senhora do Rosário, Noal, Divina Providência e Carolina
4. Bairros, Salgado Filho, Caturrita e Chácara das Flores
5. Bairros Dom Antônio Reis e Tomazetti
6. Bairros Urlândia e Lorenzi

Conforme podemos observar em destaque no mapa da cidade (coloridas), as áreas designadas pela Prefeitura Municipal como de interesse social localizam-se, em sua maioria, na Zona Oeste da cidade, lado Norte, abrangendo os bairros Nova Santa Marta, Juscelino Kubitschek, Passo da Areia, Caturrita, Chácara das Flores e também Tancredo Neves. Ao Sul, em uma área menor, contempla os bairros Lorenzi, Tomazetti, Urlândia, Uglione e Dom Antônio Reis.

### 2.3 Centralidades e periferia em Santa Maria

As leituras da caracterização de Santa Maria, seu histórico e o seu desenvolvimento, numa perspectiva econômica, política e social, permitem fazer uma releitura das mudanças ocorridas na sua ocupação espacial, processo de urbanização, centralidades, bem como, a sua posição num contexto regional, inter-regional, nacional e internacional. Permite, igualmente, situar a cidade dentro dos parâmetros de uma cidade média ou intermédia, quer pelos números de sua população, quer pelo desempenho de “claros papéis intermediários entre a(s) metrópole(s) e as cidades pequenas que compõe uma rede urbana” (SPÓSITO, 2004, p. 126).

Algumas peculiaridades chamam a atenção desde o início da territorialização do espaço de Santa Maria. Por exemplo, foi escolhida a área central do Estado como posição estratégico-militar para conquista e defesa do território ao sul do Brasil, num contexto geopolítico-econômico que interessava a países da região do Prata, portanto, de âmbito nacional e internacional. A construção dos quartéis militares determinou uma expansão territorial em diversas áreas não urbanas, também em municípios vizinhos e até mesmo mais distantes, passando a haver uma dinâmica na movimentação de comboios para treinamentos, transporte dos produtos de subsistência, armamentos e munições, fortalecendo a capacidade de polarização desta cidade sobre seus entornos territoriais. Criando-se centralidades intraurbanas, assim como, uma centralidade interurbana regional, nacional e global.

A inauguração da Base Aérea de Santa Maria na zona Leste reforçou o fluxo existente na direção Centro-Leste, bem como, a intermediação da cidade com outras regiões do estado e do país.

A construção da linha de ferro Porto Alegre – Uruguaiana, em função do cumprimento de defesa militar no sul do país, considerando os planejamentos viários dos países platinos, caracteriza a segunda peculiaridade de Santa Maria: o ponto estratégico para o seu desenvolvimento. A Viação Férrea tanto foi fundamental para o desenvolvimento da cidade quanto para sua estrutura espacial urbana.

Entre 1912 e 1920, Santa Maria foi considerada uma das cidades mais prósperas do estado, fomentada pelo setor ferroviário: o alto movimento da estação

férrea, pelo entroncamento de ferrovias; a população crescente, e vários tipos de atividades econômicas, especialmente casas de negócios, prosperavam na zona urbana. A Avenida Rio Branco consolidou-se como importante eixo da vida local, com casarões, prédios comerciais, bares e mais tarde restaurantes e hotéis, concentrando grande parte do fluxo da cidade. Este é o papel das ferrovias e a localização de seus terminais nas cidades influenciando a concentração de atividades nessas áreas, como também a estruturação do transporte intraurbano, defendida por Spósito, (2004, p.120), quando se refere às cidades médias.

Outra peculiaridade foi a criação da UFSM, pois foi a primeira Universidade Federal interiorana, já citada anteriormente. A instalação do *campus* da UFSM na zona Leste, fora da área central da cidade, proporcionou, e ainda proporciona, a grande especulação em seu entorno e diversos parcelamentos foram implantados, iniciando aí a estrutura de um importante papel de centralidade intraurbana e regional que a Universidade passava a desempenhar. “Com a implantação do *Campus* ao sul da Vila de Camobi, portanto fora do perímetro urbano da época, houve um grande impulso imobiliário nesse Distrito. Até então, a antiga Estação Colônia era uma pequena vila originada em função da estação férrea, que atendia a colônia de Silveira Martins e arredores” (SALAMONI, 2008, p. 272). Aumentou nessa área a proporção de áreas vazias localizadas, tornando um “locus” fruto de interesses fundiários e imobiliários. Concordando com Spósito (2004, p.125), esses fatores levaram, na época, a um crescimento maior territorialmente do que demográfica-economicamente.

A vocação para ser uma cidade-polo de referência educacional já se observava na década de 1940, pois 35% da sua população era formada por estudantes e o número de estabelecimentos de ensino já era notável. Estudantes de todas as partes do país convergiam para cá, assim como, delegações de pesquisadores nacionais e internacionais continuam buscando intercâmbios e tecnologias que despontam no mundo técnico-científico. Famílias inteiras aqui se instalam, em áreas residenciais ou em pequenos e grandes condomínios, os quais surgem resultantes da especulação imobiliária. É a ação dos agentes produtores do espaço urbano.

O comércio (re)-estrutura-se de acordo com a demanda também da classe educacional, assim como, a indústria dos Cursinhos: para o PEIES, para os

vestibulares, para seleção em cursos Técnicos, para Concursos em geral e muitos outros. Restaurantes, cafés, bares noturnos, comércio de alimentação em geral se organizam como espaço de consumo de estudantes e seus agregados. Parafraseando Vicentini (2001, p. 12), “redes caracterizadas não mais pelo mote da produção concentrada, mas por redes tecnológicas de informação” e, neste caso, também de comércio e serviços.

Estas peculiaridades presentes na territorialização do espaço de Santa Maria já caracterizam uma intermediação entre os territórios locais, regionais, nacionais e, talvez, globais, numa clara referência ao papel das cidades intermédias defendidas por Sanfeliu e Torné (2004), citados por Oliveira Junior (2008, p. 208). As novas centralidades decorrentes da transferência dos grandes centros nas cidades de porte médio, como em Santa Maria, são discutidas no item a seguir.

### **2.3.1 Centralidades em Santa Maria: Área Central Tradicional, Outros Subcentros**

A expansão urbana de Santa Maria, a partir do seu núcleo central histórico, acompanhou as mudanças das forças organizadoras do espaço ao longo do tempo, determinando uma política urbana de re-estruturação deste espaço. Verificando-se esse processo, primeiramente pelo plano de expansão para Santa Maria em 1937, o qual “previa a retificação o máximo possível do traçado quadricular da chamada “parte velha da cidade”, (CARDOSO, 1940, p. 103). Esta parte velha da malha urbana de Santa Maria (...) constitui-se na porção embrionária do tecido urbano de Santa Maria”, (SALAMONI, 2008, p. 237). Um novo Plano Diretor para a cidade foi aprovado em 1980, dando uma nova regulação urbanística para Santa Maria, até 2005, quando entrou em vigor o Plano Diretor Urbano e Ambiental, atualizado em 2009.

Pelos estudos realizados, verificou-se que o centro embrionário e tradicional de Santa Maria mantém sua importância, pela sua história de fundação, carregada pelo desenvolvimento econômico e consolidação como centro de consumo, de alimentação e de serviços bancários. É evidente a sua relevância como lugar de

estabelecimento e fluxos. Caracteriza-se pelo maior nível de centralidade urbana e como eixo de articulação entre as principais vias de circulação intra-urbana. O terminal da Av. Rio Branco é a maior via de acesso de transporte coletivo do centro aos bairros e vice-versa. Este terminal está representado na figura 7 e é conhecido como o “Paradão” da Av. Rio Branco.

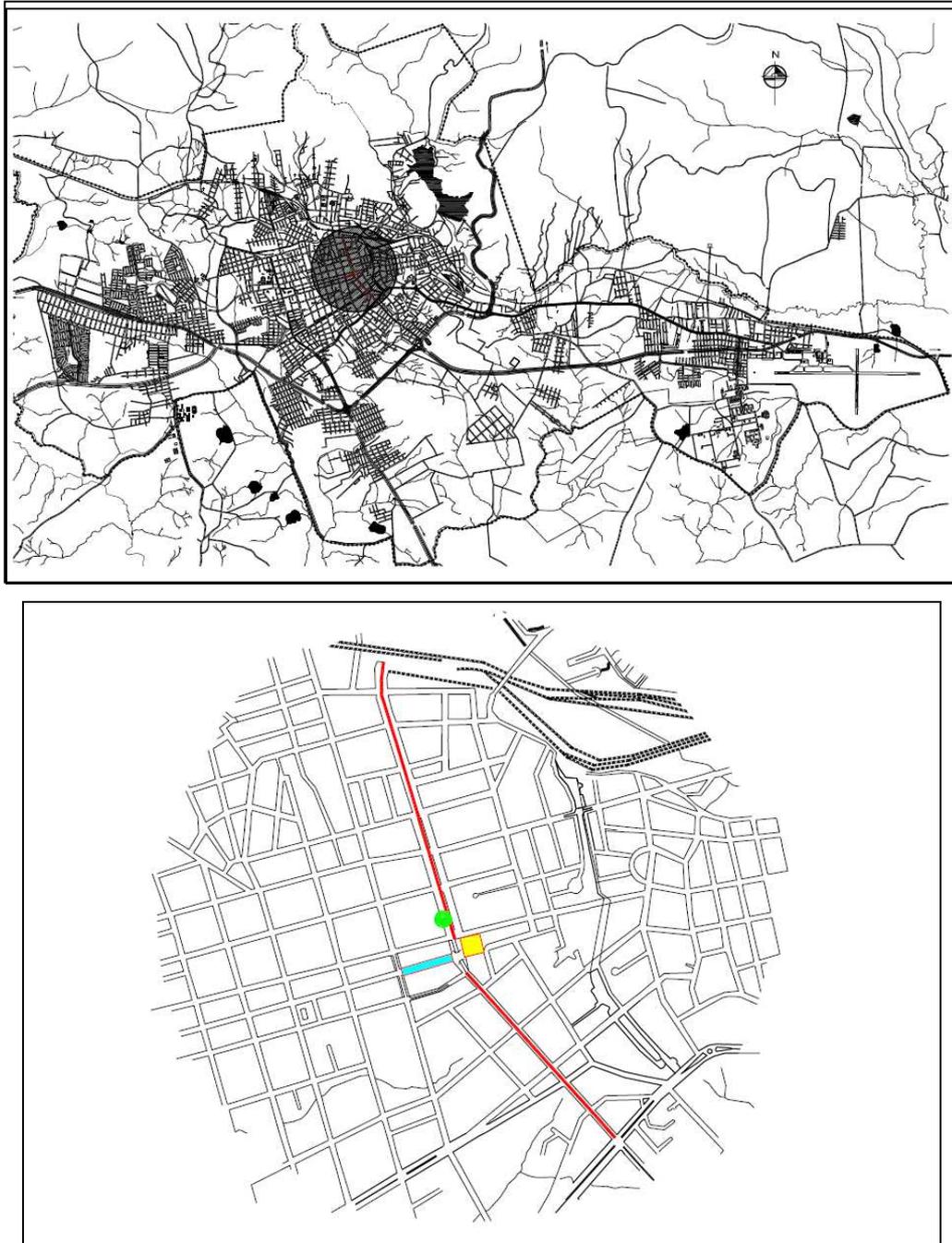


Figura 6 - Cidade de Santa Maria, com destaque para a área central, 2010.

Fonte: PMSM (2010). Organização: C. FARIAS, a partir de dados da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

A Figura 6 apresenta o traçado da Av. Rio Branco no sentido Norte/Sul, até o entroncamento com a Praça Saldanha Marinho, representada pelo quadro em amarelo, ponto em que dá início à Rua do Acampamento, representada por um traçado em vermelho, estendendo-se até a Av. Medianeira. O traçado em azul, representando uma quadra da área central, é o Calçadão Salvador Isaia, localizado entre a Rua do Acampamento e a Marechal Floriano. A localização do “paradão” da Av. Rio Branco está sinalizado por uma figura circular em cor verde.



Figura 7 - “Paradão” da Av. Rio Branco – Foto tirada a partir da Praça Saldanha Marinho com esquina da Rua Acampamento com a Venâncio Aires

Fonte: FARIAS, 2011

Este centro se caracteriza pela sua história carregada de símbolos e representações. A Praça Central Saldanha Marinho e o Calçadão (primeira quadra da Rua Dr. Bozano), representada na Figura 8, significam uma centralidade que diz respeito a um lugar com conteúdo social, lembrando a referência de Lefebvre (1983, p. 46). Este é um centro de articulação e manifestações populares: estudantis, sindicais, políticas e festivas. Para aí convergem habitantes de todos os Bairros de Santa Maria, inclusive os moradores do Bairro Nova Santa Marta.



Figura 8 - Praça Saldanha Marinho, vista a partir da Rua Venâncio Aires, próximo ao Theatro Treze de Maio, em direção ao Calçadão Salvador Isaia. Zona Central de Santa Maria.

Fonte: FARIAS, 2011



Figura 9 – Calçadão Salvador Isaia, primeira quadra da Dr. Bozano- Foto tirada a partir da Praça Saldanha Marinho e Túnel de ligação da Av. Rio Branco com a Rua do Acampamento.

Fonte: FARIAS, 2011

A Praça Central, além da ligação com a Av. Rio Branco, a mais ampla via central de representação histórica, exerce o papel de eixo de articulação para quatro grandes vias centrais. Primeiro, a Rua do Acampamento, continuação da Av. Rio Branco, via Túnel Evandro Beher, histórico setor comercial tanto popular como para classes médias e ricas.

A segunda grande via central, a Rua Dr. Bozano, é também área comercial, porém com afluxo de pessoas de maior poder aquisitivo, com locais de restaurantes, lancherias e cafés. Faz a ligação do centro com a Av. Borges de Medeiros, importante via de acesso a Bairros periféricos de Santa Maria, inclusive para o Bairro Nova Santa Marta.



Figura 10 - Calçadão visto no sentido Oeste-Leste, a partir da Praça Saldanha Marinho, em direção à Rua Dr. Bozano

Fonte: FARIAS, 2011

Como terceira grande via central, a Rua Venâncio Aires, igualmente área comercial, especialmente na prestação de serviços variados, sedia, ao longo de sua extensão, cursinhos pré-vestibulares, sedes centrais dos Correios, do INSS, da AES Sul, bem como, o Centro Administrativo Municipal, com várias Secretarias, a sede da Câmara de Comércio e Indústria de Santa Maria (CACISM); um hotel, o qual

também sedia eventos relacionados a negócios, educação, turismo, festivos e outros; e o Theatro Treze de Maio, junto à Praça Saldanha Marinho, com significativa centralidade pelos inúmeros eventos ali realizados.

Esta rua também é um eixo estrutural da cidade no sentido oeste-leste, pois permite o acesso à cidade pela rodovia BR 287; e em direção à sede central do Quartel da Brigada Militar e do seu hospital; e aos bairros localizados no entorno da área Norte. Igualmente esta via faz a ligação com a Av. Alcides Roth, no Bairro Juscelino Kubitschek, cujo prolongamento com a Av. Quinze de Novembro faz o acesso principal ao Bairro Nova Santa Marta. A Rua Venâncio Aires é a via principal de fluxo para os moradores deste bairro, especialmente em termos de trabalho, comércio, assistência à saúde, educação e visita ao centro tradicional da cidade.

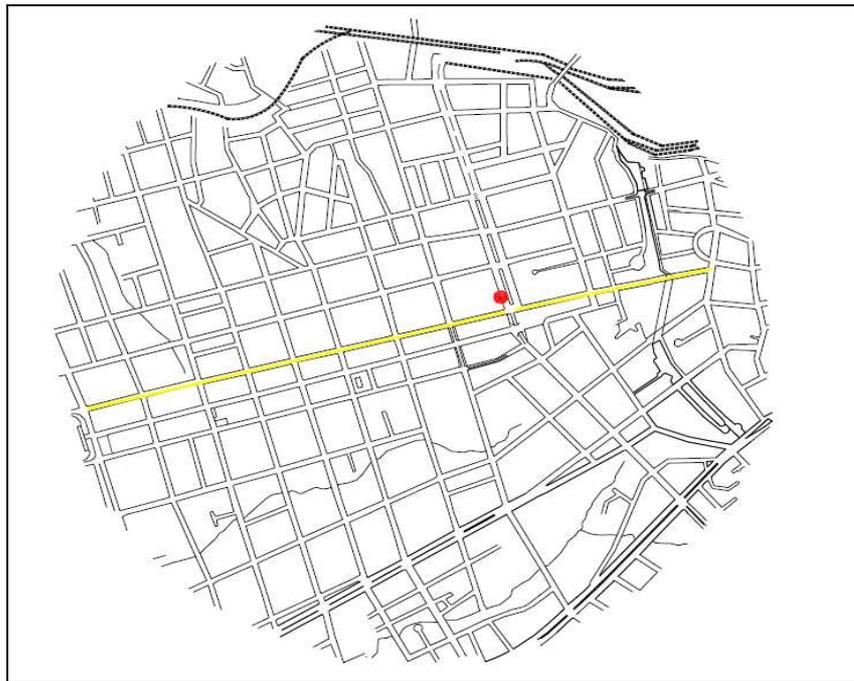


Figura 11 - Zona Central da cidade, destacando a Rua Venâncio Aires, representada pelo traçado em amarelo, a partir da Av. Rio Branco, ponto vermelho.

Fonte: PMSM (2010). Organização: C. FARIAS, a partir de dados da Prefeitura Municipal de Santa Maria.



Figura 12 - Praça Saldanha Marinho, a partir da Av. Rio Branco, representada pelo ponto vermelho da figura anterior, destacando a Rua Venâncio Aires, representada pelo traçado em amarelo, com localização próxima ao Theatro Treze de Maio, à direita da foto.

Fonte: FARIAS, 2011.

A quarta grande via central, a Rua Mal. Floriano Peixoto, paralela à Avenida Rio Branco e à Rua do Acampamento, além do comércio contíguo a toda essa área central, apresenta grandes fluxos pela concentração de duas grandes escolas particulares, com nível fundamental, médio e/ou superior, bem como, a sede da antiga Reitoria da UFSM, com vários cursos diurno e noturno. Livrarias, sebos, cafés e serviços de reprodução, impressão e encadernação de materiais, tanto didático como para escritório, aí são comuns.

Esta rua é ainda um ponto importante de conexão da parte antiga da cidade (lado Norte) com as avenidas Presidente Vargas e Medianeira, dois importantes eixos viários estruturais longitudinais da cidade, no sentido Leste-Oeste. Este sentido é característico da expansão territorial urbana de Santa Maria, tanto para Leste como para Oeste, sendo o setor da maior concentração de Bairros periféricos.

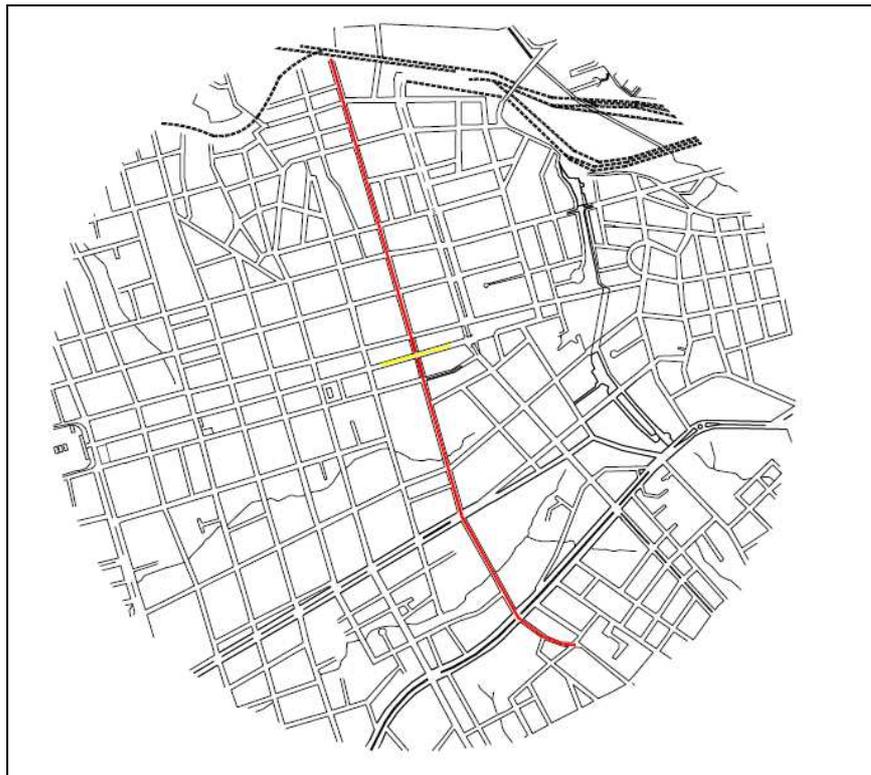
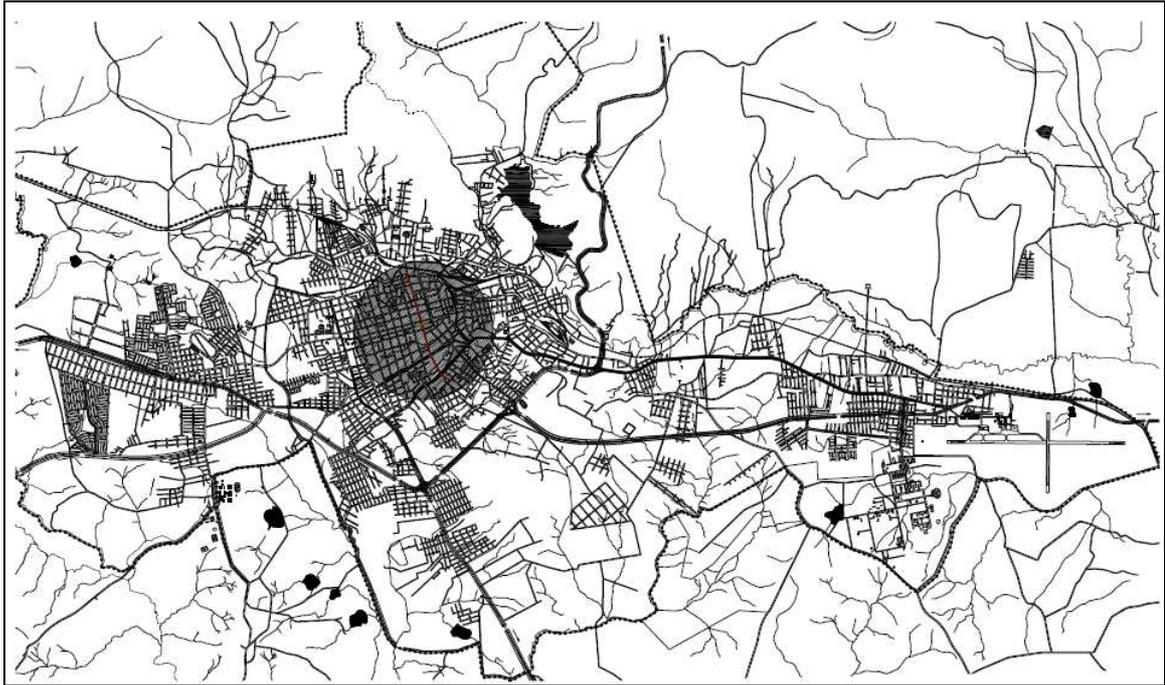


Figura 13 - Cidade de Santa Maria com destaque da área central - a Rua Marechal Floriano em toda sua extensão, representada pelo traçado vermelho e o entroncamento com o Calçada, no traçado amarelo.

Fonte: PMSM (2010). Organização: C. FARIAS, a partir de dados da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

No espaço contíguo às ruas citadas acima, observa-se a coexistência de áreas destinadas a várias camadas socioeconômicas da população. O Theatro Treze de Maio atrai um fluxo de pessoas, na sua maior parte de alto e médio poder aquisitivo, intercalando espetáculos populares, com apoio da Lei de Incentivo à Cultura - LIC. Ao lado, o Shopping Popular, nas proximidades da Praça Saldanha Marinho, que abrigou recentemente os antigos Camelôs da Avenida Rio Branco e os ambulantes da Praça e arredores, atrai intenso fluxo de população de baixa e média renda. Na seqüência da Praça, mais precisamente no Calçadão, o Shopping Santa Maria atende consumidores de médio e alto poder aquisitivo, seja no comércio, na alimentação ou nos cinemas.



Figura 14 – Theatro Treze de Maio e, ao lado, o Shopping Popular – Foto tirada a partir da Rua Venâncio Aires, em frente à Praça Saldanha Marinho.

Fonte: FARIAS, 2011.

O “paradão” da Avenida Rio Branco concentra o maior fluxo do transporte coletivo circular no centro urbano de Santa Maria, seguindo-se dos pontos de ônibus da Rua do Acampamento, da Rua Professor Braga e da Rua Riachuelo. Nesse entorno, os estabelecimentos de serviços de alimentação atendem os passageiros que desembarcam nesses locais ou que aguardam nos pontos dos ônibus

circulares. Estes passageiros, na sua grande maioria, são estudantes, mas, principalmente, trabalhadores da área de prestação de serviços que, exercendo suas atividades no centro da cidade e seu entorno, deslocam-se diariamente, pois são moradores de bairros nas periferias de Santa Maria, entre eles, os moradores da Nova Santa Marta.



Figura 15 – Ponto de ônibus da Rua do Acampamento. Foto tirada a partir da Rua José Bonifácio.

Fonte: FARIAS, 2011.

Como toda a cidade, Santa Maria tem, engendrado em seu tecido urbano, uma articulação intensa que se configura de forma diferenciada e segmentada, lembrando Oliveira Junior (2008, p.211). Por exemplo, no cruzamento da Rua do Acampamento com as ruas Pinheiro Machado e José Bonifácio, as quais se encontram na Av. Presidente Vargas, a partir da Praça Roque Gonzáles, há um intenso fluxo, provocado pela localização dos pontos de transporte coletivo, intermediando a área de acesso ao maior hospital da cidade - Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo, bem como, inúmeros prédios sediando consultórios, laboratórios e outros serviços na área da Saúde.



Figura 16 - Praça Roque Gonzáles, situada no canteiro central, entre as Ruas José Bonifácio e Pinheiro Machado, continuação da Av. Presidente Vargas e a Rua Prof. Braga.

Fonte: FARIAS, 2011.



Figura 17 - Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo. Foto tirada a partir da Rua José Bonifácio.

Fonte: FARIAS, 2011.

As novas formas de articulações e interações entre os diferentes lugares da cidade, em Santa Maria, permitem constatar a centralidade multicêntrica, lembrando Silva (2001), ampliando a espacialização intraurbana, com a distribuição dos fluxos e reforçando a “diferenciação/segmentação urbana”. Nesse sentido, a instalação dos Shopping Centers, tanto no Bairro Nossa Senhora de Lourdes (Monet Shopping Center) como, mais recentemente, no Bairro Dores (Royal Plaza Shopping), significa espaços de uso diferenciado, quer para consumo, lazer e alimentação ou pontos de convivência, pois estão destinados a grupos sociais com maior poder aquisitivo.

Algumas áreas históricas na área urbana de Santa Maria, com ligação menos intensa ao centro tradicional, procuram se readequar às novas dinâmicas que o moderno impõe. Entre estas, a ligação do centro tradicional com a zona Norte da cidade, um dos primeiros núcleos urbanos, o Bairro Itararé, através do túnel de travessia da viação férrea, recentemente inaugurado. Esta é mais uma tentativa de devolver uma nova vitalidade àquele ponto da área urbana central antiga.

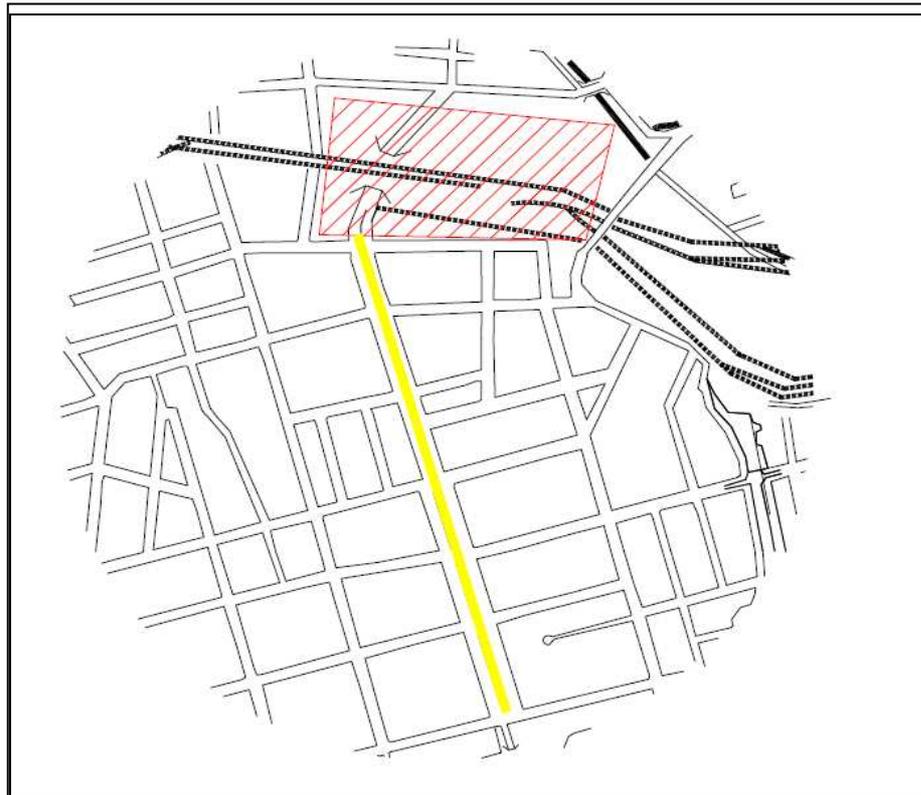
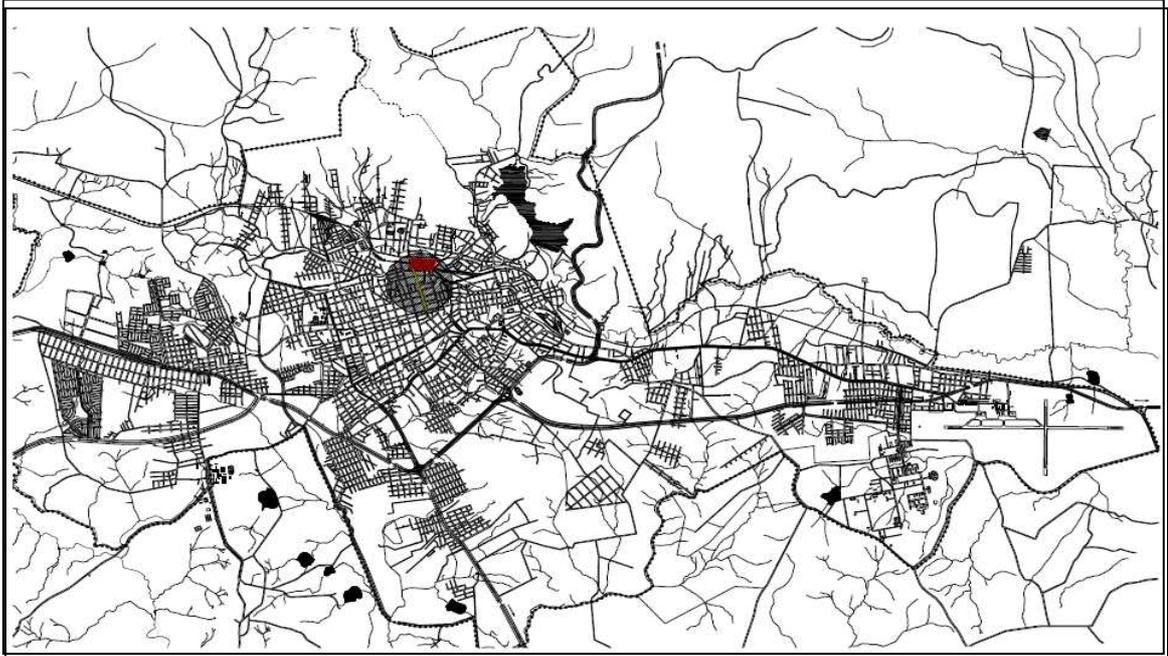


Figura 18 – Perímetro urbano da cidade, destacando a área central, com demarcação da área da antiga Estação Férrea (listras vermelhas) e a Av. Rio Branco, representada pela linha amarela.

Fonte: PMSM (2010). Organização: C. FARIAS, a partir de dados da Prefeitura Municipal de Santa Maria.



Figura 19 - Túnel da Gare. Ligação entre o início da Av. Rio Branco e o Bairro Itararé. Foto tirada a partir do início da Av. Rio Branco.

Fonte: FARIAS, 2011.

Exemplificando Correa (1986, p. 72), quando fala de terras suburbanas deixadas em “pousio social”, tendo em vista a expectativa da demanda para fins de urbanização, citamos a área situada na rodovia RS 287, conhecida como “faixa nova” para Camobi, entre a UFSM e o trevo de entrada para a cidade, entroncamento com a BR 158. Praticamente inabitada por quase três décadas, esta área de periferia intermediária em um “deserto agrícola” ficou à espera de loteamentos que só surgiram timidamente após trinta anos da criação da UFSM.

A zona Leste, em Camobi, consolida-se como o núcleo urbano mais importante. Sua “atratividade” (Paiva, 2010), é a UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, centro de produção de conhecimento e fornecedor de serviços educacionais. Exerce a função de atrair e manter intenso fluxo, assim como, concentração de fixos, os quais se consolidam cada vez mais, através da especulação imobiliária, do comércio e rede de prestação de serviços, entre outros. Configurando, portanto, características fundamentais de uma centralidade urbana regional, nacional e global.

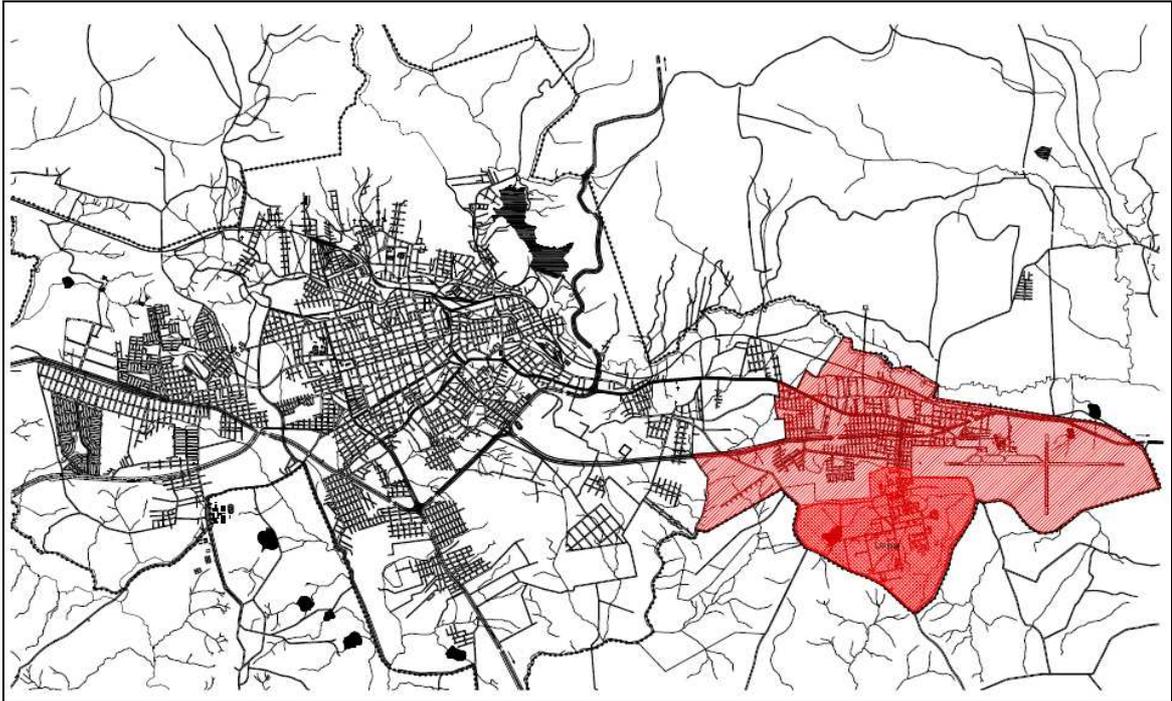


Figura 20 – Cidade de Santa Maria, com sinalização em vermelho claro - Bairro Camobi e Base Aérea e vermelho escuro o Campus da UFSM.

Fonte: PMSM (2010) Organização; C. FARIAS, a partir de dados da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

Como se pode verificar, o processo de expansão urbana de Santa Maria acompanhou a dinâmica geral que tem caracterizado esse evento nas cidades de porte médio, vinculado ao modelo econômico vigente. Assim, as transformações ocorridas na sua área central, determinando o surgimento de novas centralidades e a expansão por periferias, é justificada pela intensificação dos novos fluxos e significados ao espaço urbano.

### 2.3.2 Formas de ocupação da periferia em Santa Maria

Os novos loteamentos em Santa Maria estão se expandindo para áreas periféricas, tanto voltadas para população de baixa renda, como média, e, também, para os segmentos de maior poder aquisitivo. Também em Santa Maria percebe-se que o conceito tradicional de periferia toma novas proporções, dependendo da localização desta área, confirmando a teoria de Corrêa (1986, p. 76), quando fala de

“áreas periféricas espacialmente opostas, mas ambas inseridas na organização de uma sociedade de classes: são os locais de reprodução do exército de reserva e dos dirigentes”.

A solução de moradia na forma de Condomínios Fechados em Santa Maria é recente, sendo os primeiros lançados na década de 1980, na região Leste, mais precisamente no Bairro Camobi. É um mercado que, até o presente momento, é pouco expressivo e significativo para que se faça um estudo mais aprofundado. Citamos o Condomínio Residencial Novo Horizonte e o Condomínio Vila Verde, na década de 1980; o Condomínio Fechado Horizontal Morada do Lago, em 1995, e, mais recentemente, o Condomínio Fechado Sociedade de Medicina, ao lado da sede campestre da mesma entidade, todos em Camobi. A Sudoeste, em direção ao Bairro Boi Morto, foi implantado em 2003, o Condomínio Fechado Residencial Arco Verde, o qual continua em expansão.

Sabe-se que o direito à moradia é exercido por quem tem poder de compra suficiente para exercer o direito de construir, no espaço, ambientes que satisfaçam as necessidades humanas de sobrevivência. Nesta questão, Santa Maria não é diferente de outras cidades de porte médio, pois o índice habitacional é deficitário. Várias invasões irregulares já aconteceram em áreas urbanas consideradas ociosas e que não estavam cumprindo sua função social, na tentativa de satisfazer a necessidade básica de habitação das pessoas, como um exercício pelo “direito à cidade”, na expressão de Lefebvre (1991).

Na década de 1970, como parte de um grande plano de industrialização da cidade, conforme Salamoni (2008, p.295), foram projetados dois grandes conjuntos habitacionais para Santa Maria, “a serem instalados em áreas limítrofes ao Distrito Industrial: a Cohab Tancredo Neves e a Cohab Santa Marta. Nesta etapa, apenas a Santa Marta foi construída”.

Na década de 1980, houve a implantação do maior conjunto habitacional na zona Oeste, em uma área de 114,98 ha. O conjunto residencial Cohab Tancredo Neves, projetado e construído pela Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - COHAB, cujas casas foram construídas a partir de 1983, e os apartamentos em 1984, ambos inaugurados em 1986. Este é o maior conjunto habitacional projetado e implantado em Santa Maria. Na zona Leste, em Camobi, criou-se o Núcleo Residencial Cohab Fernando Ferrari em 1983.

Na última década, através do Programa de Arrendamento Residencial – PAR, deu-se início a implantação desse programa de habitação popular em Santa Maria, o qual visa atender as necessidades de moradia para a população de baixa e média renda. A construção dos conjuntos habitacionais é realizada na modalidade condomínio fechado, cujos imóveis são posteriormente alugados às famílias habilitadas pelo programa. Os recursos são do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, do Governo Federal, administrado pela Caixa Econômica Federal, e a realização acontece em parceria com os Governos Municipais. Essa modalidade de habitação veio atender a uma carência existente em Santa Maria, para essa faixa de renda.

A Tabela 8 demonstra as zonas periféricas contempladas pelo Programa de Arrendamento Residencial – PAR, bem como, os empreendimentos e o número de residências construídas.

Tabela 8 – Programa de Arrendamento Residencial – PAR e Regiões Contempladas em Santa Maria, 2008.

<b>Programa</b>	<b>Nome</b>	<b>Famílias Beneficiadas</b>
Região Sul		
PAR	Novo Tempo	200
PAR	Noel Guarany	200
PAR	Luiz Bavaresco	200
PAR	Vento Norte	120
PAR	Medianeira	200
Região Oeste		
PAR	Morada do parque I	240
PAR	Morada do parque II	240
Região Leste		
PAR	Araçá	120
<b>Total</b>		<b>1520</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal, Redur/Santa Maria.

Adaptado pelo autor a partir de dados da Redur/Santa Maria, 2010

Em 2008, iniciou-se, com previsão de término em 2011, outro empreendimento com características de habitação popular, para atender famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos, ou seja, com comprovada vulnerabilidade social. O empreendimento Cipriano da Rocha, que constitui-se num loteamento de terrenos de 160 m<sup>2</sup>, sendo 8 metros de frente por 20 metros de fundos e construção

de 543 casas, com 40,12 m<sup>2</sup> com um investimento de R\$ 7.400.000,00, para as casas e mais recursos para o loteamento e infraestrutura, totalizando cerca de 10 milhões de reais, localizado no Bairro Pinheiro Machado, ao lado do Bairro Tancredo Neves, na Zona Oeste da cidade de Santa Maria. Dessa forma, o poder público, além de enfrentar o déficit habitacional do município, está exercendo o papel de promotor da expansão urbana e agente produtor do espaço urbano e imobiliário.

Além dessas formas de expansão urbana, anteriormente citadas, produzidas por agentes privados e públicos, temos a apropriação do território executada diretamente pela parcela da população não contemplada por esses investimentos, originando ocupações irregulares.

De acordo com Figueiró *et al*, citado por Garcia (2006, p. 22), “a crescente demanda habitacional do município de Santa Maria e dos municípios vizinhos, cujas administrações chegam a contratar veículos para “despejar” parte de sua população excluída na área da fazenda Santa Marta, transferindo assim uma parcela dos seus déficits habitacionais”.

Essa demanda contribui para intensificação do processo de ocupação em Santa Maria, como forma de amenizar os problemas habitacionais nos demais municípios da região. Rapidamente, várias novas ocupações aconteceram na região, estimuladas pelo MNL, líderes comunitários ou por interesses individuais.

Segundo Salomoni (2008), outras ocupações irregulares ocorreram em áreas públicas, ou seja, em faixa de domínio de rodovias e áreas que pertenciam à Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA. Nesta, surgiram as ocupações hoje conhecidas como Km 2 e Km 3, ambas em processo de regularização pelo município em parceria com o Governo Federal, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Ao longo da BR 287, na zona Oeste, estendem-se várias ocupações nas faixas paralelas à Cohab Santa Marta e ao Parque Residencial Pinheiro Machado.

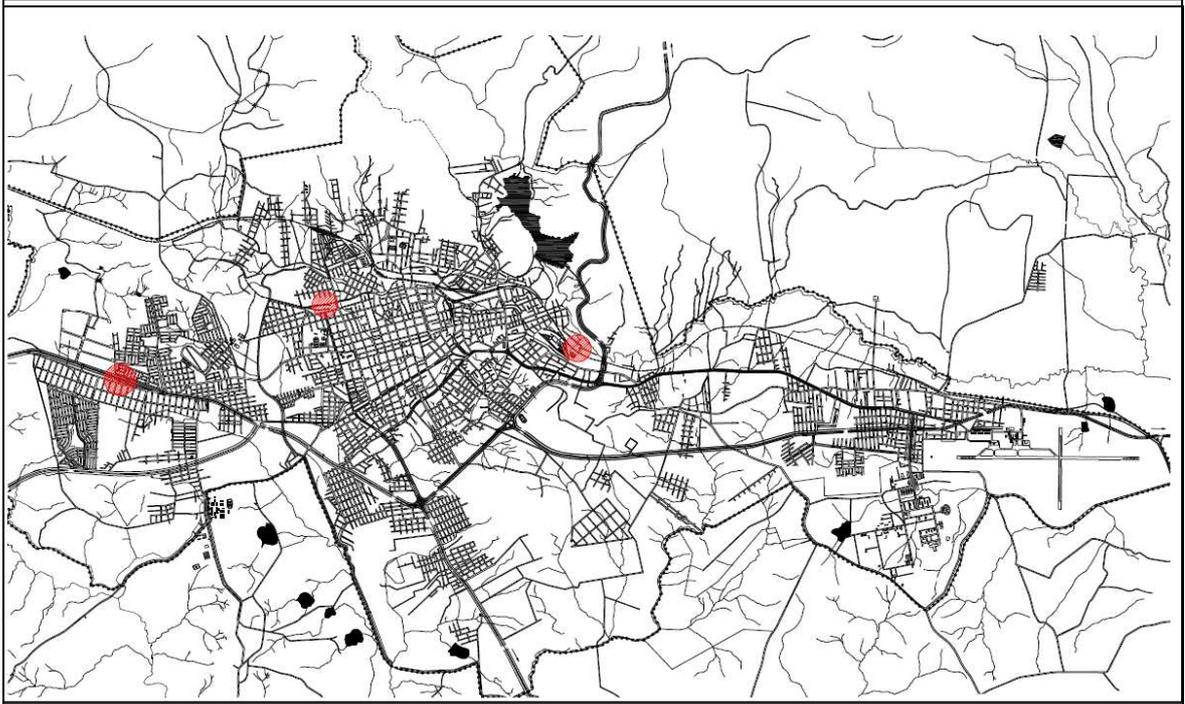


Figura 21 – Mapa da cidade de Santa Maria, com sinalização em vermelho das áreas de ocupação irregular.

Fonte: PMSM (2010). Organização: C. FARIAS, a partir de dados da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

Entre 1981 e 1991, “um grande projeto de re-qualificação urbana é posto em prática ao promover a remoção de áreas irregulares em zonas centrais, dadas pelas favelas na Av. Liberdade, no entorno do cemitério municipal e ao largo da Av. Maurício Sirotsky Sobrinho” (SALAMONI, 2008, p. 206). Dois loteamentos populares são implantados em áreas públicas, no local onde existia o aterro sanitário da cidade, criando-se as Vilas Lídia e Arco-Iris, hoje bairro Patronato. Através do programa Habitar Brasil-BID, o Município de Santa Maria procurou promover melhorias nas condições habitacionais de 73 famílias moradoras em áreas de risco, ribeirinhas ao Arroio Cadena. Em 2004, foram construídas novas moradias na Vila Maringá, em Camobi, zona Leste, implantando-se infraestrutura urbana e saneamento básico para atender as necessidades dessas famílias.

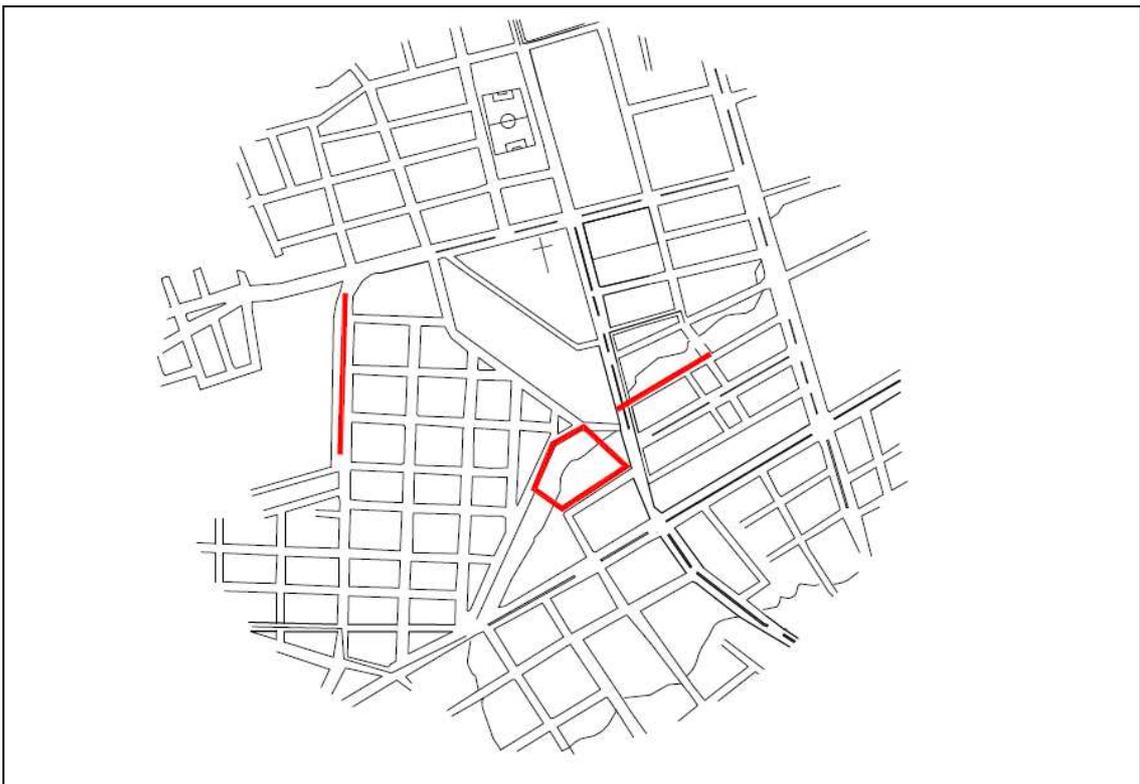
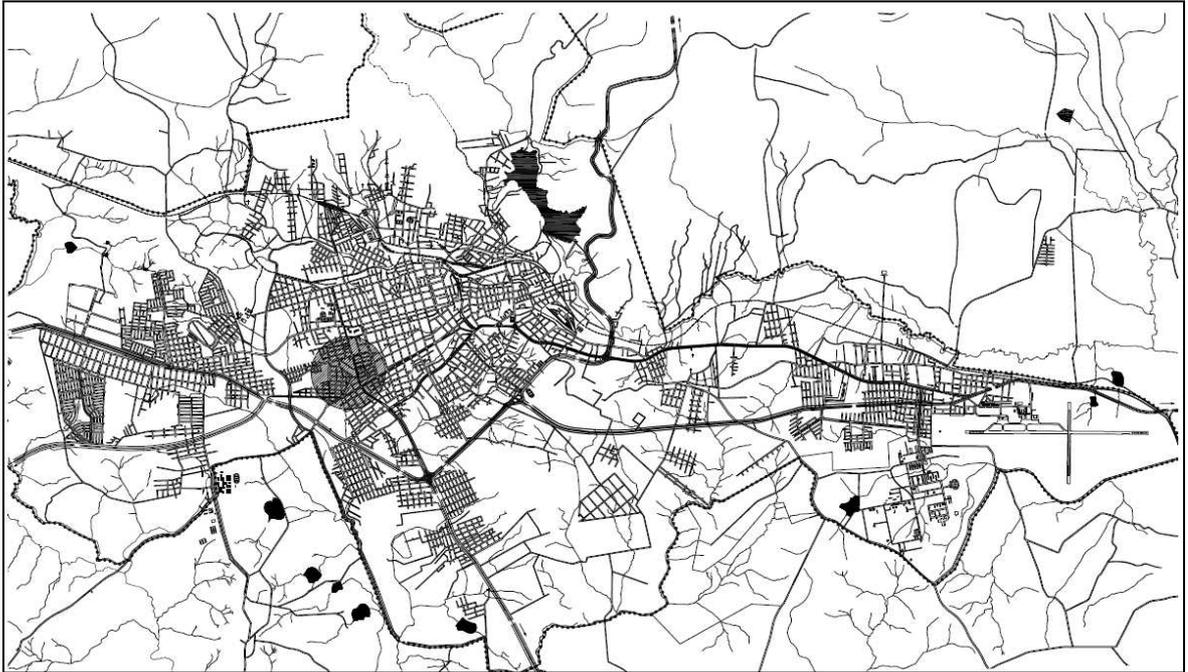


Figura 22 – Localização no Bairro Patronato, das áreas alvo de remoções na década de 1990.

Fonte: PMSM (2010). Organização: C. FARIAS, a partir de dados da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

Historicamente Santa Maria possui um *déficit* habitacional da ordem de 1.200 unidades habitacionais, representado pela ausência de moradias, pela co-habitação familiar e também pela inadequação habitacional, ou seja, existe o local, porém, é carente das condições básicas ou situadas em áreas de risco.

Por outro lado, constata-se que nas áreas de invasões que tem se manifestado periodicamente acusa-se uma necessidade de aproximadamente 1.500 habitações. Grande parte dessa população tem como objetivo invadir na expectativa de uma oportunidade especulativa, ou seja, invade, faz pequenas melhorias no terreno, é contemplado com melhorias sociais, agregando valor a esse espaço. Na primeira oportunidade de venda, desfaz-se de terreno e reinicia o processo, buscando outra oportunidade.

Esta situação significa um estado permanente de volatilidade, representando um grande desafio para os poderes públicos constituídos enquanto planejadores de políticas públicas habitacionais e urbanas.

Atualmente, segundo a Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, para o Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida existem 4.800 pessoas inscritas no Programa. Este quadro possibilita inferir que a necessidade habitacional na cidade de Santa Maria está em torno desse montante.

### 3 O CASO DA OCUPAÇÃO DO BAIRRO NOVA SANTA MARTA

Nesta seção busca-se analisar a formação do Bairro Nova Santa Marta, em Santa Maria, como um exemplo típico de expansão urbana por periferia. Para tal, apresenta-se a trajetória histórico-espacial, desde a sua ocupação em 1991 até 2010, bem como, o processo de construção política e sua inserção no contexto da cidade.

#### 3.1 Localização do Bairro no Contexto da Cidade

A área hoje conhecida como Bairro Nova Santa Marta está localizada na região Oeste da cidade de Santa Maria, pertencente à Região Administrativa Oeste. Limita-se ao Sul com o Bairro Juscelino Kubitschek, ao Norte com os Bairros Agro-Industrial e Caturrita, a Leste com o Bairro Passo da Areia e a Oeste também com o Bairro Agro-Industrial, conforme Figura 23.

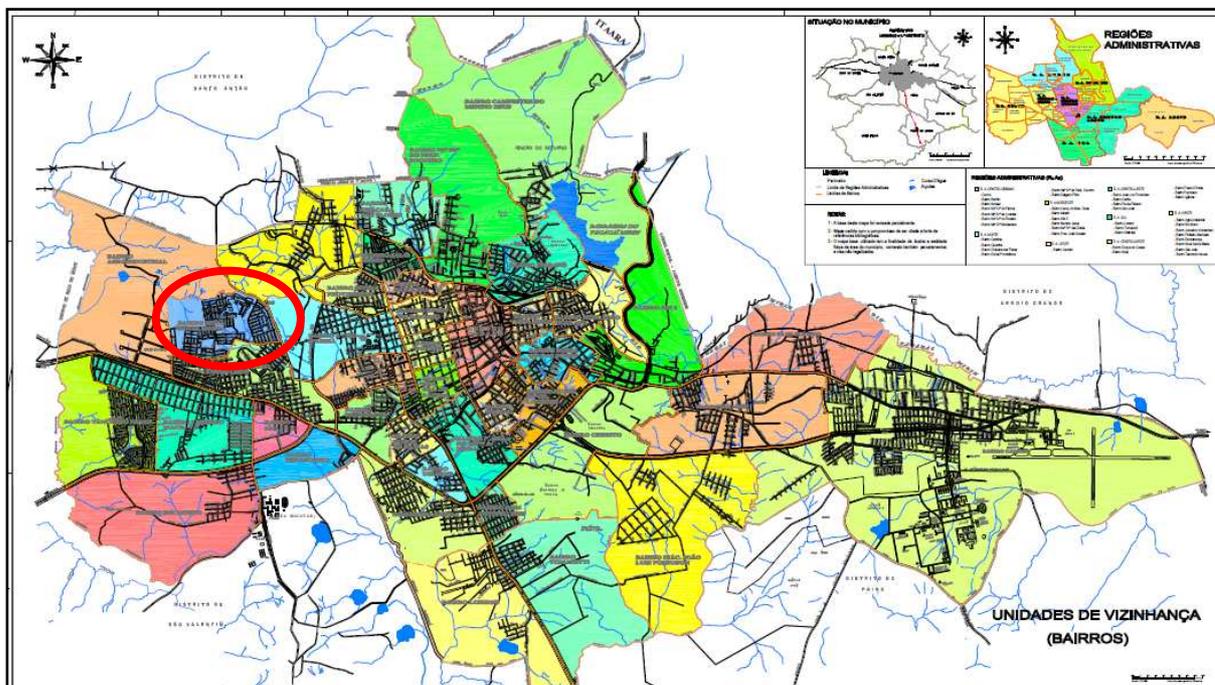


Figura 23 – Cidade de Santa Maria, com destaque para o Bairro Nova Santa Marta.

Fonte: PMSM (2010). Organização: C. FARIAS, a partir de dados da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

Podemos visualizar o território do Bairro objeto do presente estudo, circundado pelos bairros limítrofes, os quais formam um conglomerado periférico de bairros populares, na Zona Oeste da cidade de Santa Maria, representando a expansão periférica, cujo crescimento desordenado caracteriza um adensamento populacional e ocupação irregular de área de risco geotécnico. Ainda encontram-se desprovidos de infraestrutura básica, equipamentos comunitários e serviços públicos, o que afeta diretamente a qualidade de vida da população local.

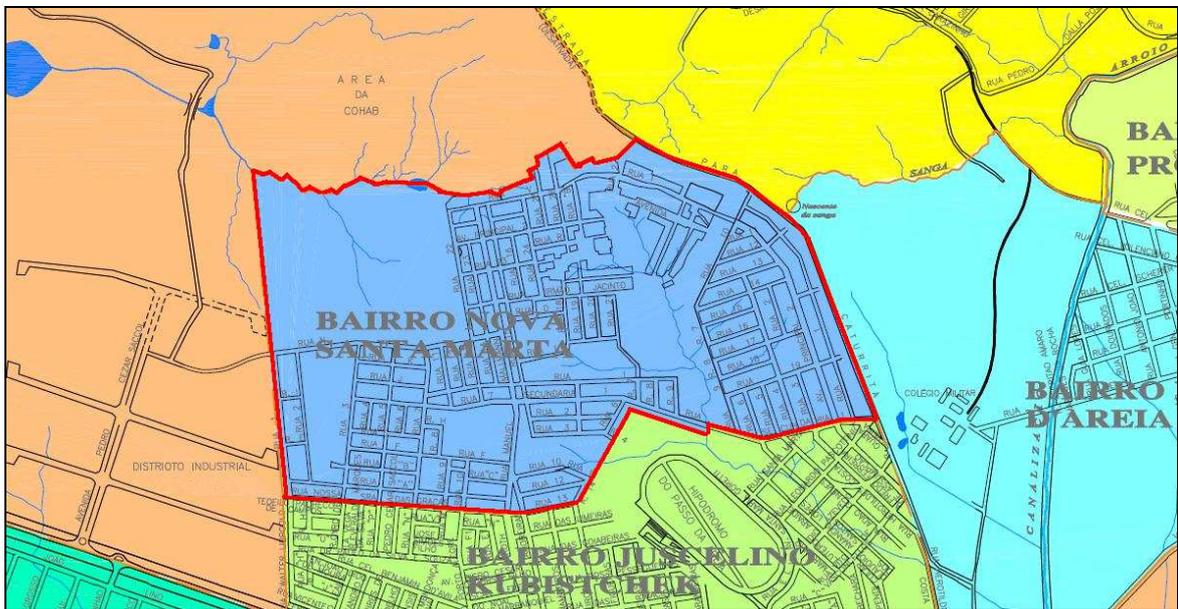


Figura 24 – Localização do Bairro Nova Santa Marta com bairros limítrofes.

Fonte: PMSM (2010). Organização: C. FARIAS, a partir de dados da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

O Bairro Nova Santa Marta é composto por sete vilas: 07 de Dezembro, 18 de Abril, 10 de Outubro, Por do Sol, Núcleo Central, Alto da Boa Vista e Marista I e II, esta recentemente lembrada, tornando-se uma única vila, reduzindo o número anterior de 8 para 7. Cada vila possui graus diferentes de desenvolvimento e urbanização, tendo em vista o tempo de sua ocupação e ação do Poder Público. O mapa seguinte nos apresenta o traçado do bairro com a sua divisão territorial, localização das vilas e o loteamento para fins de Urbanização e Regularização Fundiária, projeto que está em curso nessa área.



Figura 25 - Urbanização do Bairro Nova Santa Marta, com a localização de suas Vilas.

Fonte: PMSM (2010). Organização: C. FARIAS, a partir de dados da Prefeitura Municipal de Santa Maria - Secretaria Extraordinária de Supervisão de Programas Intersetoriais.

:

No item a seguir será apresentada uma breve síntese do zoneamento e das características urbanísticas do plano diretor da cidade de Santa Maria, com destaque para a região administrativa em que se localiza a área de estudo.

### 3.2 Zoneamento e Principais Parâmetros Urbanísticos do Plano Diretor

Segundo a atual Lei do Uso do Solo do Município de Santa Maria, a área urbana do Distrito Sede de Santa Maria está dividida em macrozonas e zonas. Considere-se que Zona é uma área onde as diversas unidades, edificadas ou não, são condicionadas aos mesmos usos e indicadores; e Macrozona, a reunião de duas ou mais zonas que possuam indicadores compatíveis entre si. O limite distrital é o mesmo do perímetro urbano.

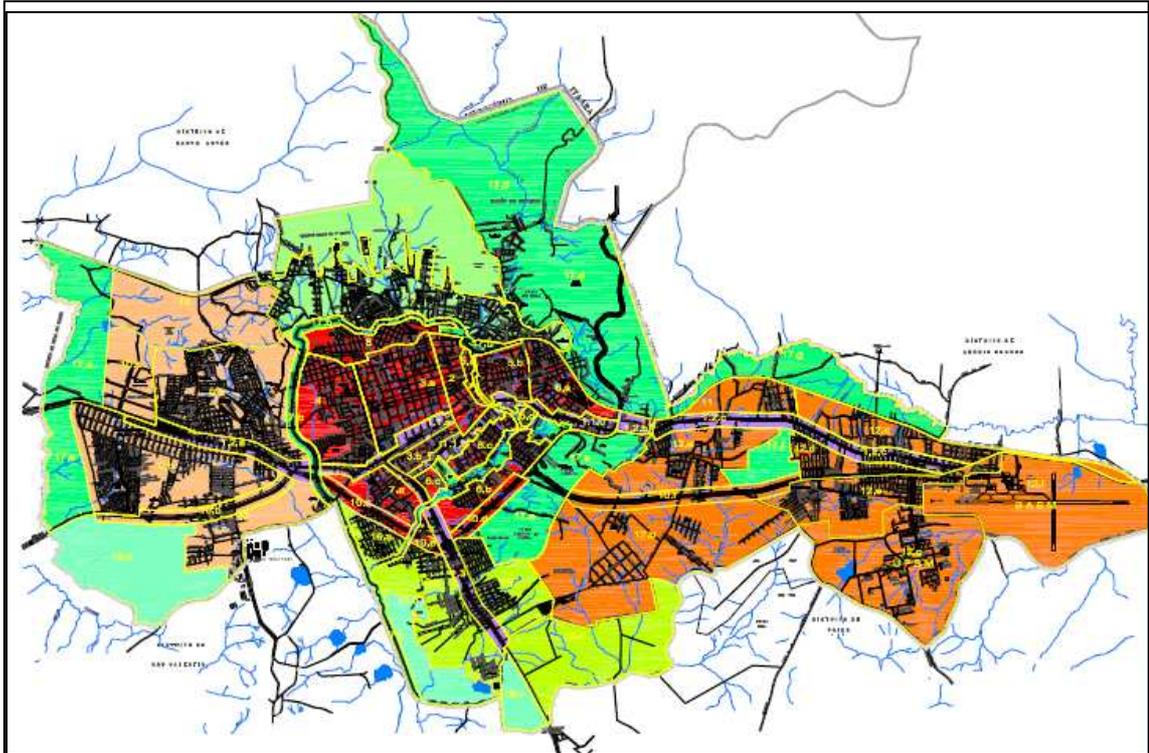


Figura 26 – Macrozonas e Zonas do perímetro urbano da cidade de Santa Maria/RS.

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS, Plano Diretor, LUOS, 2009, anexo 10.

As macrozonas do 1º Distrito estão assim divididas: 1) Macrozona, corredor da urbanidade; 2) Macrozona centro; 3) Macrozona cidade Oeste; 4) Macrozona cidade Sul; 5) Macrozona cidade Leste; 6) Macrozona Encosta da Serra; 7) Macrozona Rururbano; 8) Macrozona Parques.

As zonas do 1º Distrito–Sede são utilizadas e ordenadas dentro de perímetros de solo urbano condicionadas aos mesmos usos e indicadores, como por exemplo, Zona 10.a, do Distrito Industrial; zona 12.g., da UFSM; zona 17.a., da área de Conservação Natural Parque Ferreira. Todas as Macrozonas e Zonas estão delimitadas conforme especificação na Lei de Uso e Ocupação do Solo de Santa Maria/RS, em seu Título II, anexo 5.

O Bairro Nova Santa Marta, segundo o Plano Diretor, está inserido na Macrozona Cidade Oeste, na Zona Urbanística 9.a., a qual caracteriza-se como “Cidade popular de preenchimento dos vazios urbanos e média densidade, com instrumentos tributários e financeiros para facilitar a produção de cidade popular e melhoramento das habitações existentes”. Esta zona urbanística, 9.a., compreende:

a área que inicia na divisa leste do Distrito Industrial, cruzamento com um tributário do Arroio Ferreira, cujo perímetro, seguindo-se no sentido horário, contém as seguintes delimitações: o referido tributário a montante; divisa norte do loteamento Alto da Boa Vista, na Rua V e sua projeção até encontrar a Estrada da Caturrita e seu encontro com a nascente de uma sanga tributária do Arroio Cadena; sanga tributária do Arroio Cadena, junto à área militar, a jusante; faixa distante 100 metros da margem oeste do Arroio Cadena; faixa distante 100 metros ao norte do eixo da Av. Walter Jobim; faixa distante de até 150 metros ao norte do eixo da BR-287 dos lotes confrontantes com essa rodovia; Rua Walter Lippold; divisa leste do Distrito Industrial, ponto inicial da demarcação. (Plano Diretor, LUOS de Santa Maria/RS, 2009).

Esta zona faz fronteira a oeste com a zona 10.a (de propriedade da SEDAI/RS) e ao norte, com a zona 19 (agrovilas). A leste da Zona 9.a encontra-se a área de preservação permanente do Arroio Cadena. Ao sul, a zona faz limite com a BR 287, importante eixo viário estruturador da área urbana, denominado de “Corredor de Urbanidade”, o qual inicia na Cidade Leste, Bairro Camobi, início da RS 509, passa pelo Centro da cidade e interliga Santa Maria aos municípios a oeste, tais como São Pedro do Sul, Santiago, São Borja, bom como, a fronteira com Uruguai.



Como podemos observar, o Bairro Nova Santa Marta está inserido na Zona 9.a. Tem como principais pontos do regime urbanístico um índice de aproveitamento total de 2,2, índice de ocupação 0,55, índice verde, 0,18 e índice de aproveitamento a agregar, 1,1. Apresenta, ainda, outros regramentos, tais como: a exploração industrial; a instalação de indústrias de transformação; extrativas; distribuição e geração de eletricidade, gás e água. No segmento agrícola, a produção não é permitida. Portanto, o seu território caracteriza-se pelo uso residencial e pequenos comércios e serviços que atendam as necessidades básicas da população.

O nível de organização e regularização a que esse espaço chegou é uma conquista do estabelecimento de lutas e conflitos, cuja trajetória passa-se a relatar no item a seguir.

### **3.3 Trajetória Histórico-Espacial - Ocupação e Migração**

O setor em estudo era parte de uma fazenda de aproximadamente 1,2 mil ha, conhecida pelo nome de Fazenda Santa Marta, pertencente a fazendeiros residentes no município de Alegrete/RS, os quais a visitavam esporadicamente, a fim de acompanhar o desenvolvimento da criação de gado.

Esta fazenda foi desapropriada em 30 de novembro de 1978, pelo Governo do Estado. Do total da área de 1.200 há, foram utilizadas 39 ha para a construção do Conjunto Habitacional Santa Marta (COHAB), três anos mais tarde, em 1981, foram construídas 872 habitações. Dos 1200 ha restantes, foram repassados cerca de 343 hectares para a Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul – COHAB/RS, em 05 de junho de 1985. O repasse foi elaborado em regime de Outorga Donatária para COHAB/RS sendo acordado o compromisso de construir um conjunto habitacional em até 5 anos, conforme o Plano Nacional de Habitação, sob pena de retornar ao Estado não havendo a execução do conjunto habitacional no prazo definido (SCHERER, 2005, p.1).

Assim, esta concessão de uso tinha por finalidade a construção de um conjunto habitacional, com prazo fixo de 5 anos para a sua execução, sob pena de cancelamento desta outorga. Com o esgotamento do prazo sem a implantação de moradias, esta terra retornou para o estado, permanecendo um vazio urbano que, já na década de 80, era considerada área de forte expansão urbana na parte oeste de Santa Maria.

Nesse período, em Santa Maria, havia pouca oferta de imóveis para locação. A exemplo de outras cidades brasileiras de porte médio, surgia um período de estagnação na área da construção civil, principalmente em função da falta de investimentos, tanto público como privados, período este coincidente com o declínio e extinção do BNH.

Este cenário de baixa oferta com forte procura originou uma pressão inflacionária nos valores dos alugueis e exigências para os contratos de locações. Conforme relato de alguns moradores do Bairro Nova Santa Marta/SM, o Sr. Eder e Sra. Emília, o valor do aluguel era reajustado de seis em seis meses e representava 50% de um salário mínimo da época (salário mínimo de Cr\$ 42.000,00, conforme MTE, 2010). Ainda exigia-se a renovação dos contratos em cada período com a presença de pelo menos dois fiadores. Segundo os entrevistados “ou a gente comia, ou a gente pagava aluguel (sic)”, ficando inacessível para a população de baixa renda.

Durante o ano de 1991, com o objetivo de encontrar alternativas para a falta de moradia em Santa Maria, várias reuniões foram realizadas por grupos de famílias sem moradia, em diferentes vilas da cidade, organizadas pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM. Além disso, realizaram-se também três plenárias na Câmara de Vereadores com o objetivo de estabelecer negociação entre Prefeitura Municipal, Caixa Econômica Federal, COHAB/RS e Câmara de Vereadores sem, no entanto, haver participação das três primeiras entidades. Nesses encontros, tendo em vista não haver demonstração de interesse por parte do governo, as famílias, organizadas pela executiva do MNLM, decidiram partir para ações mais concretas.

Com isso, a forma para atingir seus objetivos deveria ser feita por meio da ocupação de áreas que estivessem ociosas e em descumprimento da sua função social. Assim, o sistema de desenvolvimento econômico vigente e a forma de promover políticas públicas pelo Estado, contribuíram para a configuração deste caminho para os “desprivilegiados da cidade” (CORREA, 1985).

Entre várias áreas possíveis, o MNLM optou por ocupar a Fazenda Santa Marta, tendo em vista a destinação anterior do local para moradia popular. Em consequência, na madrugada do dia 07 de dezembro de 1991, 34 famílias ocuparam parte desta fazenda, registrada pela Figura 28. A ocupação teve continuidade nos dias seguintes pelas demais famílias cadastradas pelo Movimento, totalizando em torno de 357 famílias até o dia 12 de dezembro de 1991.

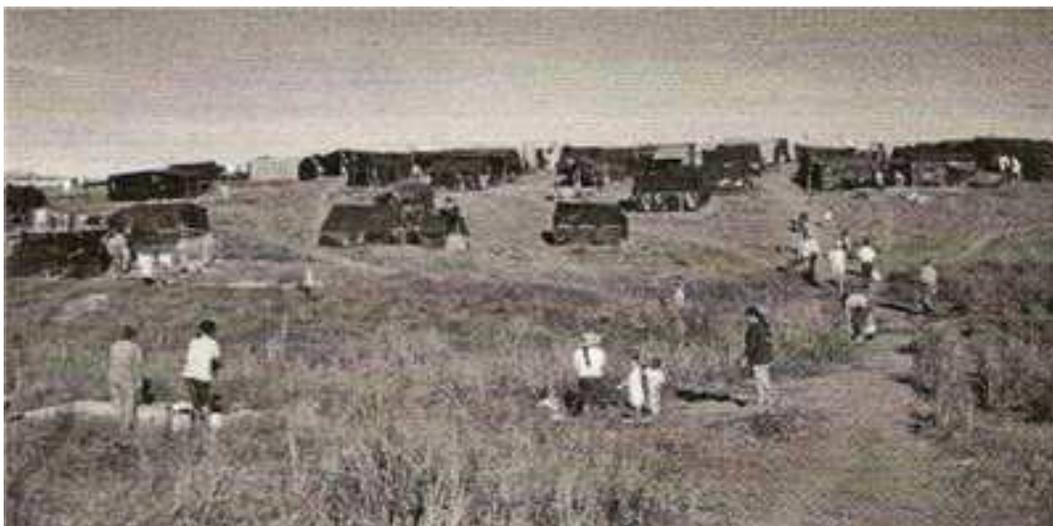


Figura 28 – Foto das primeiras barracas de acampados erguidas na área, 1991.

Fonte: Escola Marista Santa Marta, 2010

Este fato originou um campo de conflitos sociais, negociações e conquistas que perduram até hoje. Como exemplo, efetuaram-se várias tentativas para a desocupação da área pelas famílias, com a promessa de negociações após esse ato, sendo recusado pelo Movimento, pois entendiam que perderiam a oportunidade de receber moradias, caso isso ocorresse. Na pauta de negociação, o Movimento exigiu “a redução dos níveis salariais exigidos pela COHAB para aquisição de casas populares e o início das obras de expansão das COHABs Fernando Ferrari, Tancredo Neves e Santa Marta, pois era exigida uma renda mensal entre 2,5 e 5 salários mínimos para obtenção das casas, mas os ocupantes na sua maioria, entre 80% e 85%, eram desempregados e viviam de bico” (BOTEGA, 2004, p. 43).

O Estado pediu a reintegração de posse na Justiça, enquanto o MNLM buscou o apoio de diversas entidades locais, como a Câmara de Vereadores, a Igreja, COREDE Central, Associações de Moradores, Sindicatos e de algumas personalidades locais, “visando convencer a opinião pública de que a ocupação como forma de luta pela moradia, não consistia crime, mas sim uma forma de demonstrar a gravidade da exclusão social gerada pela lógica da “cidade do capital”” (BOTEGA, 2004, p. 48). A Justiça não acatou o pleito do Estado, sustentada na tese de que a ocupação feita de modo organizada não justificaria o deferimento do pedido, legitimando a ocupação. Esta notícia foi recebida pelos ocupantes em 24 de dezembro de 1991.

Apesar da decisão da Justiça lhe ser desfavorável, o Estado continuou a exercer forte pressão para a desocupação da área, impondo óbices aos ocupantes, por meio da negativa de fornecimento de infraestrutura, perpetuando as condições precárias do acampamento da ocupação.

Para isso, encarregou a sua força policial, representada pela Brigada Militar, de montar um bloqueio ao acampamento, impedindo a entrada ou saída de qualquer integrante, assim como, de mantimentos para a subsistência. Neste ponto foi indispensável o apoio, incentivo e pressão de diversas Entidades locais sobre as autoridades constituídas, para a permanência e sobrevivência dos acampados nessa área. Percebe-se que a superação deste período inicial, quando é comum a presença de adversidades, é vital para o alcance das metas propostas.

No decorrer dos anos de 1992 e 1993, durante o processo de negociação, emergiram muitos conflitos entre as partes envolvidas, originadas em grande parte nas promessas por parte do Governo do Estado em regularizar e urbanizar o local. A resistência por parte do Governo Estadual em aceitar a ocupação tornou ainda mais difícil as negociações para encontrar soluções que pudessem por fim aos conflitos e, sobretudo, pela persistência das famílias em ver suas necessidades atendidas.

Apesar desse cenário de conflito, surgiram alguns pontos de convergência em um acordo firmado para a urbanização da área, com o loteamento para fixação dessas famílias na localidade que levou o nome de Vila 07 de dezembro, garantindo os lotes para as primeiras famílias de ocupantes. Esta situação observa-se na Figura 29. **Igualmente foram contempladas** outras 40 famílias oriundas da ocupação Fernandes Vieira, dando origem à atual Vila 10 de outubro. A partir desse assentamento, houve maior aceitação para o atendimento das reivindicações do Movimento.



Figura 29 - Foto de barracos de residências precárias nos anos seguintes à ocupação

Fonte: Escola Marista Santa Marta, 2010

Em 19 de abril de 1993, com a visita do Governador do Estado a Santa Maria, foi entregue um cadastro de 1480 famílias, elaborado pelo MNLN. Assim, esperou-se um plano de assentamento para essas famílias, o qual acabou não acontecendo. Na ocasião, segundo Scherer (2005), o Governador pediu que se organizassem e esperassem os trabalhos dos técnicos do Governo, reconhecendo a falta de habitações em todo o estado.

Em maio de 1993, uma nova ocupação surgia na Fazenda Santa Marta, no local onde hoje é a Vila Alto da Boa Vista, significando uma resposta à omissão do estado quanto ao plano de assentamento das famílias, objeto de reiteradas reivindicações das famílias ocupantes. A escolha desse espaço deveu-se à existência de um anteprojeto de loteamento da área, motivo pelo qual a referida ocupação deu-se de forma organizada espacialmente, havendo apenas uma alteração na dimensão dos terrenos, conforme o padrão defendido pelo MNLN, dividindo os 25 hectares em 100 terrenos de 10 metros x 25 metros.

Algumas ocupações ocorridas ainda no ano de 1993, nos locais onde hoje se encontram as vilas Núcleo Central e Por do Sol, aconteceram de forma espontânea e,

por esta característica, passou-se a idéia de que esta seria uma ocupação incentivada por movimentos políticos e que, após a sua regularização, os lotes seriam objeto de especulação imobiliária apenas. Em vista disso, criou-se uma comissão específica para essas famílias, que tinha como presidente Juceli Noschang Teixeira. Esta comissão contava com o apoio do MNLM para negociações junto à COHAB/RS a fim de descaracterizar esse entendimento.

Durante o ano de 1994, novas tratativas foram realizadas, segundo as famílias envolvidas “novas esperanças se criaram, mas também novas frustrações se repetiram”, com o estado anunciando investimentos não realizados na ocupação. Segundo o MNLM, morar nessa área era um exercício de insistência e cidadania, pois não possuía sistemas de infraestrutura e transporte, o que determina o reforço das lutas pela conquista desses benefícios básicos.

Assim, os moradores queixam-se que o contingente populacional é objeto de atenção apenas nos curtos períodos pré-eleitorais. Até o final de 1995 sobrava apenas o abandono e a desilusão, haja vista nenhum progresso ocorrido nas suas reivindicações, culminando com a perda temporária do precário transporte que havia. Isto em função da deterioração das ruas existentes, as quais foram reparadas pelos próprios moradores, possibilitando o retorno do transporte coletivo.

Ainda em 1995, conclui-se um novo cadastro e constata-se a existência de 2,3 mil famílias, totalizando aproximadamente 10 mil habitantes, vivendo em situação de grande risco, pela falta de água, esgoto, energia elétrica, recolhimento de lixo e com transporte coletivo circulando de forma precária e insuficiente, segundo (SCHERER, 2005). Ainda segundo Scherer, o município “não quis assinar o acordo de coresponsabilidade sobre a ocupação”, o qual estava sendo aguardado pelos líderes da ocupação.

Algumas das reivindicações básicas foram sendo alcançadas. O abastecimento de água potável e energia chega em 1996 para a comunidade, após 5 anos de luta, ainda que com limitações, pois os benefícios chegavam aos poucos por ordem de ocupação e formação das vilas. O Estado, por sua vez, contou com a participação decisiva dos próprios moradores em forma de mutirão e compra de materiais para a instalação das redes de água, expandindo o benefício para mais famílias e mais vilas. Há que se ressaltar que a participação da comunidade foi fundamental no exercício da pressão ao estado para ter suas reivindicações atendidas, pois, só assim, o Governo

Estadual agia, ainda que precariamente. Esta ação só era sentida em consequência e na intensidade da pressão recebida. Mesmo assim, duas condições básicas para uma população de 10 mil habitantes demoravam a chegar: educação e saúde.

Em 1998 foi inaugurada a Escola Marista Santa Marta pela Sociedade Meridional de Educação – SOMER, uma entidade da congregação dos Irmãos Maristas. Instalada em 1998, essa escola atendia inicialmente 900 alunos desde a pré-escola até a 4ª série. A existência da Escola, que é considerado um bem maior pela comunidade, motiva de certa forma a vinda de novas famílias, dando assim o início e a criação das vilas Marista I e Marista II, ocupando os espaços ainda vagos, mesmo que esses estivessem inicialmente destinados a Áreas Verdes e Institucionais requeridas pelo Plano Diretor.

A Escola Marista Santa Marta, segundo seus moradores, é considerada um marco divisório na história da Nova Santa Marta, especialmente quando se fala na aquisição de valores para a comunidade como o seu próprio desenvolvimento, construção da cidadania, espírito de união comunitária, retirada das crianças da rua e consequente prevenção de descaminhos como crime, drogas e prostituição. Até então, muitas famílias caracterizaram-se em situação de vulnerabilidade social, justificadas pela falta de alternativa no direcionamento de ações construtivas para o bem comum das famílias e da comunidade.

Os anos de 1999 e 2000 foram marcados por sucessivas reuniões pela Comissão Executiva, a qual tinha representantes do Governo do Estado, da Prefeitura, Câmara de Vereadores, Fepam, UFSM, associações comunitárias e entidades religiosas. Essa Comissão procurava buscar soluções para os problemas mais urgentes na ocupação, entre eles, o combate aos “grileiros” e as precárias condições das residências em áreas de risco, elaboração do projeto de Regularização Fundiária e Organização Espacial (SCHERER, 2005).

Com o objetivo de conquistar as melhorias que suprissem as necessidades básicas de toda a Nova Santa Marta foi criado um Conselho de representantes dos moradores, de forma que cada quadra da ocupação fosse representada por um membro titular e um suplente. Este Conselho foi constituído por 130 delegados e 130 suplentes, além dos representantes de cada órgão público que participava do Projeto de Reorganização Espacial, Qualificação Urbana e regularização Fundiária. A partir daí a construção de Políticas Públicas na área, elegendo prioridade de obras, seria de

responsabilidade do Conselho, representante legítimo da comunidade. Sabe-se que todos os encontros, reuniões e discussões tiveram como local a Escola Marista Santa Marta, a partir de sua construção, a qual significou um marco da consolidação do espaço, das lutas pela conquista da cidadania. Algumas ruas receberam melhorias, como empedramento e abertura de muitas outras (SCHERER, 2005).

A partir das reivindicações de uma escola que abrangesse todo o ensino fundamental, inaugurou-se, em julho de 2001, a Escola Estadual Assentamento Santa Marta, localizada na Vila Núcleo Central. Muitos projetos de educação e atividades complementares passaram a desenvolver-se na escola com o objetivo de proporcionar uma melhor qualidade de vida a seus moradores. Também nesse ano apresentou-se um Plano Diretor para a área, onde previa-se a continuidade para a regularização fundiária da Nova Santa Marta, projetos de desenvolvimento econômico e rural, e a criação de parque com espaço para cultura e lazer da comunidade.

Em 2003 a ocupação da Nova Santa Marta contava com duas escolas, no entanto, foi necessária a instalação de uma terceira para atender o crescente número de estudantes que ainda permaneciam fora da escola ou precisavam caminhar longo trecho até as escolas existentes, devido à extensão territorial da ocupação. Para isso, foi instalada a Escola Municipal Adelmo Simas Genro, uma das maiores escolas municipais da cidade de Santa Maria, atendendo inicialmente, cerca de 700 alunos.

A população do Bairro Nova Santa Marta é oriunda de vários bairros periféricos de Santa Maria, (Caramelo, Lídia, Arco-Íris, São João, Carolina, Salgado-Rua 7), alguns de outras pequenas ocupações que não tiveram êxito; moradores de beira de arroios, “no leito do Cadena”; de municípios vizinhos da região Central, principalmente São Pedro do Sul, São Sepé, Mata, Dilermando de Aguiar, e pequenos agricultores.

Os entrevistados ocupantes foram unânimes em afirmar “ou morávamos ou passávamos fome, ou comia ou não tinha onde morar” (Sr. Cristiano). Quem morava, morava de favor e o dilema das famílias era obter a independência familiar, sair da casa do pai, da casa da sogra, do quintal do vizinho, e constituir a sua família com a sua casa. Por outro lado, as famílias procedentes dos outros municípios, ocupantes da Nova Santa Marta, igualmente foram frutos da falta de políticas públicas habitacionais locais, para suprir as necessidades de moradia da sua população sem-teto.

O Bairro Nova Santa Marta é objeto de uma constante migração na área. Na população moradora do Bairro Nova Santa Marta, existe uma migração em torno de 25% das famílias (segundo os entrevistados), desde os primeiros ocupantes. Entre os motivos estão a mobilidade natural das pessoas, a falta de políticas de fixação dos ocupantes nas áreas loteadas e a questão das dificuldades de sobrevivência dos ocupantes. Segundo Cristiano, como a casa na ocupação é o único bem que as famílias possuem, muitas se vêm tentadas a vender por ofertas de pessoas que projetam possibilidades de melhoria econômica na área. “A única condição que ele tem de sobreviver por alguns anos, é negociar a casa... ele não sai ofertando, existe um mercado que procura comprar” (Sr. Cristiano).

As ocupações continuam ocorrendo no Bairro Nova Santa Marta, constituindo um processo de ocupação progressiva com diferentes estágios de desenvolvimento. Este processo histórico-espacial demonstra-se na Figura 30, onde pode se observar a data de ocupação de cada Vila.

<p><b>07 de Dezembro -1991</b></p> <p>Foi o primeiro núcleo de ocupação e Organizado pelo MNLM.</p>	<p><b>Alto da Boa Vista – 1993</b></p> <p>Surgiu em 1993 com outra ocupação. Organizada pelo MNLM. Esta ocupação foi uma resposta pela falta de interesse Governo Estadual com a ocupação da 07 de Dezembro e 10 de Outubro e uma forma de mais uma vez reivindicar ações na área da habitação.</p>
<p><b>10 de Outubro -1992</b></p> <p>Em 1992 quando o MNLM negociava o número de lotes urbanizados que se estabeleciam, o Movimento consegue incluir famílias da ocupação Fernandes Vieira que foram despejados pela Justiça. 10 de outubro foi a data que foram para Nova Santa Marta, assim se origina a vila 10 de outubro.</p>	<p><b>18 de Abril – 1998</b></p> <p>Surge no dia do próprio nome, em 1998.</p>
<p><b>Núcleo Central -1993</b></p> <p>Ocorreu a ocupação de origem em 04 de março de 1993. Foi uma ocupação espontânea porém houve uma liderança.</p>	<p><b>Marista – 1998</b></p> <p>Surge em 1998, denomina-se Marista pois foi logo após a chegada da escola Marista e ocorreu a ocupação de duas áreas distantes. Por isso, denominam duas vilas, Marista I e II.</p>
<p><b>Pôr do Sol -1993</b></p> <p>Ocupação totalmente espontânea que surge no decorrer de 1993.</p>	<p><b>2007-</b> A área de ocupação Nova Santa Marta transforma-se no Bairro Santa Marta abrangendo as oito vilas citadas.</p> <p><b>2009 –</b> As vilas Marista I e Marista II tornam-se uma única vila: Marista I e II</p>

Figura 30 - Quadro da evolução espacial da área ocupada.

Fonte: FARIAS, 2011, a partir de dados SCHERER, 2005, p.32.

Ao mesmo tempo em que continuam ocorrendo ocupações espontâneas, ampliando a área do bairro, segundo os entrevistados, cerca de 20 a 30% dos ocupantes já não residem mais aí. Isso se verifica entre as famílias de grupos não pioneiros, os quais chegaram em períodos diferenciados após a consolidação da ocupação. As causas são a busca por empregos em outras regiões ou cidades e as emigrações naturais para outros bairros periféricos. Este bairro, assim como outros espaços de periferias da cidade de Santa Maria, insere-se na dinâmica da expansão urbana das cidades de porte médio, influenciada e influenciando os diversos agentes construtores do espaço urbano.

### **3.4 Perfil Geral da população do Bairro**

Com base nos dados obtidos para este estudo, foi caracterizado o perfil dos habitantes do Bairro Nova Santa Marta, demonstrados nos itens a seguir.

#### **3.4.1 Aspectos Demográficos**

A população do Bairro Nova Santa Marta, de acordo com dados do IBGE (2010), é de 12.722 habitantes e está distribuída em sete Vilas. Por outro lado, segundo o cadastro da Prefeitura Municipal de Santa Maria, esta população compõe-se de 11.387 habitantes, o que corresponde a 3.326 famílias, conforme demonstra a Tabela 9.

Tabela 9 – População do Bairro Nova Santa Marta

VILA	Nº FAMÍLIAS	Nº PESSOAS	MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA	Nº DE IDOSOS ACIMA DE 65 ANOS
<b>7 DE DEZEMBRO</b>	296	1.036	70	38
<b>10 DE OUTUBRO</b>	185	629	57	15
<b>18 DE ABRIL</b>	148	487	38	18
<b>ALTO DA BOA VISTA</b>	831	2.751	224	85
<b>MARISTA I</b>	171	698	33	8
<b>MARISTA II</b>	90	298	23	9
<b>NÚCLEO CENTRAL</b>	746	2.550	179	74
<b>POR DO SOL</b>	859	2.938	245	86
<b>TOTAL</b>	<b>3.326</b>	<b>11.387</b>	<b>869</b>	<b>333</b>

Fonte: FARIAS, 2011, a partir de dados da Prefeitura Municipal de Santa Maria – Secretaria Extraordinária de Supervisão de Programas Intersectoriais – SESPI.

Pode-se constatar que, das famílias cadastradas, 26,13% são chefiadas por mulheres, conforme critério considerado para fins da legislação brasileira, o cabeça do casal. Salienta-se que o cadastro, em todas as suas informações, coloca como ponto de referência a família. Este cadastro é parte do Projeto de Trabalho Técnico Social – PTTTS, integrante do projeto global do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, PROGRAMA PRÓ-MORADIA – NOVA SANTA MARTA Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários.

Por outro lado, ocorre que, pelo conhecimento geral da população e através da afirmativa de todos os entrevistados, no bairro havia uma estimativa da existência de aproximadamente cinco mil famílias e uma população superior a 20.000 habitantes. Esses dados também aparecem em trabalhos acadêmicos de cursos de pós-graduação, realizados anteriormente e presentes em referência bibliográfica. Essa divergência deixa de existir em função da nova estatística fornecida pelo Censo/2010 e desmistifica os dados empíricos sobre a população do bairro, conhecidos até então.

Uma peculiaridade salientada pelo entrevistado, Sr. Cristiano, é sobre o aumento populacional na ocupação, durante os primeiros anos, ou seja, até o ano de 1996, “as *pencas* de filhos e a quantidade de crianças e adolescentes pelos descampados da ocupação”. Refere-se, também, à falta que fazia uma escola para atender e encaminhar aquela juventude, a qual só surgiu em 1998, com a instalação da Escola Marista Santa Marta. E o Sr. Cristiano enfatiza que, apesar dessa massa populacional “a ocupação não tomou os rumos da favelização, característica esta comum nas

grandes ocupações da América Latina”. Nos jornais da época eram expressas preocupações de entidades locais, como feita pela CACISM em nota oficial afirmando que: “Apesar da gravidade do fato, nenhum órgão competente tomou providências. A área já está se transformando numa favela, sem as mínimas condições de infraestrutura” (A RAZÃO, 1993, p.5).

Segundo levantamento junto ao 1º RPMon da Brigada Militar de Santa Maria, este bairro se insere num contexto de normalidade em relação aos demais bairros de Santa Maria, salientando que, pelo fato de ser originário de invasão urbana, não produz diferença na relação entre bairros. As principais ocorrências relacionam-se à violência passional, violência doméstica e incidência significativa de furtos e roubos, diretamente relacionados ao tráfico e uso de entorpecentes, comercializados no próprio bairro com o objetivo de sustentar o vício.

Esta situação não é uma característica exclusiva do Bairro Nova Santa Marta e sim, verificada na maioria dos bairros de Santa Maria, até mesmo com maior incidência, inclusive no centro. Esclarece ainda o 1º RPM, que esta problemática do tráfico e uso de entorpecentes não se difere dos demais bairros, o que existe é um estigma criado de forma pejorativa, pelo fato da origem do bairro e da população ser de baixa renda.

Outro depoimento que mostra claramente qual era o pensamento da sociedade urbana de Santa Maria em relação à ocupação da Fazenda Santa Marta é o do Sr. Bisogno, o qual reproduz os pedidos feitos ao comunicador e representante da imprensa: “tirem de lá, é dever do estado tirar, preservar uma área, aquela área que está resguardada para outros projetos (...) tirem de lá que nós estamos pagando nossos impostos aqui, não vamos sustentar isso aí, é gente de fora que não tem nada a ver com Santa Maria, gente desocupada, que vai aumentar o banditismo, a marginalização, violência e assaltos” (Sr. Bisogno).

A cobrança da sociedade no início foi muito forte, mas, segundo o entrevistado “foi um processo de evolução, eles começaram a se auto-valorizar, quando a gente falava “os sem teto” na imprensa, eles rebatiam na rádio: “nós não somos sem teto, nós estamos buscando um teto, então vamos parar com isso”. Aos poucos começou a mudar esse entendimento” (Sr. Bisogno).

Ainda no sentido de caracterizar a população da Fazenda Santa Marta, para o Sr. Jordão “esse bairro no passado era visto como um problema sério para Santa Maria e região, pois se tinha a ideia de um bairro violento e isso tinha influência na segurança das pessoas. Hoje se pode percorrer todo o bairro sem sofrer nenhum problema de segurança” (Entrevistado).

Estes depoimentos revelam sobre o conceito que pré-existiu a respeito dos ocupantes da Fazenda Santa Marta e as mudanças que ocorreram neste paradigma conceitual a partir das transformações verificadas em relação a essa população, cuja caracterização socioeconômica será apresentada no item seguinte.

### **3.4.2 Aspectos Socioeconômicos**

Em cumprimento ao convênio entre a Secretaria de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, Prefeitura Municipal de Santa Maria, UFSM e comunidade da Fazenda Santa Marta, foi realizado pelo Departamento de Geociências da UFSM – Universidade Federal de Santa Maria o diagnóstico socioeconômico para fins de implantação de políticas públicas de regularização fundiária e qualificação urbana da área de ocupação. A partir destas informações, constatou-se que as principais atividades econômicas exercidas pela população eram de serviços gerais, domésticos e profissionais liberais, no entanto, sem especificar quais as profissões a que se referiam. Também havia um número bastante expressivo de atividades do lar, ou seja, donas de casa (Relatório DG – UFSM, 1999, p.70).



Gráfico 1 – Atividades Profissionais dos Moradores da Fazenda Santa Marta em 1999.

Fonte: Departamento de Geociências – UFSM, Relatório Diagnóstico 1999.

Em 2010, segundo o cadastro da Prefeitura Municipal, elaborado para atender o Projeto de Trabalho Técnico Social – PTTs do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o levantamento é realizado para identificar, entre outros, a profissão do chefe de família, portanto, tendo outra configuração, ficando prejudicado o efeito comparativo.

Tabela 10 – Profissões dos Chefes de Família moradores do Bairro Nova Santa Marta

Vila	Número famílias	Número pessoas	Profissão Chefes Família								
			Pedreiro	Reciclador Catador	Diarista	Domésticas	Aposentados	Autônomos	Do lar	Serviços Gerais	Outros
7 de setembro	296	1.936	19	2	17	27	34	31	81	11	74
10 de outubro	185	629	6	2	8	15	18	6	61	6	63
18 de abril	148	487	12	6	7	16	8	5	51	12	31
Alto da Boa Vista	831	2.751	48	20	42	88	113	46	200	41	233
Marista I	171	698	15	6	6	8	5	5	75	15	36
Marista II	90	298	5	6	12	2	11	14	22	0	18
Núcleo Central	746	2.550	37	2	35	104	42	57	184	26	259
Por do Sol	859	2.938	59	17	51	92	79	52	233	39	237
Total	3.326	11.387	201	61	178	352	310	216	907	150	951
% sobre o total			6,04%	1,83%	5,35%	10,58%	9,32%	6,49%	27,27%	4,51%	28,59%

Fonte: FARIAS, 2011, a partir de dados da Prefeitura Municipal de Santa Maria – Secretaria Extraordinária de Supervisão de Programas Intersetoriais – SESPI.

O presente levantamento apresenta a realidade profissional das famílias habitantes do bairro. Para que se possa entender os dados estatísticos, a profissão

aqui constante é a representada pelo cabeça do casal, chefe de família. De um total de 3.326 famílias cadastradas, 34,7% possuem renda informal, assim representada: autônomos, 6,5%; domésticas, 10,6%; diaristas, 5,3%; pedreiros, 6,0%, serviços gerais, 4,5% e reciclador/catador, 1,8%. Os chefes de família com renda formal, entre eles, comerciantes e empregados com carteira assinada, representam 28,7%. As donas de casa, profissão classificada como do lar, somam 27,3%. Os aposentados representam 9,3% dos cadastrados.

Entre os autônomos estão os que vivem “do Bolsa Família”, isto é, da ajuda financeira institucional recebida mensalmente para despesas com alimentação e escola para os filhos de famílias abaixo da linha de pobreza. Ao envolverem-se com a contabilidade do que recebem e do que gastam, as mulheres também se voltam para outros afazeres que não só os estritamente domésticos, como por exemplo, a compra do material escolar para os seus filhos.

A partir do depoimento dos entrevistados, 90% da população do bairro está empregada ou tem a sua ocupação profissional. “Você não vê casa aberta durante o dia, a maioria fechada, é porque estão trabalhando” (Sra. Emília), ou “Se está em casa de dia é porque trabalha à noite, de guarda, garçom, cozinheiro, gari” (Sra. Mara). Entre os ofícios mais citados estão serventes, pintores, pedreiros, faxineiras, domésticas e do comércio (lojas, farmácias, lotéricas), estes, a maioria com carteira assinada.

Uma grande parcela da Vila 18 de Abril trabalha com a reciclagem. Além da Revita, com galpão nesta vila, a qual emprega vários alunos, principalmente da Escola Municipal Adelmo Simas Genro, outros trabalhadores-catadores sobrevivem da venda de material reciclável. Segundo a prof<sup>a</sup> Antônia (entrevistada), deveria haver maior investimento nessa área, considerando a quantidade do material recolhido pelos catadores. “Hoje 80% da população está empregada e, quem não está empregado está nas carrocinhas catando, porque é digno”, diz o prof. Artêmio (entrevistado).

Observa-se o desenvolvimento da microempresa como alternativa profissional e de renda. Armazéns bem sortidos, mercados, padarias, vidraçarias e lojas de material de construção são exemplos do comércio, além de uma bem servida rede de lanchonetes, bares e pizzarias. Entidades como a FUNDAE, o SENAI e o SENAC oferecem cursos profissionalizantes que preparam esses trabalhadores. Os professores entrevistados, Sr. Sérgio, Sr. Artêmio e Sr. Antônia, informaram que seus

alunos, além de conseguirem emprego no próprio bairro, ainda são aproveitados nos demais estabelecimentos da cidade, demonstrando a mudança de conceito da sociedade santa-mariense em relação aos moradores do Bairro Nova Santa Marta.

Em algumas vilas, como na Vila Alto da Boa Vista, desenvolve-se um trabalho com as famílias, para geração de renda, onde são realizados cursos de capacitação profissional, como por exemplo, o Curso de Manicure.

“Com o trabalho de geração e renda, que a gente indica eles para trabalho, a gente sente que mudou muito (o preconceito), e as próprias pessoas fizeram isso, não foi nós lideranças, foram as pessoas que conquistaram isso” (Sra. Emília).

Verifica-se esta realidade no momento em que os moradores do bairro referem-se ao seu endereço a partir de referências como: perto do mercado, próximo à vidraçaria, em frente à escola tal..., considerando estes pontos como características de uma cidade que tem de tudo.

Uma das preocupações da direção do MNLM é não ter um planejamento quanto ao desenvolvimento da economia do bairro desde o início da sua ocupação. Foi uma orientação do próprio Movimento não permitir que, tanto o lote como a casa, fossem direcionados para outros fins (lucrativos). Por essa razão, há hoje, estabelecimentos de comércio e serviços explorados por pessoas não oriundas do próprio bairro.

Quanto à renda familiar da população na Fazenda Santa Marta, constata-se que, em 1999, 55% da população vivia com até um salário mínimo, sendo que 82% das famílias viviam com até 2 salários mínimos mensais, conforme demonstração no Gráfico 2 (Relatório DG – UFSM, 1999, p.69).

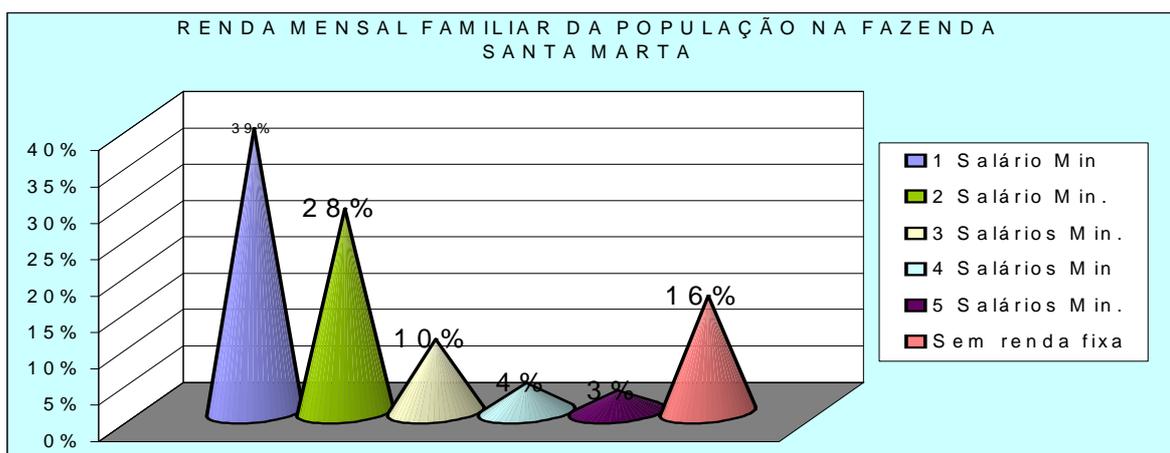


Gráfico 2 – Renda Mensal Familiar da População na Fazenda Santa Marta em 1999.

Fonte: Departamento de Geociências – UFSM, Relatório Diagnóstico 1999.

A renda das famílias habitantes do bairro concentra-se na faixa de até 02 salários mínimos, sendo de 88,9%. A maior parte recebe até 01 salário mínimo, ou seja, 54,3% e de 01 a 02 salários, com 34,6%. As famílias que têm renda de 02 a 03 salários somam 7,2% e os que ganham acima de 03 salários mínimos são a minoria, com apenas 3,6%. Esses dados demonstram que 96,4% das famílias residentes no Bairro Nova Santa Marta encontram-se em situação de vulnerabilidade social, pois possuem renda inferior a 03 salários mínimos, segundo a Prefeitura Municipal de Santa Maria.

Tabela 11 – Renda Familiar dos Chefes de Família moradores do Bairro Nova Santa Marta

Vila	Número famílias	Número pessoas	Renda Familiar em Salários Mínimos							
			Até 01	%	01 a 02	%	02 a 03	%	Acima de 3	%
7 de setembro	296	1.936	161	55	105	35	25	8	5	2
10 de outubro	185	629	87	47	68	37	18	10	12	6
18 de abril	148	487	95	65	42	28	6	4	5	3
Alto da Boa Vista	831	2.751	478	58	302	36	45	5	6	1
Marista I	171	698	132	77	24	14	7	5	8	4
Marista II	90	298	62	69	26	29	2	2	0	0
Núcleo Central	746	2.550	336	45	282	38	83	11	45	6
Por do Sol	859	2.938	459	53	305	36	55	6	40	5
Total	3.326	11.387	1.810	54,3	1.154	34,6	241	7,2	121	3,6

Fonte: FARIAS, 2011, a partir de dados da Prefeitura Municipal de Santa Maria – Secretaria Extraordinária de Supervisão de Programas Intersetoriais – SESPI.

Essa situação nos permite apontar para a real causa da sua luta intensa para a conquista de melhores condições de vida e inserção num contexto social inclusivo. A situação atualmente colocada, a qual já contempla uma série de melhorias nas condições de vida da população, conforme narrativa dos líderes da comunidade residentes no bairro, permite avaliar as condições originais para o início da ação de ocupação. Razão essa que justifica a implantação do projeto e execução do programa de Urbanização e Regularização do espaço do bairro, objeto da ocupação. Estas melhorias foram realizadas através de uma grande parceria entre os Governos Municipal, Estadual e Federal, detalhado no item 3.5 desta pesquisa.

O papel da mulher na contribuição ao orçamento doméstico é representativo. Segundo os entrevistados, cerca de 60% delas exercem alguma atividade extra, não somente os afazeres domésticos (do lar). Destacam-se as que atuam como revendedoras: de roupas; roupas de cama, toalhas de mesa e toalhas de banho; produtos de beleza e produtos de higiene e limpeza. Agrupam-se para a elaboração de alimentos salgados e doces para vender, e ainda, para produzir e vender artesanato, alguns feitos a partir da reciclagem de materiais da coleta de lixo.

Por outro lado, tem mulheres que optam por não trabalhar fora de casa. Justificam-se pelo fato que precisam ficar com os filhos, uma vez que nem sempre há vagas nas creches e não há condições financeiras para manter uma creche ou para pagar uma babá para cuidar dos filhos em casa. Dependendo do emprego e do salário não compensa.

Ainda tem um grupo considerável de famílias, aproximadamente 20%, segundo alguns entrevistados, que vivem exclusivamente do que recebem do programa Bolsa-Família, os quais não possuem outra renda.

Através do programa de renda e emprego, vários profissionais já saíram do bairro. “Quantos já tem auto-sustento porque tiveram os cursinhos daqui” (Pe. Carlos). Mas ele também afirma que muitos não acreditam nessa proposta e “querem grandes empregos, porque têm muita influência da mídia e não acreditam nos passos de formiguinha”.

A partir da ocupação da Fazenda Santa Marta até a criação da Escola Marista, mais precisamente em 07 de março de 1998, não houve qualquer tipo de atenção das autoridades governamentais ou educacionais para a população das vilas que ali

estavam sendo formadas. De acordo com os depoimentos, “os órgãos institucionais e também os órgãos de fiscalização, como os de Defesa da Criança e do Adolescente, não fiscalizavam e não se interessavam pelas famílias da ocupação” (prof. Sérgio).

Segundo ele, a escola foi o ponto de partida para chamar a atenção desses órgãos e, ao mesmo tempo, despertar as famílias para os seus direitos e deveres com relação à educação de seus filhos, pois até aí os pais não viam a necessidade de colocar os filhos na escola.

Fazendo-se referência à escolaridade, no gráfico 3 constata-se que a população da Fazenda Santa Marta apresenta em média, um baixo índice de escolaridade, com 3% de pessoas analfabetas e 80% com o primeiro grau incompleto. É importante salientar que os estudantes de 1º grau estão incluídos neste índice de 80% (Relatório DG – UFSM, 1999, p.75).

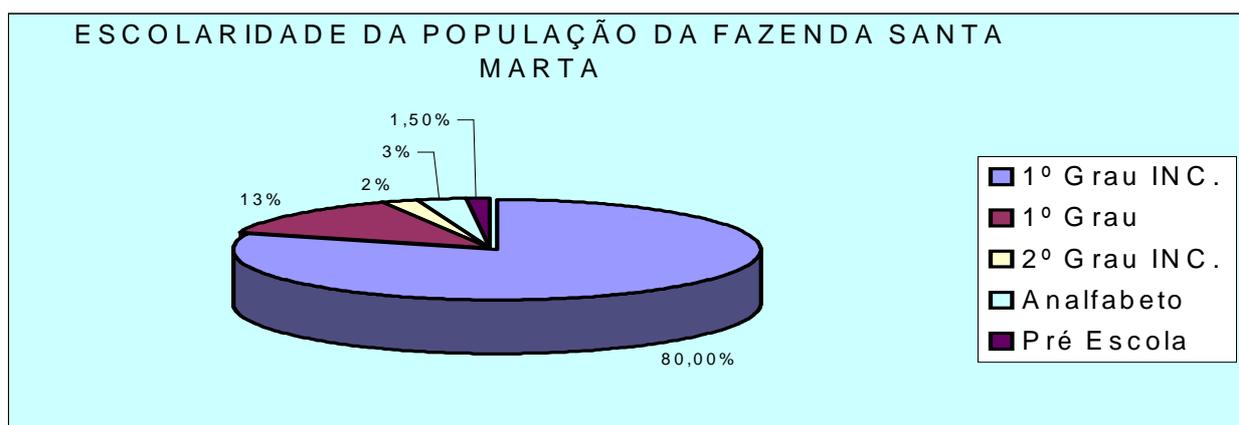


Gráfico 3 - Classes de Escolaridade da População da Fazenda Santa Marta, em 1999.

Fonte: Departamento de Geociências – UFSM, Relatório Diagnóstico 1999.

Dificulta correlacionar o grau de escolaridade da população do Bairro Nova Santa Marta com o levantamento realizado em 1999 pela UFSM, tendo em vista não haver dados informativos, embora pesquisados. No entanto, cabe relatar as informações prestadas pelo Prof. Artêmio, Diretor da Escola Estadual Santa Marta, quando afirma que, por sua experiência e vivência no bairro e no ambiente escolar, a média da população tem nível de escolaridade de 1º grau incompleto, o que, de certa forma, mantém a situação verificada em 1999 entre os adultos.

Lembrando Santos (1990, p. 53), ao tratar dos contrastes entre centro e periferia, referindo-se à existência de uma “oposição entre a cidade visível e a cidade

invisível” no interior do Bairro Nova Santa Marta, reproduziram-se as diferenças encontradas na relação centro-periferia. Enquanto a Escola Marista Santa Marta possui uma bem aparelhada estrutura pedagógica, psicológica, material, física, assistencial e técnica, as escolas Estadual Nova Santa Marta e a Municipal Adelmo Simas Genro carecem desta infraestrutura. Na verdade requerem igualmente ou mais de todo um atendimento qualificado para atender integralmente uma clientela tanto ou mais necessitada.

Nessa relação, o depoimento da professora Antonia, vice-diretora da Escola Municipal Adelmo S. Genro, caracteriza esta situação: “esta escola já abriu lotada de alunos, na escola que era modelo, prédio bem amplo, arejado. já estamos fechando as áreas, para a biblioteca, para a educação infantil (...) a lavanderia da escola virou o posto de saúde e está ali até hoje”. Dificuldades estas reforçadas pelo prof. Artêmio, da Escola Estadual Santa Marta, dentro da sua realidade.

Em busca de soluções para os problemas mais imediatos, especialmente em relação ao ensino aprendizagem, faz-se parcerias com instituições que dispõem de estagiários para remediar essa situação. Isso ocorre na maioria das escolas: “para a gurizada que foi criada meio solta na rua, a escola é uma prisão (...) e por mais que se faça aulas diferenciadas, não conseguimos atender aquilo que o aluno quer” (Prof. Artêmio).

Os argumentos utilizados pelos líderes (entrevistados) das escolas públicas do Bairro Nova Santa Marta, evidenciam a falta de recursos, principalmente humanos, para o atendimento da comunidade escolar, já que possuem oficinas e salas técnicas equipadas. Os Diretores reforçam sobre a fundamental importância de um atendimento em turno integral com oportunidades de crescimento, dificultando assim, a possibilidade do “ócio perigoso”, o qual está na porta da escola, na vila e no Bairro.

Os Diretores também ressaltam a valorização da educação como instrumento de participação política, parafraseando Demo (2001). À medida que os dificultadores impedem a presença das crianças na escola e mantém os recursos humanos despreparados, multiplica-se a inoperância política do seu povo “educação não é prioridade (...) só em época de eleição (...) daí construímos um presídio logo ali que já está nascendo cheio (...) e porque a gente não faz mais espaço na escola?” (Profª Antonia).

Esta referência feita pela professora à construção de um presídio está relacionada ao prédio do Presídio Regional de Santa Maria, recém construído no Distrito de Santo Antônio. Este distrito faz limite territorial com o Bairro Nova Santa Marta e dista em torno de 2 km da Escola Municipal, na Vila 18 de Abril. Como este complexo já está sendo utilizado e chamando atenção pela sua ocupação, a professora faz uma analogia quanto ao espaço utilizado por aquela casa, em relação ao que é utilizado pela escola. Entende-se aqui como uma advertência e um alerta, na escolha das prioridades, feitas pelas instituições.

Nesta mesma linha, o prof. Artêmio reforça a necessidade de ampliar os espaços, as atividades e pessoas especializadas para atendimento e ocupação dos ociosos: “poderia se montar uma estrutura para atender grupos com oficinas, marcenarias, esportes (...) em tantas áreas públicas ociosas”.

Em relação ao Ensino Médio, já está aprovada a sua criação, o qual deverá funcionar na Escola Estadual Santa Marta, no próximo ano (2012), desde que providenciada a estrutura básica para o seu funcionamento, em relação a material e equipamentos, como em espaço físico. Esta obtenção deverá traduzir-se numa grande perspectiva de futuro para o elevado número de alunos que saem do Ensino Fundamental, egressos das três escolas existentes no bairro. O Diretor desta Escola aposta na criação de um curso de nível médio Técnico, pois “centros maiores, como o nosso, Santa Maria, e outros, precisam de técnicos especializados para o mercado, significando mais oportunidades para os nossos alunos” (entrevistado).

Quanto à comunidade em geral, há considerável procura pelos cursos EJA – Educação de Jovens e Adultos. Este se desenvolve nas Escolas Estadual Santa Marta e na Municipal Adelmo Simas Genro. A maior matrícula está no número de pais dos próprios alunos das escolas, além de jovens que não possuem idade para frequentar o Curso Regular e outras pessoas da comunidade, desejosas de completar seu nível de conhecimentos básicos.

A exemplo do que acontece em outras cidades, a precariedade da situação econômica da população residente nas zonas periféricas, aliada à dificuldade de acesso aos equipamentos de cultura e lazer, comumente existentes em regiões mais centrais, fez com que as atividades culturais levadas a efeito nos primeiros anos da ocupação tenham se constituído de eventos programados pela organização do

movimento. Estes, envolveram a própria temática da luta, ou seja, shows musicais, mateadas, passeatas, missas, cultos e mobilizações em geral.

Com a transformação da área, passando da condição de uma porção de terras contínuas e de casas precárias abrigando milhares de famílias, para um território urbanizado e organizado, proporcionou mais convivência social, lazer e entretenimento, naturais à vida em sociedade. Para tanto, utiliza-se os espaços das escolas Marista Santa Marta, Estadual Santa Marta e Municipal Adelmo Simas Genro.

Nesse sentido, essa condição de inclusão cidadã está refletida na colocação:

a vida mudou radicalmente aqui nos últimos dois anos por conta das transformações das obras do PAC. Melhorou a auto-estima das pessoas, as pessoas estão se esforçando mais pra mudar de vida. As nossas crianças convivem com mais alegria. A juventude daqui já tem orgulho de andar aqui... A gente brinca que agora tem o esquema do passeio no asfalto, então o pessoal vai passear no asfalto, bota a melhor roupa, se arruma, fica um calçadão e a pessoa caminhando ali. (Sr. Cristiano).

A partir da fundação das escolas locais, principalmente da criação da Escola Marista Santa Marta que, tornando-se ponto de referência, passou a promover eventos em diversas áreas, tais como: cursos de dança, capoeira, coral, banda, percussão e outras modalidades. A própria existência desses grupos gera eventos de apresentações para as famílias e comunidade geral do bairro. Com a existência do ginásio de esportes na Escola Marista, propicia-se a realização de shows e apresentações artístico-culturais, como por exemplo, a apresentação recente da Orquestra Sinfônica da UFSM.

### **3.5 A Questão da Regularização Fundiária**

O Bairro Nova Santa Marta iniciou com a ocupação da Fazenda Santa Marta em 07 de dezembro de 1991. Nesse momento iniciou uma luta por um local para morar e, em sequência, a melhoria das condições de habitabilidade para essas famílias de ocupantes. Essa trajetória de lutas, já caracterizada em capítulos anteriores deste trabalho, culminou com a conquista da urbanização e regularização daquele território.

O projeto teve início em 2008 com a assinatura de contrato em 03/04/2008, entre a Prefeitura Municipal de Santa Maria e a Caixa Econômica Federal, transferindo recursos do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal para a Municipalidade de Santa Maria. Este projeto, em fase final de execução, é resultado da mobilização popular. No entanto a sua viabilidade só foi possível pela ação política dos dirigentes governamentais, na esfera municipal, estadual e federal. O resultado dessa ação pode ser observado na Figura 31.



Figura 31 - Bairro NSM em processo de urbanização e regularização fundiária.

Fonte: FARIAS, 2011.

Essa operação contou com a parceria do Governo Federal com o financiamento, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul com a doação da área para o município, conforme escritura pública lavrada em 05/08/2009, de uma fração de terras de 254,99891 ha, parte da área da Fazenda Santa Marta (com 1,2 mil ha), matriculado sob o nº 85.821, cujo imóvel para fins fiscais tem um valor estimado de R\$ 25.548.688,19, e do município com a tomada do empréstimo e a execução do projeto e intervenção no referido território.

O montante de recursos aplicados no projeto é de R\$ 42.000.000,00, sendo R\$ 39.900.000,00 de financiamento e R\$ 2.100.000,00 de contrapartida em recursos próprios do município.

De acordo com o contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Santa Maria e a Caixa Econômica Federal, em 2008, a intervenção tem beneficiado um universo de 5.500 famílias, com aproximadamente 25.000 pessoas, residentes na ocupação nessa época.

O referido projeto prevê a regularização fundiária, obras de infra-estrutura e habitação. Para tanto, serão executadas redes de esgoto cloacal e elevatórias, redes de drenagem pluvial, pavimentação primária e asfáltica, esta especificamente em todas as vias contempladas com passagem de transporte coletivo urbano. Execução de 500 novas unidades habitacionais com área de 35,5 m<sup>2</sup> cada uma, recuperação de 1.140 unidades habitacionais existentes, complementações de redes de água e energia elétrica, recuperação ambiental, arborização, áreas de lazer e equipamentos comunitários, regularização fundiária e trabalho social.

O projeto global está sendo executado em quatro etapas assim distribuídas:

**1º etapa:** Projetos de infraestrutura, transferência da área do estado para o município e rede de esgoto cloacal/elevatórias, numa área de 254,99891 ha ao custo de R\$ 1.967.574,35. Execução de 39.000 m de rede de esgoto e 3 elevatórias no valor de custo de R\$ 5.169.464,57. A execução dos projetos de estudos, sondagens, ensaios e projetos geométrico e urbanístico, terraplanagem, drenagem, pavimentação, obras complementares, recuperação ambiental e sinalização com valor de custo de R\$ 820.937,65.

**2º etapa:** drenagem pluvial e pavimentação. Estão previstos a pavimentação e drenagem pluvial de 38 km de vias urbanas, em pavimentação primária e asfáltica nas vias de passagem de transporte coletivo, com valor de R\$ 16.300.000,00.

**3º etapa:** Unidades habitacionais, melhorias habitacionais e complementação de redes de água e energia elétrica. O projeto contempla a construção de 500 unidades habitacionais de 35,5 m<sup>2</sup>, no valor de R\$ 8.000.000,00 e a recuperação de 1.140 moradias no valor de R\$ 3.540.023,43, bem como, a complementação de redes de água e energia elétrica no valor de R\$ 2.884.900,00.

**4º etapa:** Finalizando o projeto de urbanização no referido território, estão em execução as seguintes intervenções: recuperação ambiental, arborização, a construção de áreas lazer, dotação de equipamentos comunitários e regularização fundiária. Para tanto, foram alocados os valores de investimento para cada melhoramento a ser implantado, tais como: sete áreas de lazer, ao custo de R\$ 286.300,00, quatro equipamentos comunitários no valor de R\$ 168.800,00, arborização, através do plantio de 1.050 mudas de árvores, a recuperação ambiental de 130.000 m<sup>2</sup> de área no valor de R\$ 712.000,00 e regularização fundiária, ou seja, os procedimentos para a regularização e entrega dos títulos de propriedade dos imóveis individualizados às 5.500 famílias residentes no bairro, com investimento de R\$ 1.100.000,00.

O preconceito existente entre periferia e centro discrimina os moradores da Nova Santa Marta. Muitos trabalhadores sentem a discriminação na própria pele quando são chamados de “Sem-Teto” ou “desocupados” com significado pejorativo. Ao fornecerem seus endereços no preenchimento de cadastros à procura de emprego, mesmo as comunidades vizinhas, como Cohab Santa Marta, Vila Prado e Vila Jockey Clube, “desvalorizavam e vinculavam uma má fama de quem morasse na ocupação” (SCHERER, 2005). Portanto, em qualquer contato, bastava a identificação da localização a moradia para que as portas das possibilidades se fechassem. Foi preciso um trabalho de conscientização junto às escolas e entidades próximas à ocupação, através de pessoas da comunidade com a finalidade de desconstruir o preconceito, legitimando a ocupação com o nome de “Nova Santa Marta” elevando a auto-estima e proporcionando uma imagem positiva da comunidade.

Na visão de vários entrevistados, a comunidade do Bairro Nova Santa Marta é vista hoje como um povo que lutou para inserir-se social, econômica e politicamente na sociedade santa-mariense. O ponto de vista do Sr. Farret<sup>1</sup>

“é uma comunidade onde a gente vê que existe preocupação deles, que lutou para isso, por seus direitos. É visto como uma cidade, onde a Nova Santa Marta tem uma população que reconhece que são mais de 20 mil pessoas naquela região. Hoje (03/03/2011) ainda, uma comissão de moradores que recebi foi da Nova Santa Marta, solicitando ampliação de atendimento médico e a criação da Escola de 2º grau”.

O Sr. Farret salienta ainda que deve-se fazer um empenho para que a comunidade seja contemplada com uma escola de ensino médio. “Mais do que nunca temos que trabalhar juntos para ter o 2º grau”.

Destaca igualmente o Sr. Farret que a contribuição da Nova Santa Marta se dá no aspecto social, “pois lá mora um grande número de operários que trabalham em Santa Maria, também em forma de IPTU porque agora vão começar a pagar porque a área não era deles. Agora que está sendo feita a regularização fundiária”.

Os depoimentos acima colocados pelos entrevistados revelam a grande preocupação, especialmente com a geração dos jovens e das crianças. A ausência ou a ineficácia das políticas públicas educacionais ou de encaminhamento profissional, após o Curso Básico nas escolas, permite o espaço para o “ócio perigoso” porque a educação não é tão importante assim. Como mudar esta perspectiva? A mudança pode estar na luta das populações marginalizadas pelos direitos básicos, entre eles o da educação, como se apresenta no texto a seguir.

### **3.6 Processo de Construção Política da Comunidade**

O processo de construção política da comunidade do Bairro Nova Santa Marta tem início com a história da própria criação do MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia em Santa Maria. Um grupo de ocupantes de um terreno urbano em Santa Maria, mais precisamente no Bairro Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, liderados

---

<sup>1</sup> José Haidar Farret, ex-Prefeito Municipal de Santa Maria em duas oportunidades.

pelo Sr. Elso Ferreira Pires, passaram a articular a criação de uma coordenação provisória do movimento de moradia e uma comissão executiva do movimento municipal. E, em março de 1991, foi criado o Movimento de Luta pela Moradia em Santa Maria, “do qual tinha Fernando Menezes, Sandra Feltrin, Elso Ferreira Pires, Leonel Pacheco,

nós éramos uma comissão de seis...e a gente começou a trabalhar as questões de habitação em Santa Maria [...] o Movimento tratava as questões habitacionais, reunia pessoas que precisavam lugar pra morar. A partir do momento que foi publicada a criação do Movimento na imprensa...os jornalistas eram simpáticos a esta questão...a gente começou solicitando pros salões comunitários vazios dos bairros, basicamente nas vilas mais periféricas, nas vilas mais carentes. Os salões das igrejas também, pra gente fazer reunião com o pessoal...e aí fizemos um levantamento de vinte mil pessoas que não tinham onde morar: do corredor da Caturrita, atropetado de casinhas, na beira da estrada, embaixo dos viadutos (Sr. Elso).

Observa-se que desde o início, pelos depoimentos do Sr. Elso, o Movimento foi muito “bem construído, bem formatado, nisso nós estávamos amarrando toda uma luta que depois nós iríamos desencadear”. Aconteceu a primeira reunião com o Prefeito, José Haidar Farret, com o Secretário da Habitação, Júlio Rasquim e com interferência junto ao Deputado Marcos Rolim, membro da Comissão de Serviços Públicos da Assembléia Legislativa do Estado, para investigar sobre investimento habitacional da COHAB para Santa Maria, um representante do poder Estadual, Sr. Luís Resignollo, Presidente Estadual da COHAB e vereadores do município.

Nós cadastramos essas pessoas e entregamos uma cópia pros Secretários no momento da reunião, tanto estadual como municipal, da Habitação... por incrível que pareça não coube todo mundo na Câmara, umas 740 pessoas!... Os vereadores ficaram apavorados de onde é que nós conseguimos tanta gente... eles não conheciam nós, sabiam da criação do Movimento em Santa Maria, enfim as pessoas da coordenação...e o poder municipal, enquanto habitação, não tinha nada de Projeto, o Estadual também não... As autoridades cumpriram o papel deles, se retiraram, foram embora... a gente ficou sem nenhuma perspectiva (Sr. Elso).

Várias reuniões foram acontecendo nesse processo de ocupação entre os representantes do movimento de ocupação e as autoridades constituídas para negociação. Entre elas, a realizada na Câmara de Vereadores citada acima pelo Sr. Elso, em agosto de 1993, documentada pelos registros apresentados na figura 32.



Figura 32 – Assembléia dos Ocupantes da Nova Santa Marta na Câmara de Vereadores com autoridades municipais e estaduais.

Fonte: Imagens cedidas pela TV OVO, março 2011.

A ideia de encontrar uma área para ocupar surgiu dessa reunião, pela insatisfação e falta de perspectiva para a solução dos problemas pelo poder público, o qual alertava o grupo para a falta de moradia.

“A gente ocupar uma área ia dar um confronto, que recém a gente tava saindo de uma ditadura, fazia cinco anos, a sociedade não tava preparada ainda pra esse tipo de ação e que isso tinha que ser muito bem pensado... E aí o pessoal, pra nossa surpresa, disseram: “nós estamos com vocês, juntos e nós queremos isso... nós vamos onde tiver que ir”...aí a gente (Comissão) decidiu: nós vamos ter que procurar uma área, o pessoal tá ansioso por isso e nós temos uma responsabilidade não vamos deixar eles fazerem isso desorganizadamente, nós temos que coordenar esse pessoal, porque isso vai ser um fato que vai gerar muita polêmica na cidade” (Sr. Elso).

Para ir adiante na sua intenção, o grupo sentiu necessidade de buscar o apoio da sociedade santa-mariense. Com este objetivo recorreram primeiramente ao auxílio da Igreja Católica onde tiveram uma audiência com o Bispo D. Ivo Lorscheider, o qual reiterou seu apoio ao movimento. E assim, foi buscar o apoio do Reitor da UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, Tabajara Gaúcho da Costa; dos Sindicatos (metalúrgicos, alimentação, professores, petroleiros, bancários); “da Câmara de Vereadores também através do Valdeci e do Pimenta” (Sr. Elso).

Foi de responsabilidade do Sr. Elso a escolha do local na Fazenda Santa Marta, onde as famílias fariam a ocupação, colocando suas barracas. Segundo depoimento do Pe. Carlos, a primeira sustentação do movimento foi esta organização antecipada: “foi os sem-casa se organizarem um pouco... organizados em pequenos grupos casa por casa... foram se organizando devagarinho... grupos de liderança que se tornaram amadurecidos para esta tarefa, antes da ocupação, isto foi o elemento importante, isto que deu força para sustentar a ocupação”.

E, continua Pe. Carlos: “depois que estavam lá dentro, nas barraquinhas, continuou a evoluir a organização de cada grupo de barracas com um representante ou dois, pra ir às assembleias e reuniões pra ir discutindo os próximos passos”. E a organização, agora interna, foi fundamental para que o Movimento se consolidasse e se articulasse para mantê-lo e avançar nas negociações, que dali em diante seriam decisivas para a resistência da ocupação.

Esta ocupação foi vista, na época, sob diferentes ângulos. Para o então vereador e ainda hoje representante de rádio local, Sr. Bisogno, diz ter ficado

impressionado com o movimento que viu. Mais do que uma ocupação, ele viu um movimento de reivindicação e de mobilização social.

“Tem um grande movimento aqui em Santa Maria, o pessoal está ocupando uma grande área pública, enorme, pra mim aquilo era uma sinalização de uma grande mobilização social, aquilo era uma forma de dizer: “olha precisamos melhorar o sistema habitacional, tem gente sem teto”, e essa foi a primeira denominação, eles passaram durante muito tempo sendo chamados de sem teto” (entrevistado).

Pe. Carlos, em seu depoimento, dá a dimensão das articulações:

“de maneira imediata tinha até representante pra comunicação, que era pra falar com a imprensa, organização interna com relação pra fora, representante para dialogar com a cidade. Essa representatividade interna também começou articular apoio de fora, e apoio até jurídico... para defender os direitos... teve apoio assim com Igrejas, principalmente a Igreja Católica de fazer coleta de alimentos..., sindicatos da cidade, de trabalhadores... depois este apoio também das igrejas vizinhas.... Então as Igrejas Católicas aqui da região e depois toda a cidade, em assembléia decidiram apoiar todo o trabalho de moradia da Nova Santa Marta..., se fazia encontros do povo, no meio das barracas. Um tipo de espiritualidade... porque a terra é de Deus e para todo mundo nela morar...as Igrejas Metodista, Anglicana, Luterana e Católica. Estas Igrejas ficaram firmes com todo o tipo de apoio, afetivo, econômico, de solidariedade de não deixar faltar as coisas mais importantes naquelas barracas.

Os interesses comuns para solucionar as dificuldades básicas de sobrevivência na ocupação da então Fazenda Santa Marta, resultaram em diferentes ações coletivas que envolveram os ocupantes em uma luta essencialmente política. Suas lideranças receberam o apoio de alguns setores da sociedade organizada, como Sindicatos, Igrejas, Pastorais, UFSM e algumas autoridades políticas que entendiam o direito de morar dessa população.

De acordo com Bisogno, “talvez as dificuldades tivessem sido bem maiores para o próprio movimento, não fosse um representante de Santa Maria no governo, como deputado Estadual e Presidente da Assembléia, Renan Kurtz”. O entrevistado sustenta que o Deputado “serviu de ponte” pela ligação direta que tinha com o governador, Alceu Collares e pelas articulações montadas durante o episódio.

Igualmente, a intermediação dos órgãos da Imprensa, principalmente a falada, junto à Brigada Militar, foi decisiva para que não houvesse a retirada dos ocupantes do local ou grandes conflitos. Sr. Paulo Bisogno, na condição de radialista e também de vereador na época, na sua fala declara que “a gente teve que negociar muito com a

Brigada Militar”, “vamos negociar aquilo que a gente puder pacificamente, civilizadamente, e aí a figura do Cel. Roque foi muito importante”.

A fala dos entrevistados revela que o Movimento também recebeu indiferença e descaso de uma parcela de administradores e setores importantes da comunidade santa-mariense. Justifica-se pelo fato da ocupação ter sido efetuada em área nobre da periferia da cidade, reservada para projetos imobiliários de grande porte e para classes privilegiadas.

Na mesma linha de descaso das instituições públicas, Pe. Carlos dá o seu depoimento:

“só se deu a ocupação porque esse povo tinha organização, pois não tiveram apoio público do Prefeito da época para negociar e tentar conseguir uma solução política, ele virou as costas... a Câmara de Vereadores também não assumiu, tinha debate público, uma postura de negociação, de firmar o pé como Câmara”.

O representante do COREDE Central, Sr. Jordão, enfatiza que houve uma diminuição dos problemas sociais em relação à problemática da habitação para os municípios da Região, pois “muitas famílias de diversos municípios fizeram parte do grupo que promoveu a ocupação, onde as famílias não tinham nenhuma oportunidade de buscar solução para os problemas em seus municípios, e viram neste momento uma chance para ter uma melhora na qualidade de vida”.

Esta situação encontra ressonância na fala do empresário, dirigente de Entidades Empresariais de Santa Maria e Secretário de Município, Sr. César Ghem, referindo-se à ocupação da Fazenda Santa Marta “vinham muitas pessoas de fora para Santa Maria”, causando uma grande preocupação para a comunidade em geral, assim como para os dirigentes públicos da época. Pois o contexto representaria um encargo muito elevado para o município, em prover de infraestrutura básica, oferecendo condições para que a população pudesse habitar aquela área. Principalmente, considerando que na época ainda não havia os Programas Sociais para Moradia, financiados pelo Governo Federal e as parcerias com os governos municipais. Nesse sentido ele observa que:

“hoje não acontece mais, com os programas específicos habitacionais (...) resolvendo esse clima de insatisfação de moradia, o Bairro Nova Santa Marta é uma pequena cidade e essa cidade se desenvolve também, cria segmentos importantes no serviço, comércio, várias atividades empresariais, prestadoras

de serviços (...) começa gerar fluxos importantes com pessoas que começam a contribuir com impostos (Cezar Ghem).

Segundo o Prefeito Municipal na época da ocupação, Sr. José Haidar Farret, esse evento foi recebido com intranqüilidade, pois “surgiu desordenadamente, ou seja, onde tinha terreno era invadido e não havia fiscalização da COHAB para cuidar dos terrenos”. Segundo ele, o município legalmente não podia investir em área estadual, pois seria necessário criar uma grande infra-estrutura para aquele local. “Tentamos fazer parceria com o Estado para que repassasse recursos financeiros, porque pela Lei de Responsabilidade Fiscal não podíamos investir em uma área que não era nossa” (Sr. Farret).

A transformação que advem da satisfação das necessidades básicas em uma consciência de luta, no justo sentido de direito aquilo que Lefebvre chama de “direito à cidade”, foi representada em diversas oportunidades. Entre estas, a lotação do espaço da Câmara de Vereadores da cidade, ou as reuniões no acampamento, onde compareciam 400 a 500 ocupantes da Fazenda Santa Marta. Isto para reivindicar suas necessidades básicas: um teto, água, luz, rede de esgoto, construção de uma ponte, um ponto de ônibus, uma escola, uma creche e um posto de saúde. Como disse a entrevistada Sra. Emília “a gente ia pra lá (CEEE) amanhecia acampado lá e o povo todo ia, quando tinha que encher 3 ou 4 ônibus nós só dava um grito no microfone e tava as pessoas ali, prontas para lutar”, falando sobre uma das manifestações para trazer energia elétrica para a ocupação.

Esta consciência também se manifesta nas palavras da Sra. Elisabete: “A gente começou a observar isso nas grandes assembléias, nestes pontos de total desafio, que era com o Governo do Estado, com o prefeito municipal, com Brasília”.

Entre os atores envolvidos na ocupação da Fazenda Santa Marta estão aqueles que demonstram claramente a ideia de Gohn (2006), onde o estabelecimento de contatos, de relações, e comunicação entre as pessoas são fatores essenciais para uma mobilização e conseqüente consciência política, além da necessidade comum. Para um dos entrevistados, Sr. Eder, até a ocupação ele não possuía conhecimento algum do Movimento de Luta pela Moradia. Por curiosidade e pela necessidade, passou a inteirar-se do Movimento e a fazer parte dele, ocupando um terreno em uma

das próximas ocupações, localizada na hoje Vila Alto da Boa Vista. “Não sabia nada de política, só aí passei a sentir a necessidade de se agregar aos movimentos políticos”.

Vários depoimentos reforçaram a ideia de que as pessoas precisam lutar juntas para alcançar os objetivos e ao mesmo tempo valorizar os ganhos. Da mesma forma é necessário manter a motivação de ir em busca desses objetivos comuns e permanecer nela para outros ganhos, isto é, a luta pelos direitos do direito à cidade. As manifestações das Sras. Emília e Elisabete comprovam a necessidade do engajamento coletivo para dar consistência ao enfrentamento reivindicatório de apropriação de avanços necessários à melhoria de suas condições de vida. Pois a sua autonomia depende das forças internas e dos canais políticos estabelecidos.

Necessária se faz a citação das palavras do coordenador da UAC – União das Associações Comunitárias, Sr. Adelar, ao dizer que “a Nova Santa Marta tem um trabalho diferenciado e muito forte das comunidades com a participação de todas as forças vivas do Bairro (...) o trabalho dos líderes comunitários para o desenvolvimento daquela comunidade (...) o tão sonhado PAC, trouxe qualidade de vida aos moradores (...) hoje a Nova Santa Marta é um dos melhores bairros para se viver”. Esse depoimento confirma Lefebvre (1991, p.112), quando se refere ao “suporte social e de forças políticas”, entre estas, “a classe operária, a única capaz de por fim a uma segregação dirigida essencialmente contra ela”.

Teoria esta ainda confirmada pelo depoimento da Sra. Mara, moradora da Vila Alto da Boa Vista, quando diz que são os líderes os motivadores e sustentadores das lutas pelas conquistas e que “os moradores da Vila não tem o mesmo compromisso que nem nós, de participar”, a não ser quando se refere a busca por objetivos gerais de todo o bairro, “aí todo mundo se junta, tem luta em conjunto”.

De acordo com o Sr. Valdeci “isso é um processo permanente de discussão, de conscientização e busca de entendimento. Há uma nova cultura, uma nova realidade na ocupação”, apesar de esclarecer que “ainda hoje tem lá dentro gente que não compreendeu, não entende e não valoriza o avanço e a luta, a conquista que eles tiveram”. E continua em suas afirmações,

a partir do momento que entendi o Movimento, dei muita sustentação, a Nova Santa Marta é um exemplo extraordinário que chamou a atenção do mundo, se tornou uma reivindicação nacional. quem não luta não tem que ser beneficiado. Quando concluírem as obras (do PAC), vai ficar melhor do que muitos Bairros mais antigos...e não é nenhum favor, eles fizeram por merecer, é mérito de quem luta (Valdeci Oliveira).

Em referência ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, a obra está acontecendo numa parceria com o Governo Federal que deu empréstimo de recursos financeiros ao município, através da Caixa Econômica Federal. O estado doou a área da ocupação ao município, para que este tivesse legitimidade para dar andamento às obras de urbanização da Nova Santa Marta. Segundo os entrevistados, o PAC está sendo um divisor de águas no bairro. Mas, anterior a essa obra, a busca por melhorias assustava: “criamos uma situação que era de difícil resolução, é uma comunidade enorme com 30 quilômetros de ruas e terras, 5 mil famílias, do tamanho de um município. Sabíamos que ia ser muito difícil conseguir financiamento para toda essa obra nos governos locais, tanto municipal quando estadual” (Sr. Cristiano).

“Então a luta que a gente fez em torno do PAC, de fazer bloqueio de rodovia, ir à Brasília fazer protesto, manifestação, foi por que nós percebíamos também que se não fosse naquele momento, naquela onda de grandes investimentos de habitação e urbanismo, não conseguiríamos entrar. Até pelo volume de recursos, quando tu fala Santa Marta, tu fala em 50 milhões de reais, é volume de recursos semelhante à muita favela do Rio, São Paulo, inclusive, que tem obras do PAC. Então nós tínhamos noção dessa responsabilidade... a vida mudou radicalmente aqui nos últimos dois anos por conta das transformações das obras do PAC. (Sr. Cristiano).

Em relação às dificuldades apontadas pelo Sr. Cristiano para a possível inclusão da Nova Santa Marta no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e conseguir os recursos necessários para a urbanização do bairro, considere-se a fala do Prefeito Municipal à época, Valdeci Oliveira:

“O PAC foi um projeto encaminhado pelo Governo do Estado, mas a Prefeitura preparou vários projetos. Fomos em uma audiência em Brasília com a Ministra da Casa Civil Dilma Rousseff, com o Ministro das Cidades, Márcio Fortes; a Governadora do Estado Yeda Crusius, Secretário Estadual da Habitação Marco Alba e outros. Na discussão e definição dos projetos do PAC para o RS, a Governadora não apontou a Nova Santa Marta, e saímos de Santa Maria com a convicção que se a NSM não estivesse contemplada seria uma frustração total, porque, para nós, todos os projetos que implantamos em Santa Maria eram importantes, mas prioritariamente era a NSM. No momento em que a Governadora não apresentou, me surgiu uma idéia que propus a Ministra: se a Governadora disser que doa a área da NSM para a Prefeitura, eu assumo a tarefa do PAC na NSM”.

Deste encontro resultou a promessa da Governadora do Estado de doação da área da Nova Santa Marta para o município, assim como, a liberação por parte do Governo Federal, de R\$ 42.000.000,00, para investir nas obras do PAC. Segundo o Sr.

Valdeci, a implantação do PAC foi um grande divisor de águas. Hoje a NSM é uma comunidade que é respeitada e tratada como qualquer outra da cidade. Alguns têm inveja porque o investimento e a estrutura que lá estão acontecendo é maior que outras regiões da cidade, mas tem uma justificativa: “1º porque se organizaram e 2º porque nós precisamos ter a consciência que onde existem os excluídos nós temos que incluir”.

Em algumas situações os entrevistados falam de momentos de apropriação político-partidária por integrantes do Movimento, tanto no início do processo de ocupação da Fazenda, como em momentos ao longo do processo, inclusive hoje (nas últimas eleições), sem, no entanto, citar nomes de pessoas ou partidos políticos. Sobre isso, se refere o Sr. Cristiano: “o paternalismo político se estabeleceu em determinados períodos, como por exemplo, o fornecimento de cestas básicas e materiais para melhorias das casas, dificultando muito a organização por que dividiu a comunidade”.

Colaborando para o entendimento desta situação, o Sr. Leonel assim se expressa:

“Hoje o grande problema nosso é que os partidos políticos também se apossaram junto, por que eles aprenderam isso. Só que aí, tem centros de resistência aqui que vão contra isso, que não aceitam a intervenção partidária. Então, por exemplo, a gente vê em época eleitoral... as associações comunitárias são uns gabinetes de vereador e de candidatos. Não deveria.

Dessa forma já houve líderes que se engajaram no Movimento por um período, candidataram-se e se elegeram. “Líderes se elegeram e abandonaram o povo, tentaram voltar na próxima eleição e não conseguiram se eleger...esqueceram suas origens”. (Sr. Eder). Por outro lado, o depoimento de Pe. Carlos dá ênfase aos atores que lutaram pela causa do Movimento, candidataram-se, ocuparam cargo político e permanecem atuantes ao lado do povo. No entanto, ressalta que este fato também contribuiu para dividir as lideranças e o consequente enfraquecimento da força representativa do Movimento.

Ainda em relação à política partidária, o Sr. Leonel afirma que, a partir do momento que entendeu que o MNLM tinha “um viés político-partidário... e ali foi um divisor de águas”, e que toda a dedicação pela causa coletiva tinha também um subjetivo de causa individual, próprio de alguns participantes, provocando uma certa

decepção, determinou a sua iniciativa de desligamento do Movimento. Salaria que o projeto pedagógico do MNLP,

“ele foi bem pensado, estrategicamente por pessoas que queriam construir o futuro, só que no decorrer do tempo algumas dessas pessoas não seguiram o projeto, elas mudaram pelo desejo do poder, pra parte política...o Movimento chegou ao extremo, ele deixou de se voltar pra isso...a direção dele achou que o mais importante era ser vereador, ter deputado...e trabalhou pra isso, chegou a fazer ocupação pra isso. Que tinha que fazer ocupação pra tirar proveito político. E aí a gente não concordou com isso e aí a gente saiu” (Sr. Leonel).

E assim como o Sr. Leonel, também o Sr. Elso e mais alguns membros do Movimento deixaram de lutar ao lado da direção do MNLM, por entender que “o Movimento não fazia mais o papel do militante” (Sr. Elso). E que “não pode superar a organização popular, porque o popular, independentemente do poder que está no governo, ele tem que se manter...não interessa que seja deste ou daquele partido, ele tem que ter autonomia, ele não pode ser submisso”. (Sr. Leonel).

Também há referência quanto à divisão do grupo por ideologia religiosa, quando Pe. Carlos refere-se a lideranças que manipulam o povo religiosamente, até para conseguir dinheiro “isto também dividiu, estragou, trancou o processo, por isso estou dizendo não só divisão político-partidária, tem até ideologia religiosa”.

Sobre esse assunto destaca Carlos (2004, p. 142):

A multiplicação das igrejas revela que a religião tornada mercadoria consumível, produz uma norma para a vida recriando ao mesmo tempo a religião enquanto negócio, impregnando a paisagem da cidade com a proliferação de “novos templos” de oração onde o culto transforma-se em espetáculo despojado de um tipo particular de arquitetura, no entorno das quais floresce um novo tipo de atividade comercial.

O depoimento da Sra. Emília nos leva a um questionamento que, segundo as características desta ocupação, rompe-se com uma verdade do censo comum, segundo Carlos (2004): “o cidadão, não fala, quando fala, não é ouvido, e há instrumentos políticos que simulam a participação da população” (p.112). Segundo Emília, “eu queria transformar o mundo com a participação de todos, vai dizer que o povo participa de alguma decisão nesse país? Ele participa na hora do voto, só, que daí ele decide quem vai estar lá”.

Fazendo uma relação desta fala e a fala da autora acima, se constata que em relação à ocupação da Fazenda, os setores tanto imobiliário como as instituições

públicas não conseguiram fazer valer as suas vontades porque aquela era uma área em reserva para a especulação financeira, voltada para os empreendimentos imobiliários destinados às classes, no mínimo, de porte médio. Nessa direção encontram-se as falas do Sr. Valdeci, “local extraordinariamente bonito”, e as dos Srs. Cristiano, Eder, Elso e Leonel, já citadas anteriormente.

Quando uma comunidade está carente de objetivos imediatos a atingir, ou seja, sua população já atingiu níveis mínimos ou satisfatórios de “direito à cidade”, após ter lutado por reivindicações básicas para obtenção desse direito, a prática recorrente é que os movimentos sociais deixem de acontecer, ou já não tenham a mesma força dos momentos iniciais. Exemplo disso está nas palavras do Sr. Elso: “como nós conseguimos colocar tanta gente na Câmara? Porque tinha objetivo, agora, hoje não tem”; e também no depoimento do Sr. Leonel:

“Agora pra nós, moradores daqui, hoje eu acho que é uma cobrança que eu faço, nós somos muito desorganizados ainda. Por que sempre nós achamos: “o Elso tem que tomar iniciativa, eu tenho que tomar ou o cara do Movimento”. Hoje eu tenho certeza absoluta que na cidade eu quero ver alguém que se organize, que brigue e que tenha a marca de bairrista como a comunidade daqui. Claro que a gente encontra na população pessoas que não gostam daqui, mas aqui a pessoa tem consciência de onde vem. Elas sabem de onde vem, elas sabem o que querem e o que está faltando é ter objetivo”.

Ao longo do processo da construção política da comunidade, foi possível constatar que vários foram os fatores que causaram impactos desmobilizadores da concentração do movimento. Entre os quais, a falta de objetivos imediatos após o alcance de algumas conquistas; a acelerada expansão da ocupação que contribuiu para fragilizar a sua dinâmica, pois, como salienta Pe. Carlos, “o que se torna grande, se torna complexo”; a frustração pela grande expectativa de conquista do título de propriedade, que por duas vezes se anunciou e não aconteceu. Evento para o qual foi mobilizada a comunidade.

A perspectiva do “direito à cidade” é motivação para o trabalho desenvolvido ao longo do processo pelas lideranças e população do bairro. “É um trabalho de formiguinha que a gente faz”, dia a Sra. Elisabete. Mas surpreende os seus próprios líderes na medida em que a comunidade participa e se engaja nas lutas sociais, como salienta o Sr. Cristiano, quando diz

ela tem uma qualidade, não é só de reagir quando perde alguma coisa... mas de ir a diante, propondo coisas novas [...] conquistando escolas...estamos

lutando por uma rádio comunitária, por um posto de Saúde...então não pára nunca. Estamos falando agora de Ensino Médio... Colégio Técnico...Sabe? Então uma coisa leva a outra.

A Escola Marista Nova Santa Marta foi uma verdadeira escola para a formação política da população do bairro. Sua contribuição foi e é dada pela linha pedagógica adotada. A Pedagogia e Metodologia de Projetos extrapolam o currículo escolar e a sala de aula e vão em direção à comunidade. Segundo o Prof. Sergio, a Escola Marista teve e continua tendo:

“a intenção de ser um ponto de partida para novas mudanças...e ser parceira na luta pelos direitos desta comunidade. A disciplina de Protagonismo Social trata da luta e nós nunca deixamos esquecer a história, a gente está sempre lembrando o passado e a luta dos pioneiros, qual seja, as trinta e quatro famílias que primeiro ocuparam a área, que tiveram a coragem de entrar quando não tinha nada. Estes são os heróis. A gente que não conhece o passado talvez não tenha muita direção para o que a gente quer. Quem chega hoje, se não sabe da história... olha...pensa que sempre foi assim...que foi fácil, ou que o governo fez por conta. Não, nunca!...sempre precisou exigir”.

Ressalta o prof. Sergio que a escola é parceira da comunidade, do movimento de luta pela moradia, das associações e outras entidades de classe. Todas as reuniões da comunidade acontecem na escola. “A Escola é parte da luta desde que foi criada e a Escola Estadual Santa Marta bem como a Escola Municipal Adelmo Simas Genro são frutos desta luta” (prof. Sergio).

Com a execução do projeto de urbanização e regularização fundiária em curso no bairro, e em consequência, o asfaltamento das principais ruas, algumas mudanças no trânsito do bairro tornaram-se necessárias. Uma nova situação para a busca de soluções em sala de aula, por questões de segurança, especialmente para as crianças. Conta o prof. Sergio:

foi trabalhado nos projetos da 5ª série em reunião na 6ª feira, junto com o Secretário de Trânsito do município, onde os alunos pediram mais placas, guardas de trânsito e quebra-molas. Para surpresa de 2ª para cá apareceram 4 ou 5 quebra-molas novos”. E continua o professor: “hoje os alunos foram lá na avenida... e viram como é importante exigir os seus direitos, não é favor... é segurança...assim como o centro tem direito os bairros também tem”. Enfatiza o professor: “é a proposta da Escola: quando é importante para a comunidade, luta-se a partir da sala de aula.

É freqüente a participação dos alunos através do coral, grupos de danças, de teatro e outros, em eventos sociais, culturais e educacionais da comunidade de Santa

Maria, tanto de ordem local, como estadual, nacional ou internacional, que acontecem nas mais diversas instituições do município, como UFSM e UNIFRA, Prefeitura Municipal, através de suas Secretarias; instituições bancárias, como Caixa Econômica Federal, Igrejas, para citar alguns exemplos. Outro trabalho que chama a atenção da comunidade santa-mariense é o desenvolvido através do Programa do Centro Marista de Inclusão Digital – o CMID.

Os depoimentos de alguns pais dos alunos demonstram a importância do trabalho desenvolvido pela Escola Marista com seus alunos, na comunidade. Segundo o Sr. Cristiano:

as pessoas aprenderam a lutar coletivamente...isso ficou muito forte aqui na Nova Santa Marta, nossos filhos, essa leitura na cabeça deles parece que já tá forte, já tem mais clareza dos processos do que nós muitas vezes. As crianças reagem quando estimuladas em conversas sobre os problemas e necessidades do Bairro, porque isto está presente na sua história, através do pai, do avô, do vizinho ou da escola. “Tudo isso gerou um processo, quando for conversar com os professores, vai perceber que nos trabalhos deles, os elementos da luta, da resistência desse processo histórico, está presente nas crianças.

Outro depoimento, visto sob o olhar de uma pessoa que representa a comunidade santa-mariense e que tem a visão do pensamento destas pessoas, o ex-vereador e integrante dos meios de comunicação de Santa Maria, ressalta que

apesar de toda a adversidade social e cultural da formação de pessoas de boa cabeça, de boa índole, que realmente estavam ali pra fazer uma coisa boa (...) é difícil todo esse processo com todas as contradições, evoluções e divergências. Ver hoje o que é a Nova Santa Marta, parece que foi planejado e acabou sendo fruto de conquistas evolutivas. Alguns governantes tiveram mais compreensão outros tiveram menos, nesse período o número de lideranças era mais forte e tiveram papel importante e em outros períodos menos, o que está lá é fruto de uma conquista social e exemplar (Sr. Bisogno).

O conjunto dos depoimentos feitos pelos entrevistados, permitiu realizar análises para a compreensão do processo de construção política dessa população. Verifica-se que as condições de habitabilidade no espaço ocupado, foram resultantes, fundamentalmente, de organização e persistência dos moradores do bairro.

A partir desta análise pode-se traçar o perfil dos ocupantes iniciais da Fazenda Santa Marta:

- famílias não proprietárias de habitação;

- famílias pagadoras de aluguel, dentro da condicionante: “ou come ou paga aluguel, as duas possibilidades, impossível”;
- moradores “de favor”: na casa do sogro, dos pais, do cunhado, do quintal do vizinho, da garagem de um conhecido;
- moradores de outras invasões, a exemplo da ocupação à Rua Fernandes Vieira;
- desempregados, sobreviventes de rendas informais e de salário mínimo;
- moradores de área de risco, como beira de cursos d’água e ocupações junto a elementos urbanos, como pontes, viadutos, beira de estradas;
- imigrantes de municípios vizinhos;
- “desprivilegiados da cidade”, no entendimento de Corrêa (1985).

Igualmente através das entrevistas, pode-se destacar alguns itens básicos que fizeram parte da intensa organização do movimento através de seus líderes:

- uma coordenação central onde uma barraca representava o escritório da Coordenação;
- dois representantes da cada grupo de 20 barracas para participar das assembleias e reuniões do Movimento;
- representação da imprensa dentro do acampamento, para manutenção do contato com a imprensa externa;
- um corpo de guarda: 30 homens revezavam-se;
- uma portaria: identificação de quem entrava no acampamento, com documentação retida (visitas);
- enfermaria interna para atender crianças, idosos e primeiros socorros;
- proibição da entrada de armas e bebidas alcoólicas;
- cadastro de todas as pessoas ali concentradas;
- permanente apoio de alguns setores básicos da sociedade santa-mariense, como Sindicatos de Trabalhadores e UFSM;

- representação e presença das Igrejas, com encontros semanais para manutenção da luta pela fé e pela espiritualidade, além de apoio para a alimentação, principalmente na distribuição de leite.

A construção do processo político no Bairro Nova Santa Marta desde a sua ocupação, é um constante vir-a-ser. Assim, a conquista do espaço pelos seus moradores, na sociedade santa-mariense, está acontecendo lentamente, mas de forma duradoura e comprometida, como revelam as expressões emitidas pelos entrevistados. Estes, representando moradores e líderes do bairro, ou os líderes da comunidade de Santa Maria como um todo, foram unânimes em tecer comparações conceituais nas diferentes fases do processo de ocupação.

Nestes termos, ideias preconcebidas como: “gente desocupada”, “vai aumentar a violência”, “ninguém dava emprego para eles”, “ninguém queria fazer entregas na ocupação, nos sem-teto”, “idéia de um bairro violento, “uma escola dessas tinha que estar no centro, não aqui para os miseráveis (referindo-se à Escola Marista)”, “os alunos dos sem-teto eram rejeitados pelos colegas nas escolas de outros bairros”.

Contrapondo as características anteriores, percebe-se que o processo de conquista gradual é significativo, a partir das demais colocações referentes aos moradores do bairro: “é exemplo como pessoas representativas de setores importantes da sociedade”, “ver hoje o que é Santa Marta, parece que foi planejado, mas é fruto de conquistas evolutivas”, “tem pessoas aí que merecem elogios, estão inseridos desde a invasão, são simples e humildes, mas estão sempre na luta”, “pode-se percorrer todo bairro sem problemas de segurança”.

Quanto à questão da segurança pública, no que se refere à violência e ao tráfico e uso de entorpecentes, os dados também são unânimes, ou seja, não se difere dos demais bairros, “o que existe é um estigma criado de forma pejorativa pelo fato da origem do bairro, da população de baixa renda, mas isso também acontece em outros bairros, até mesmo com maior incidência”, “foi criado um rótulo dos sem-teto, é muito difícil de tu tirar, ainda há queixas de discriminação, principalmente por aquelas pessoas que não conhecem o bairro, embora a comunidade tenha avançado, se as pessoas viessem aqui, com certeza se surpreenderiam”.

Destacam-se ainda outras considerações relevantes dos entrevistados: “hoje a Nova Santa Marta é um dos melhores bairros para se viver, com melhorias que trazem

qualidade de vida aos moradores”, “a Nova Santa Marta tem um trabalho diferenciado e muito forte das comunidades”, “a Nova Santa Marta já está sendo uma fonte de geração de lideranças”, “lá moram trabalhadoras e trabalhadores, gente boa, povo que luta e na sua grande maioria ajuda construir e produzir a economia da cidade”, “bairro que cresce mais que os outros pela sua organização, fez por merecer, é um mérito daqueles que lutam”.

Percebeu-se nos depoimentos das lideranças de Santa Maria que apoiaram a ocupação na época, quer de forma direta ou indireta, que elas persistiram durante o processo, incentivando as conquistas sociais e políticas e continuam apoiando os movimentos que buscam a solução dos problemas dos grupos e a sua inserção na sociedade santa-mariense.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento e a expansão urbana de Santa Maria - RS e a formação de suas periferias, não fogem ao processo excludente das cidades de porte médio, num sistema capitalista. Nesse sentido, a organização do espaço está atrelada à mobilidade do capital, ou, por conseguinte, às novas dinâmicas que se estabelecem, com e a partir dele. Considerando os diferentes interesses e necessidades dos seus habitantes, compreende-se que, como sugere Oliveira Junior (2008), igualmente em Santa Maria, o espaço urbano se organiza ou se reorganiza a partir de determinações e de conflitos, não muitas vezes, sem lutas.

Assim sendo, as classes excluídas por estas práticas segregadoras, sem direito ao urbano e aos direitos básicos intrínsecos, buscaram e continuam buscando a construção do seu espaço, com a intenção de transformar as suas realidades. As ações para esta transformação, a motivação e as formas de organização do objeto em estudo caracterizam o estado permanente de conflituosidade e justificam o Movimento de ocupação na área do referido objeto.

Procurou-se conduzir esta pesquisa de forma a compreender o processo de ocupação do Bairro Nova Santa Marta, envolvendo um conjunto de famílias, que em determinado momento, decidiram ocupar uma área de terras, até então rural, de Santa Maria e construir nesse espaço, sua raiz de sustentabilidade existencial. Esta compreensão buscou suporte na pesquisa participante dos atores envolvidos, tendo por excelência o pressuposto de que o direito ao espaço/habitação é tão fundamental quanto o direito à alimentação, agasalho e saúde. Nessa ordem, e em consequência, o direito à regularização fundiária. O direito à cidade.

A partir de referenciais teóricos, da análise de documentos e das entrevistas realizadas, procurou-se estabelecer algumas relações que pudessem existir entre o anseio – direito permanente de moradia e a luta pelo direito à cidade, a expansão do território e as estratégias e ideologias dominantes ou institucionais na sociedade atual. Nessa linha, construíram-se as considerações finais desta pesquisa, fundamentadas em três aspectos básicos: conceitual, histórico e político. Igualmente procurou-se evidenciar a importância dos vínculos da temática pesquisada para com o

Desenvolvimento Regional, por ser esta a área de concentração deste Programa de Pós-Graduação.

Partindo do ponto de vista conceitual, esta pesquisa confirmou que o território depende da ação permanente da sua população, a qual é motivada pelas possibilidades de conquista e controle desse espaço e pela necessidade de acesso à moradia. O diálogo com a sociedade e o estado é o canal utilizado, neste evento representado por uma rede de parcerias com entidades da sociedade civil, política e religiosa, característica dos movimentos sociais, assim definido por Gohn (2010).

Fatores fundamentais foram decisivos para a sustentação do movimento, pelo longo período de duração, mesmo em condições precárias, para o alcance dos seus objetivos, ou seja, a conquista, por apropriação, do lugar. Construí-lo como espaço de habitação, e a partir daí lutar por um conjunto de melhorias e soluções para formar o arcabouço do “direito à cidade”. Esses fatores, como: organização, persistência e a criação de uma rede de sustentação, formalizados pela coordenação do Movimento Nacional da Luta pela Moradia - MNLM, foram decisivos para bem gerir o processo para o alcance dos objetivos.

Esta rede de sustentação organizou-se a partir de ações descentralizadas e papéis definidos: enquanto uns atores tinham papéis de organizadores, outros tinham papéis políticos no estabelecimento de uma rede para conquistar apoios externos, num claro significado de um movimento de alargamento da consciência política que, no entender de Cardoso (1978), “acompanha a passagem de um nível inferior para outro superior, de organização”. Conhecer esta forma de organização e capacitação para o enfrentamento de forças antagônicas foi decisivo para identificar as razões da persistência no objeto do conflito.

Cabe considerar que uma organização dessa ordem, nasce também por motivações político-partidárias, e também se serve delas, avança por sua força e se torna instrumento dessa política. Porém, o viés político-partidário, ao ter um **objetivo** de causa individual, próprio de alguns participantes, torna vulnerável qualquer movimento. Observa-se a falta de clareza sobre as funções desempenhadas pelos presidentes das vilas, especialmente em época de eleições, quando tomam a defesa de seus partidos políticos. Daí a decepção, o enfraquecimento, a desmotivação com as filiações partidárias de alguns líderes comunitários. Demonstrado por 100% dos entrevistados.

Do ponto de vista histórico e político, verificou-se que a ocupação da Fazenda Santa Marta foi iniciativa de uma população de poucos recursos, mas com lideranças fortes e comprometidas. Este comprometimento justifica-se a partir do processo de construção política de uma comunidade, cujas conquistas são resultantes destas iniciativas e do ato de persistir, mesmo diante das manifestações contrárias do poder institucionalizado e das dificuldades inerentes a um evento de ocupação.

À época da ocupação, 1991, o país ainda estava em transição institucional, passando de um regime autoritário para a democracia, onde o ressurgimento de movimentos sociais dava os primeiros passos na abertura de canais para sua mobilização. Acredita-se que esta foi uma das razões para que o movimento de ocupação da Fazenda Santa Marta fosse entendido, pela comunidade santa-mariense e lideranças institucionais, como um ato de violência. Quando, na verdade, por parte dos ocupantes e por todas as classes marginalizadas, estas manifestações podem ser tão somente um pedido de socorro e atenção ao atendimento de seus direitos universais.

Tomadas pela excepcionalidade do movimento em seu contexto regional, quanto ao seu porte, organização e força, as autoridades constituídas na época, municipal, estadual e federal, demonstraram insegurança para interagir com o fenômeno. Diante da possibilidade de tão grande ampliação da espacialização urbana, que no entender de Santos (1990), se estende mais rápido do que o atendimento das necessidades básicas da população, as políticas públicas aconteceram de forma paliativa, através de negociações entre os atores do evento e aquelas autoridades, sempre com a intermediação das forças que compunham a rede de sustentação.

Diante deste episódio, confirma-se a histórica omissão do estado pela ausência de planejamentos e políticas públicas preventivas na questão da acelerada expansão urbana das cidades. A prática de uma política reparadora, utilizada pelo estado neste evento, confirma ainda que as políticas públicas são derivadas dos eventos, raramente atuando como planejadoras.

O fato da ocupação se transformar no atual Bairro Nova Santa Marta, em vias de concluir sua regularização fundiária, tornou evidente o significado da luta pela moradia, que no dizer de Carlos (2004), se deu a construção do lugar, enquanto construção de uma identidade que dá conteúdo e sentido à prática socioespacial. Assim, a ação

permanente também está calcada no plano do habitar e das lutas que giram em torno dos modos de uso e das necessidades do ato de morar.

A partir destas conquistas, outros bairros periféricos passaram a usufruir das melhorias, chegando a interferir em algumas mudanças socioespaciais nesse setor. Entre elas, o aumento do transporte coletivo na região com a extensão das linhas de ônibus para o seu bairro, ampliando a oferta desse transporte aos bairros vizinhos. Igualmente, a execução do Programa de Urbanização e Regularização do espaço do bairro permitiu a ampliação da rede de esgoto para o seu entorno. Assim como, a ligação asfáltica com as vilas limítrofes e a melhoria do fluxo em direção ao centro da cidade.

No setor econômico, o comércio e a prestação de serviços foram os mais beneficiados com a movimentação dos novos fluxos, criados a partir da extensão do tecido urbano. Estas mudanças verificaram-se no entorno da parada de ônibus da Vila Jockey, a mais utilizada inicialmente pelos ocupantes, como ponto de deslocamento ao centro da cidade, em busca de emprego.

Avaliando os movimentos sociais hoje, Gohn (2010, p.16), pondera que “há uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade”. Considerando as análises realizadas nas falas dos entrevistados, constata-se a presença daqueles ideais em todas as manifestações do processo de ocupação da Fazenda Santa Marta. A liberdade: na luta pelos direitos à cidade, através da regularização fundiária; de pertencer a um determinado território; da autonomia do sujeito, este, coletivo, de inclusão social no bairro; sujeito transformador daquele lugar. A fraternidade evidenciou-se na solidariedade: para sustentar a luta por um conjunto de melhorias no direito à cidade; na compreensão externa dos grupos sociais que entenderam a necessidade e a legitimidade da luta, passando a prestar-lhes solidariedade.

Por fim, para o ideal de igualdade, Gohn (2010) identifica-o com a justiça social, qual seja a luta pela inclusão social além bairro, significando uma luta mais complexa, num verdadeiro exercício cidadão por todos os direitos que a cidade lhe oferece. O emprego na cidade, o uso do crediário para as compras, o direito de ir e vir no transporte coletivo, a regularização fundiária, o título de proprietário do lote, serão itens suficientes do direito à cidade?

Considerando a ocupação do Bairro Nova Santa Marta no momento atual, são importantes algumas considerações. Em relação às lideranças constituídas na época e responsáveis pelo êxito do movimento de ocupação, ressalta-se que várias mudanças ocorreram sem, no entanto, prejudicar o andamento das reivindicações. Permanece a organização com o estabelecimento de uma coordenação em cada vila, cujas comunidades estão estruturadas em associações de moradores.

Entretanto, percebe-se que neste momento não há o mesmo envolvimento e a mesma motivação que sustentaram as lutas iniciais. Embora novas necessidades existissem, dando razão à continuação de mobilizações para o alcance de novos objetivos. A presença de uma política assistencialista por parte do estado pode estar influenciando na subserviência dessa população, que na compreensão de Demo (2003), é uma clara evidência de políticas compensatórias.

Quanto à implantação do projeto de urbanização e regularização fundiária, é fundamental que os moradores permaneçam atentos e vigilantes para a total implementação do projeto em todas as suas etapas, tendo em vista que o mesmo foi conquistado pela luta comunitária. Essa mobilização garantirá a sua conclusão, pois o controle social é uma condição básica para garantir a transparência dos programas e ações, o que proporciona maior empoderamento dos grupos sociais, situação esta já efetivada nas etapas anteriores do projeto, descaracterizando que esta comunidade seja apenas receptora de políticas públicas emanadas pelo estado.

Analisar a ocupação de um setor urbano da cidade de Santa Maria - RS, com o objetivo de entender a expansão recente das periferias em cidades de porte médio, determinando uma experiência de estudo de caso, estabeleceu a existência de vínculos pertinentes à temática do Desenvolvimento Regional.

Nessa conjuntura, a experiência deste estudo de caso, o Bairro Nova Santa Marta, em Santa Maria - RS, revelou processos que são importantes para entender outras escalas do território, em cidades médias. Os fluxos migratórios, local e regional, sustentam movimentos enquanto expansão e formação territorial. Neste caso de estudo, a histórica constituição heterogênea da população regional, é reforçada por aqueles fluxos, onde a fragilidade do direito ao espaço, dos fixos, mantém as lutas sociais, fundamentais para a constituição do território. As diferentes influências estão representadas nas distintas formas de ocupação em Santa Maria, com destaque para o crescimento das periferias.

À medida que os municípios se integram na articulação de ações para o enfrentamento dos interesses e das necessidades comuns, visando a promoção do desenvolvimento regional, procurou-se entender até que ponto, contingentes populacionais de tamanha grandeza, como os ocupantes da Fazenda Santa Marta, agem e persistem nas ações pela construção da moradia. O significado do direito a este bem de raiz, representando o existir, o situar-se no espaço/lugar, tem repercutido na ausência de políticas públicas habitacionais que contemplem as camadas pobres da população, ou como sugere Demo (2003), ressaltando que as políticas públicas universais de boa qualidade contemplem os ricos, enquanto as de má qualidade são destinadas às classes pobres.

Os próprios moradores devem buscar ancorar procedimentos que beneficiam sistematicamente seu grupo marginalizado, em uma forma democrática na “redistribuição de baixo para cima”, segundo Demo, e assim, impor o que lhe é de direito. Confirma-se a idéia universal de que toda sociedade é feita da unidade de contrários, pois, nesse grupo populacional, o encontro de pessoas de diferentes partidos políticos, religiões, valores e origens não impediu a mobilização para uma causa comum, no caso a busca por um teto.

Por todas as conquistas obtidas pela força da persistência e da organização, a população do Bairro Nova Santa Marta procurou, não só o acesso à moradia, mas também o reconhecimento do seu espaço na cidade. O bairro, representado pelos seus moradores, passa a receber a credibilidade das instituições públicas e particulares, sociais, políticas e econômicas. Representadas nas expressões citadas pelos entrevistados, na admissão de empregados e prestadores de serviços; pequenos e médios empreendedores; líderes educacionais, no bairro e fora dele; sociais, com lideranças em entidades sociais e assistenciais da cidade; membros representantes em Conselhos Municipais; e/ou políticos, com representação na Câmara de Vereadores.

Observou-se que o objeto em estudo, por ter sido motivo de conflitos e gerado muitas polêmicas entre as lideranças políticas na época, desperta cautela nas colocações dessas lideranças. Em alguns casos, estes depoimentos foram feitos de forma a não haver comprometimento, tanto quanto à situação da época, quanto à situação atual. Outra situação refere-se àqueles que, sabidamente, pelas fontes jornalísticas, emitiram pareceres contrários àquela ocupação, e hoje referem-se a ela em termos brandos, procurando passar uma idéia sutil de aceitação do bairro.

O inserir-se no espaço territorial e dele fazer parte justifica o senso de pertencimento a este território e a relação do bairro com a cidade também expressa as formas necessárias de construção das identidades territoriais, como foram evidenciadas neste estudo de caso.

As diferentes leituras e análises das falas dos entrevistados, elucidadas nesta pesquisa, confirmam as lutas sociais como fator fundamental para a constituição do território, criando novas forças políticas e sociais na vida das cidades. Os exemplos de organização já citados demonstraram que a força e o caráter de resistência deste Movimento alicerçaram-se justamente nessa organização e como sugere Cardoso, (1978) encontraram formas de lutas que desafiaram o Estado, vislumbrando a possibilidade de transformação das estruturas dominantes.

A conquista e a formação da cidadania não são sentidas de imediato, pois é um processo lento e profundo, assim como, também é o processo educacional. O comprometimento das escolas do bairro na construção da inclusão social, buscando pelo direito à cidade, aqui entendido como o direito além do morar, direciona o estabelecimento das atividades desenvolvidas nessas instituições.

Trabalho esse iniciado a partir da criação da primeira escola no bairro, a Escola Marista Santa Marta, a qual exerce forte papel de liderança no bairro, assim como se destaca na cidade de Santa Maria, conforme já explicitado neste trabalho. A sua proposta pedagógica é de transformação social; mudar o perfil social e cultural da comunidade. Os depoimentos dos entrevistados demonstram ser a escola uma parceira na luta pelos direitos da população local.

Existe, porém, a necessidade de complementação do estudo básico, no próprio bairro, como fator de envolvimento e comprometimento da formação continuada da cidadania. É desejo comum a criação de uma escola de ensino médio e cursos técnicos.

Considerando a trajetória histórico-espacial do Bairro Nova Santa Marta e o processo de construção política e social desta comunidade analisados nesta pesquisa, entende-se serem importantes algumas recomendações e/ou questionamentos.

Nesse sentido, em termos de Desenvolvimento Regional, sugere-se às administrações municipais do COREDE Central, conforme já prevê sua própria Lei Estadual, nº 10.283, a execução de ações que promovam a melhor qualidade de vida

da população. Considerando-se a moradia como uma necessidade básica universal e embrião de um processo de desenvolvimento, será estímulo à sua permanência no local/território, da região na qual se insere.

Explorar com maior profundidade a influência das escolas na formação política, social e institucional sobre os membros da comunidade como forma de maior participação na construção política de uma cidade verdadeiramente urbana. Qual a contribuição das escolas no processo de transformação e elevação da consciência política e social dessa comunidade?

Construir estratégias atrativas e emancipadoras para a educação, para a ocupação pós-escola, na linha de Lefebvre (1991) quando diz que existe apenas um horizonte, uma opção, para uma mudança na sociedade urbana: ou ela se abre ou ela se fecha, defendendo espelhar-se na presença e na ação da classe operária. Se, ao contrário, ela se calar, não agir, faltará o sujeito e o objeto nas propostas de mudanças, significando que a sua história não será contada. Não haverá mudanças.

Elaboração de um documentário sobre a história da Nova Santa Marta como forma de registro documental. Dessa maneira ainda se pode resgatar o acontecido, a verdadeira história com o testemunho dos próprios protagonistas.

Do ponto de vista da inserção deste bairro periférico na comunidade de Santa Maria, sugere-se um trabalho de valorização e reconhecimento da sua população e do território externamente. As mudanças profundas ocorridas são perceptíveis por quem conhece o bairro hoje, de forma que a população em geral desconhece a realidade atual e a transformação dessa periferia.

Por fim, considerando o Bairro Nova Santa Marta como processo de expansão urbana periférica, conquistada pela participação de seus moradores, é prioritário um planejamento desafiador e motivador. Isto é fundamental para o permanente compromisso da sua população para com as reivindicações históricas e necessárias, e porque não, com a ousadia que é própria de sua força política, parafraseando Lefebvre, acrescentar o imaginário que se investe na apropriação, seja do espaço, do tempo, do desejo ou da cidadania popular.

## REFERÊNCIAS

AMORIM e SERRA. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. *In: ANDRADE e SERRA (org.) Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

BELÉM, J. *História do Município de Santa Maria – 1797 – 1933*. Porto Alegre: Livraria Selbach de J. R. Fonseca & Cia. 1933.

BENÉVOLO, L. As Origens da Urbanística Moderna. *In: SPÓSITO, Maria Encarnação B. Novos Conteúdos nas Periferias Urbanas das Cidades Médias do Estado de São Paulo, Brasil*. Investigaciones Geográficas, Agosto, nº 054. Universidade Nacional Autónoma de México: México. 2004.

BOISER, Sergio. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 4, n. 1, jan./abr. 1999.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. *Ocupação da Fazenda Santa Marta em Santa Maria-RS (1991-1993)*. Monografia de Pós-Graduação em História. UFSM. Santa Maria/RS. 2004

BRANCO, Maria L Castello (2006), “Cidades Médias no Brasil” *In: SPÓSITO, Eliseu Savério; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (org.)*. *Cidades Médias: Produção do Espaço e Regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BRANDÃO, Carlos A. L. (Org.). *As Cidades da Cidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

BELTRÃO, R. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho*. Santa Maria: Livraria Palotti, 1958.

CALDEIRA, T. P. do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp. 2000.

CARDOSO, Ruth C. L. Movimentos Sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 1987. Disponível em: [http://www.centroruthcardoso.org.br/boletim/download/maisdocentro2\\_documentose+\\_movimentossociais.pdf](http://www.centroruthcardoso.org.br/boletim/download/maisdocentro2_documentose+_movimentossociais.pdf). Acesso em 01/04/2011.

CARLEIAL, L. M. DA F. A questão regional no Brasil contemporâneo. *In: LAVINAS, L. et al.(Orgs.) Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993. Carleial.

CACISM – Câmara de Comércio e Indústria de Santa Maria. A RAZÃO. Santa Maria. 30. mar.1993, p. 5.

CARLOS, Ana Fani A. *A cidade*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. *O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_; LEMOS, Amália Inêz Geraiges de (Org.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.

CASTELLS, Manuel. *Cidade, Democracia e Socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997.

\_\_\_\_\_. A periferia urbana. *GEOSUL* nº 2, 2º semestre. Rio de Janeiro: UFRJ. 1986.

\_\_\_\_\_. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática. 1989.

\_\_\_\_\_. *Região e organização espacial*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.

CASTRO, Iná Elias de. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. *Natureza e Sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

COREDE Central. *Caminhos 2030: relatório planejamento regional*. Organizado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Central. – Santa Maria: Conselho Regional de Desenvolvimento Central (COREDE Central), 2010.

COUTINHO, Luciano. O desafio urbano-regional na construção de um projeto de nação. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F. (Org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: O desafio urbano-regional*. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003. p. 37-55.

DEMO, Pedro. *Participação é Conquista*. São Paulo: Cortez. 2001.

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS: UFSM. *Proposta metodológica para gestão urbana em áreas ocupadas - o caso da Fazenda Santa Marta (Santa Maria – RS)*. 1999.

DINIZ, Célio C.; CROCCO, Marco. *Economia Regional e Urbana: Contribuições Teóricas recentes*: Ed. UFMG, 2006.

FEE – Fundação de Economia e Estatística, RS. *Dados/Território/Mapas*. Disponível em: <[http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/frame\\_cons](http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/frame_cons)> Acesso em: 20 fev 2010, 05 jul 2011.

GARCIA, Medianeira dos Santos. *Estudo integrado da vila alto da boa vista na área da nova santa marta, município de Santa Maria/RS - setor da sub bacia drenado por um afluente da margem direita do arroio Cadena*. Dissertação de Mestrado em Geografia e Geociências - UFSM/RS - Santa Maria, 2006.

GOHN, Maria da G. *Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. *O Protagonismo da Sociedade Cível: Movimentos Sociais, ONGs e Redes Solidárias*. 2. ed. São Paulo: Cortez (1. ed., 2005).

GOMES, P. C.da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORREA. R. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 2001.

GOVERNO do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de planejamento. *Mapas*. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/exibelmng.asp?img=850>>. Acesso em: 06 jul 2011.

GUIMARÃES, Pedro P. *Configuração Urbana: Evolução, Avaliação, Planejamento e Urbanização*. São Paulo: Prolivros. 2004.

HARVEY, David. *Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec. 1980.

\_\_\_\_\_. *Lutas pela Reforma Urbana: o direito à cidade como alternativa ao neoliberalismo*. Fórum Social Mundial. Belém, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2000 e Censo 2010*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas\\_pdf/total\\_populacao\\_rio\\_grande\\_do\\_sul.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rio_grande_do_sul.pdf)>. Acesso em: 27 mar 2011.

JACOB, Pedro. Poder Local, Políticas Sociais e Sustentabilidade. *Saúde e Sociedade* 8(1): 31-48, USP. São Paulo. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n1/04.pdf>>. Acesso em 13 jun. 2011.

KOWARICK, Lúcio. *Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Terra e Paz. 1979.

\_\_\_\_\_. *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente/ Clara Ant... [et al.]*; Lúcio Kowarick, coordenador; apresentação Ruth Corrêa Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *Áreas Centrais de São Paulo: Dinamismo Econômico, Pobreza e Políticas*. Revista Lua Nova. São Paulo, 2007. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/ln/n70/a08n70.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a08n70.pdf)>. Acesso em 12 jun. 2011.

LAROUSSE, Ática. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Paris: Larousse. São Paulo: Ática. 2001.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

\_\_\_\_\_. *Cidade do Capital*. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 2001.

\_\_\_\_\_. *La revolución urbana*. Madrid: Alianza, 1983.

MELUCCI, Alberto. *Movimentos Sociais: Questões Conceituais: Um Objetivo para os Movimentos Sociais?* Lua Nova: Revista de Cultura e Política nº 17. São Paulo. Jun 1989.

MONTE-MOR, Roberto L. *O que é o Urbano no Mundo Contemporâneo*. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba. n. 111, p. 09-18, jul/dez. 2006.

MOISÉS, A. José; KOWARICK, Lúcio; VALLADARES, Lúcia do P. *et al. Cidade. Povo e Poder*. 2. Ed. Rio de Janeiro. Terra e Paz. 1985.

MOISÉS, A. José. *et al. Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*. Rio de Janeiro. Terra e Paz, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. 1978.

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego. *Evolução do Salário Mínimo de 1940 a 2000*. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 12 dez 2010.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. *Estatuto da Cidade; para compreender...* . Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

OLIVEIRA JUNIOR, A. Gilberto. *Redefinição da Centralidade Urbana em Cidades Médias*. Uberlândia: Sociedade & Natureza, 2008.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel (Org.) *Evolução das Desigualdades Territoriais no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

\_\_\_\_\_. Taxas de Crescimento Demográfico dos 232 Municípios Gaúchos entre 1970 e 2007. Disponível em:

<[http://www.territorio.com/ler/1/1/10/taxas\\_de\\_crescimento\\_demografico](http://www.territorio.com/ler/1/1/10/taxas_de_crescimento_demografico)> Acesso em: 30 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. *Taxas de Crescimento Demográfico*. Disponível em:

<[http://www.territorio.com/ler/1/1/10/taxas\\_de\\_crescimento\\_demografico](http://www.territorio.com/ler/1/1/10/taxas_de_crescimento_demografico)> Acesso em: 30 jan. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA – Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária. Secretaria Extraordinária de Supervisão de Programas Intersetoriais – SESPI. Santa Maria. 2011.

REVISITA QUADRIMESTRAL DE SERVIÇOS SOCIAIS. Serviço Social & Sociedade. Ano XXIV – nº 76, Novembro de 2003. Cortez Editora. São Paulo. 2003.

RIBEIRO, C. de Queiroz Luiz & PECHMAN Roberto M. *O que é a questão da moradia*. São Paulo: Brasiliense. 1983.

RIBEIRO, Q. C. Luiz & JUNIOR, A. S. Orlando. *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O futuro das cidades brasileira na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1994.

RIBEIRO, R. T. Maria. *Movimentos sociais urbanos em Porto Alegre*. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Sociologia da UFRGS, 1985.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas cidades brasileiras*. 10. ed. - São Paulo: Contexto. 2003.

ROLNIK, R.; SOMEKH, N. Governar as metrópoles: dilemas da recentralização. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F. (Org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: O desafio urbano-regional*. São Paulo: UNESP: ANPUR, 2003.

SALAMONI, F. Gian. *O Crescimento urbano por extensão e suas repercussões morfológicas em estruturas urbanas*. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, 2008.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. Técnica e Tempo. Razão Emoção. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.6.

\_\_\_\_\_. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. *Metrópole Corporativa Fragmentada: O Caso de São Paulo*. Secretaria de Estado da Cultura. São Paulo: Nobel, 1990.

\_\_\_\_\_. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

\_\_\_\_\_. *Manual de Geografia urbana*. São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SCHERER, Maurício de Freitas. *Nova santa Marta: uma evolução histórico-espacial*. Santa Maria: UFSM, 2005.

SILVA, William Ribeiro da. *Centro e centralidade: uma discussão conceitual*. Presidente Prudente. Formação. n. 8, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Maria Adélia A. de. *Natureza e Sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SPÓSITO, Eliseu Savério; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (org.). *Cidades Médias: Produção do Espaço e Regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPÓSITO, Maria Encarnação B. Novos Conteúdos nas Periferias Urbanas das Cidades Médias do Estado de São Paulo. *Investigaciones Geográficas*, Boletín Del Instituto de Geografía – UNAM. México – nº 54 – p.114-139 – agosto, 2004.

\_\_\_\_\_. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: Sposito (org) *Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: GAsPERR, 2001.

\_\_\_\_\_. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média*. Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2001.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <<http://www.ufsm.br>> Acesso em: 10 jan. 2010.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VICENTINI, Yara. Teorias da Cidade e as Reformas Urbanas Contemporâneas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Nº 3. p. 9-31, jan/jun.2001. Editora da UFPR.

WEBER, Inês Gertrudes Klein. *Experiência de Educação Ambiental: Resgate Histórico da Ocupação e Análise Espacial na Nova Santa Marta – Santa Maria/RS*. Monografia de Especialização em Ciências. UFSM. Santa Maria/RS, 2000.

WHITACKER, Arthur Magon. Inovações tecnológicas, mudanças nos padrões locacionais e na configuração da centralidade em cidades médias. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (24). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24524.htm>> Acesso em: 18 out. 2009.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL- UNISC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**REGIONAL – MESTRADO E DOUTORADO**  
**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**  
**NOME DO MESTRANDO: CARLOS LEMANSKI FARIAS**  
**ORIENTADORA: PROFª DRª HELENIZA ÁVILA CAMPOS**

### ENTREVISTA ABERTA SEMI-ESTRUTURADA

**Líderes do Movimento**.....Nº.....  
 Dia.....Horário.....

#### 1) Identificação do entrevistado

- 1.1 Ocupação.....
- 1.2 Função junto à comunidade
  - 1.2.1 Atualmente .....
  - 1.2.2 Quando da ocupação.....

#### 2) O Processo de ocupação do Bairro

- 2.1 Como foram as primeiras articulações políticas?
- 2.2 Onde moravam as famílias antes da ocupação?
- 2.3 Quais as principais atividades profissionais desenvolvidas pelas famílias?
- 2.4 Quem foram os principais líderes?
- 2.5 Expectativas quando vieram (3 principais)?
- 2.6 Dificultadores (principais)?

#### 3) A atual situação do Bairro Nova Santa Marta

- 3.1 Como está a situação da comunidade? A aceitação de Santa Maria?
- 3.2 As famílias têm se mantido ou migrado para outros Bairros?
- 3.3 As principais atividades profissionais

3.4 Aproximadamente quantos trabalham?

3.4.1 Formalmente.....

3.4.2 Informalmente.....

3.4.3 Desempregados.....

3.5 Quem são os líderes? Há renovação de lideranças?

3.6 Expectativas.....

3.7 Dificuldades.....

---

**Observações e comentários.....**

## ANEXO 2

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL- UNISC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**REGIONAL – MESTRADO E DOUTORADO**  
**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**  
**NOME DO MESTRANDO: CARLOS LEMANSKI FARIAS**  
**ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> HELENIZA ÁVILA CAMPOS**

### ENTREVISTA ABERTA SEMI-ESTRUTURADA

Líderes Institucionais e técnicos de órgãos públicos..... Nº.....

Dia.....Horário.....

#### 1) Identificação do entrevistado

1.1 Ocupação.....

1.2 Função junto à comunidade

1.2.1 Atualmente .....

1.2.2 Quando da ocupação.....

#### 2) O Processo de ocupação do Bairro

2.1 Como foram as primeiras articulações políticas?

2.2 Quem foram os principais líderes?

2.3 Expectativas quando vieram (3 principais)?

2.3 Dificultadores (principais)?

#### 3) A atual situação do Bairro Nova Santa Marta

3.1 Como está a situação da comunidade? A aceitação de Santa Maria?

3.2 As famílias têm se mantido ou migrado para outros Bairros?

3.3 Como o Bairro Nova Santa Marta se insere no conjunto da periferia de Santa Maria?

**Observações e Comentários....**

**ANEXO 3**

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL- UNISC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL – MESTRADO E DOUTORADO  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
NOME DO MESTRANDO: CARLOS LEMANSKI FARIAS  
ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> HELENIZA ÁVILA CAMPOS**

---

**ENTREVISTA ABERTA SEMI-ESTRUTURADA**

PARA DIVERSOS ATORES, CONFORME SUA OCUPAÇÃO E SUA REPRESENTAÇÃO, TAIS COMO, AUTORIDADE INSTITUCIONAL, LÍDER EMPRESARIAL, POLÍTICO, REPRESENTANTE DA SOCIEDADE E TÉCNICOS ESPECÍFICOS, FORAM ELABORADAS ENTREVISTAS ESPECÍFICAS, CONFORME A NECESSIDADE DE INFORMAÇÕES DO PESQUISADOR E O ANDAMENTO DO TRABALHO.

## ANEXO 4

### LISTA DOS ENTREVISTADOS:

**1) Adelar Vargas**

Brasileiro, Líder Comunitário, Vice-Coordenador Geral da União das Associações Comunitárias - UAC e Secretário Adjunto da Secretaria de Município de Ação Comunitária.

**2) Prof. Algir Facco**

Brasileiro, professor e primeiro diretor da Escola Marista Santa Marta quando de sua criação em 1998. Atualmente é o Diretor do CMID – Centro Marista de Inclusão Digital, da Escola Marista Santa Marta.

**3) Profa. Antônia Deloci Curin de Lima**

Brasileira, Vice-Diretora da Escola Municipal Adelmo Simas Genro, situada na Vila 18 de Abril, Bairro Nova Santa Marta, 1ª Diretora da Escola quando de sua instalação em 2001

**4) Antonio Carlos Saran Jordão**

Brasileiro, Funcionário Público Estadual, Presidente do Corede Central, foi Prefeito Municipal de Jaguari/RS.

**5) Antônio Valdeci Oliveira de Oliveira**

Brasileiro, atualmente Deputado Estadual, foi Prefeito Municipal de Santa Maria no período de 2001 a 2008, vereador em 1991, época da ocupação da Fazenda.

**6) Prof. Artêmio Auzani**

Brasileiro, professor, residente na Vila Núcleo Central, Bairro Nova Santa Marta, Diretor da Escola Estadual Santa Marta.

**7) Brigada Militar (Ten.Cel. Jaime Machado Garcia – Comandante do 1º RCM – Regimento de Cavalaria Montada de Santa Maria).**

**8) Pe. Carlos Ivo Menegais**

Brasileiro, Padre Pároco da Igreja Nossa Senhora Evangelista, localizada na Vila Caramelo, Bairro Juscelino Kubischek, a qual abrange o Bairro Nova Santa Marta, membro ativo no apoio dos movimentos sociais na zona Cidade Oeste.

**9) César Augusto Gehm**

Brasileiro, empresário, atualmente é Presidente do Sindilojas- Sindicato dos Lojistas do Comércio de Santa e Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Projetos Estratégicos à época da ocupação em 1991 era o Presidente da CDL- Câmara de Dirigentes Lojistas de Santa Maria

**10) Cristiano Schumacher**

Brasileiro, residente na Vila Alto da Boa Vista, Bairro Nova Santa Marta, Coordenador Regional do Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM,

unidade de Santa Maria, Líder comunitário ativo dos movimentos sociais em Santa Maria.

**11) Eder Sandro Teixeira Pompeo**

Brasileiro, residente na Vila Alto da Boa Vista, Bairro Nova Santa Marta, funcionário da Escola Marista Santa Marta, líder do movimento, foi presidente da comunidade da Vila Alto da Boa Vista e integrante da liderança de ocupação da Vila em 1993. Foi funcionário da Secretaria Municipal de Habitação no período de 2001 a 2008. Atualmente é presidente da Associação da Rádio Comunitária do Bairro Nova Santa Marta.

**12) Elisabete R. Pinheiro**

Brasileira, residente na Vila Alto da Boa Vista, Bairro Nova Santa Marta, líder comunitária, atualmente é presidente da comunidade da Vila Alto da Boa Vista.

**13) Elso Ferreira Pires**

Brasileiro, residente na Vila Alto da Boa Vista, Bairro Nova Santa Marta, eletrecista, Líder do Movimento à época da ocupação, membro titular e fundador do Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM, unidade de Santa Maria e integrante de sua primeira Diretoria em 1991.

**14) Emília Gross**

Brasileira, líder comunitária, integrou a coordenação do MNLM local, residiu na Vila 7 de Dezembro, foi presidente da comunidade por dois mandatos, mantenedora da Creche, Associação Mamãe, Diretora da Secretaria Municipal da Segurança Alimentar, residente na Vila Alto da Boa Vista, Bairro Nova Santa Marta,

**15) Dr. José Haidar Farret**

Brasileiro, Vice-Prefeito de Santa Maria e Secretário de Município da Saúde, foi Prefeito Municipal à época da ocupação da Fazenda Santa Marta em 1991.

**16) Leonel Pacheco**

Brasileiro, residente na Vila Alto da Boa Vista, Bairro Nova Santa Marta, empresário, Líder do Movimento a época da ocupação, membro titular e fundador do Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM, unidade de Santa Maria e integrante de sua primeira Diretoria em 1991. Atualmente é membro titular do Conselho das Cidades, do Ministério das Cidades, representando a Central dos Movimentos Populares.

**17) Mara Maria Pereira Marinho**

Brasileira, comerciante, líder comunitária, foi presidente da comunidade da Vila Alto da Boa Vista, no período de 1996 a 1999, residente na Vila Alto da Boa Vista, Bairro Nova Santa Marta,

**18) Sérgio Adolfo da Silveira**

Brasileiro, professor da Escola Marista Santa Marta, é professor desde a criação da Escola em 1998. Entre as disciplinas que ministra, está a de Protagonismo Social.

**19) Vicente Paulo Bisogno**

Brasileiro, Radialista exerceu diversas atividades de liderança na comunidade, à época da ocupação em 1991, era Vereador e como tal teve envolvimento no movimento de ocupação.

